

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL**

GILDERLANDIA DA SILVA KUNZ

**OS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA: NARRATIVAS DE ANDANÇAS NAS RUAS DE
VITÓRIA/ES**

**VITÓRIA
2012**

GILDERLANDIA DA SILVA KUNZ

**OS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA: NARRATIVAS DE ANDANÇAS NAS RUAS DE
VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Orientadora: Professora Doutora Ana Lúcia
Coelho Heckert

Co-Orientadora: Professora Doutora Silvia
Vasconcelos Carvalho

Vitória
2012

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

K95m Kunz, Gilderlandia Silva, 1959-
Os modos de vida da população em situação de rua :
narrativas de andanças nas ruas de Vitória / Gilderlandia Silva
Kunz. – 2012.
133 f. : il.

Orientadora: Ana Lúcia Coelho Hechert.
Coorientadora: Silvia Vasconcelos Carvalho.
Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências
Humanas e Naturais.

1. Pessoas desabrigadas. 2. Políticas públicas. 3. Direitos
sociais. I. Hechert, Ana Lúcia Coelho. II. Carvalho, Silvia
Vasconcelos. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro
de Ciências Humanas e Naturais. IV. Título.

CDU: 159.9

GILDERLANDIA DA SILVA KUNZ

**OS MODOS DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA: NARRATIVAS DE ANDANÇAS NAS RUAS DE
VITÓRIA/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia Institucional.

Vitória, 27 de setembro de 2012.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Doutora Ana Lúcia Coelho Heckert
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
ORIENTADORA

Professora Doutora Silvia Vasconcelos Carvalho
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CO-ORIENTADORA

Professor Doutor Marcelo Santana Ferreira
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Professora Doutora Gilead Marchezi Tavares
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

*Aos moradores de rua de Vitória,
especialmente à Sorriso (Liliane
Conceição), in memoriam.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus irmãos, pelo companheirismo e amor.

Aos meus filhos, Renato e Luana, por existirem na minha vida.

A Jose Lopes, meu querido pai, que por sua sabedoria, sem oportunidade de frequentar escola, aprendeu a ler e escrever sozinho.

Às orientadoras, Ana Lucia Heckert e Sílvia Vasconcelos Carvalho, pelas apostas que fizeram neste trabalho, pelo carinho, cuidado e pela enorme paciência.

À professora Ana Paula Figueiredo Louzada, por ter sido prestativa na condução com os encaminhamentos ao Conselho de Ética em Pesquisa da UFES.

Às professoras Gilead Tavares e Cristina Campello, pelo acolhimento no ingresso ao mestrado.

Ao amigo Gilberto Kunz, por ter me inspirado a vida acadêmica.

Ao Movimento Nacional de População de Rua do Espírito Santo, por sua luta empreendida na garantia dos direitos do povo da rua.

Aos estudantes do Projeto de Extensão Andarilhos, pela alegria e trocas nas andanças nas ruas.

Aos integrantes do grupo de Orientação "Giraia-Laborde", que contribuíram cada um ao seu modo no resultado deste trabalho.

A Clever Manolo, por seus ensinamentos acerca das gingas e esquivas.

À Suzana Gotardo e Alessandra Lacaz, pela atenção na organização e formatação da dissertação e nos últimos acertos técnicos.

Aos Professores Marcelo Santana e Gilead Tavares, pelas contribuições que deram a este trabalho.

À Cristina Bove, da Pastoral Nacional do Povo da Rua, pelo apoio.

À Secretária Municipal de Assistência Social, Ana Petronetto, por sua compreensão e compromisso com a questão social.

À Anabel Araujo, pela amizade nessa minha jornada.

Aos amigos do Núcleo Afro Odomodê, pela seriedade e respeito com que acolhe a população afro-descendente.

Ao Natanael, fotógrafo, que se colocou disponível na produção das fotos desta dissertação.

Aos profissionais da SEMAS, pela contribuição na partilha de experiências e informações.

À Soninha, secretária do PPGPSI, pela solidariedade.

Aos companheiros Adjeferson e Rosângela, por trazerem força ao MNPR.

*Aqui nessa casa ninguém quer sua boa educação.
Nos dias que tem comida, comemos comida com a mão.
E quando a polícia, a doença, a distância ou alguma discussão.
Nos separam de um irmão.
Sentimos que nunca acaba de caber mais dor no coração.
Mas não choramos à toa.
Não choramos à toa.
'Volte para o seu lar' (ARNALDO ANTUNES).*

RESUMO

A presente dissertação objetivou estudar os modos de vida da população em situação de rua que habita a cidade de Vitória/Espírito Santo. A pesquisa que desenvolvemos abarcou três etapas: uma primeira etapa, que designamos como um estudo exploratório, realizada na região central da cidade de Vitória/ES, visou uma aproximação com os grupos de moradores de rua para mapear as políticas formais e informais que atravessam a vida nas ruas; uma segunda etapa que objetivou o mapeamento dos grupos em situação de rua na cidade de Vitória, destacando as paisagens urbanas nas quais esta população efetua relações sociais; uma terceira etapa em que, a partir do mapeamento efetuado, foram definidos os grupos com os quais estabelecemos conversas, visando focalizar as táticas e astúcias que a população em situação de rua tece em seu cotidiano. Destacamos que a pesquisa permitiu perceber que a população de rua reinventa espaços e objetos em seu cotidiano de vida nas ruas, driblando proibições e limites, re-significando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano. A pesquisa também evidenciou as práticas de intolerância e violência contra a população em situação de rua, bem como a violação de seus direitos sociais e políticos.

Palavras-chaves: População em situação de rua. Políticas públicas. Modos de vida. Direitos sociais.

ABSTRACT

This work aimed to study the ways of life of the homeless population that inhabits the city of Vitoria/Espírito Santo. The research we developed encompassed three stages: a first stage, which we designate as an exploratory study, conducted in the downtown area of Vitória/ES, aimed to get closer from the groups of homeless people to map the formal and informal policies that cross the life in the streets; a second stage aimed to map the groups on the streets in the city of Vitória, highlighting the urban landscapes in which this population makes social relations; a third stage in which, from the mapping done, the groups were defined from which we selected the homeless people we talked to, in order to give visibility to the tactics and gimmicks that they weave into their daily life. We emphasize that the research provided to notice that the homeless population reinvents spaces and objects in their daily life on the streets, dodging bans and limits, re-signifying objects, places and uses, as well as producing various designs in the urban tissue. The survey also highlighted the practices of intolerance and violence against the homeless population, as well as the violation of their social and political rights.

Keywords: Homeless population. Public policies. Ways of life. Human rights.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACARD – Associação Capixaba de Redutores de Danos

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CREAS POP – Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua

CAI POP – Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua

CAPS/AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

DPJ – Departamento de Polícia Judiciária

EJA – Educação de Jovens e Adultos

IAPI – Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários

MNPR – Movimento Nacional de População de Rua

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

NPA – Núcleo de Psicologia Aplicada

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1** – Praça Costa Pereira, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 2** – Teatro Carlos Gomes, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 3** – Marquise do IAPI, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 4** – Marquise do IAPI, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 5** – “Ecos” rede de articulação, apoio e repressão dos grupos de moradores de rua
- Figura 6** – Praça Costa Pereira, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 7** – Praça do Bairro Jardim da Penha, Vitória/ES
- Figura 8** – Banco onde dorme N. Barbosa, Praça de Jardim da Penha, Vitória/ES
- Figura 9** – Sambão do povo, Centro da Cidade de Vitória/ES
- Figura 10** – Praça dos Eucaliptos, Bairro Maruípe, Vitória/ES
- Figura 11** – Campo de Bocha, Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES
- Figura 12** – Moradores de rua, Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES
- Figura 13** – Alimento doado por restaurantes
- Figura 14** – Fogão de lata desenhado pelo professor Gilberto Kunz
- Figura 15** – Fogão de tijolos desenhado pelo professor Gilberto Kunz
- Figura 16** – Fogareiro artesanal encontrado na Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
NA ESPREITA: REINVENTANDO MODOS DE FAZER E DE CAMINHAR COMO PROFISSIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	15
NOSSO CAMPO PROBLEMÁTICO	20
Quando vidas descartáveis tornam-se visíveis nos recenseamentos	22
Convivências na cidade	26
MOVIMENTO UM – ENTRANDO NA RODA: CARTOGRAFANDO POLÍTICAS DE VIDA NAS RUAS DE VITÓRIA	30
1.1 O CAMINHANDO DA PESQUISA E AS DIVERSAS ENTRADAS NAS RUAS.....	31
1.1.1 Uma primeira entrada nas ruas: cartografando políticas formais e informais..	32
a) <i>O pardal que vai e volta.....</i>	<i>36</i>
b) <i>Eles me chamam de sorriso.....</i>	<i>38</i>
1.1.2 As cidades: um lugar de apostas e de mau trato	43
a) <i>Andando nas ruas pelo traçado da população em situação de rua</i>	<i>45</i>
b) <i>A Praça Costa Pereira: no coração da rua os “iguais” se encontram.....</i>	<i>48</i>
c) <i>Políticas higienistas: pancadaria e repressão na praça</i>	<i>53</i>
d) <i>O dia da repressão na Praça Costa Pereira: 31 de agosto de 2011.....</i>	<i>56</i>
e) <i>Andanças na Praça de Jardim da Penha.....</i>	<i>58</i>
f) <i>O encontro com a “Dama Limpinha”.....</i>	<i>61</i>
g) <i>O quarteto de aposentados e a vida de N. Barbosa.....</i>	<i>62</i>
h) <i>Sambão do Povo: mais que um carnaval... ..</i>	<i>65</i>
i) <i>Saí das ruas, mas as ruas não saíram de mim.....</i>	<i>67</i>
j) <i>Quem disse que a rua não é lugar de moradia?.....</i>	<i>70</i>
1.1.3 Nas ruas, nunca um dia é igual ao outro: a ginga nas ruas	73
a) <i>Vozes da cidade: reencontro com moradores de rua.....</i>	<i>75</i>
b) <i>Praça dos Eucaliptos: entre desocupações e apostas A.P. e Di falam da vida.76</i>	<i>76</i>
c) <i>Saulo e as ocasiões na rua.....</i>	<i>77</i>
d) <i>Hebert e Lilia: quando não se tem uma segunda chance</i>	<i>77</i>
e) <i>O bonde da praia: Elisa entre a casa e as ruas</i>	<i>78</i>
f) <i>A Dama “Limpinha” e seus aliados</i>	<i>79</i>
g) <i>Patrícia entre a vaidade e as ruas, a violência e as apostas na vida.....</i>	<i>80</i>
h) <i>Dentinho e as táticas criadas para viver nas ruas</i>	<i>81</i>
i) <i>Jesus Cristo: quando a rua é passagem</i>	<i>82</i>
1.2 PRATICANTES DA CIDADE INVENTANDO PERCURSOS E MOVIMENTOS.....	83

MOVIMENTO DOIS – MODOS DE VIDA: TÁTICAS E ASTÚCIAS INTERFERINDO NA PAISAGEM URBANA	88
2.1 DE “COCORINHA” NAS RUAS.....	88
2.2 A ALIMENTAÇÃO: AS REDES CRIADAS	89
2.2.1 Cozinhar nas ruas: inventando objetos e receitas.....	93
a) <i>Pelanca frita</i>	95
b) <i>Pelanca no feijão</i>	96
c) <i>Canja de pé de galinha</i>	96
d) <i>Café ralo</i>	97
e) <i>Miojo a vapor</i>	97
2.3 A ARTE DA CORRERIA	98
2.3.1 Trabalhos que fazem nas ruas	100
2.4 TÁTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NAS RUAS	103
2.5 REGRAS DE CONVIVÊNCIA NAS RUAS	105
2.6 O HABITAR AS RUAS.....	108
2.6.1 Famílias morando nas ruas: quando os sistemas de direitos encarceram a vida.....	112
2.6.2 Os vínculos familiares para que cai na “pista”	113
2.7 CUIDADO COM O CORPO: O BANHO, A LIMPEZA DAS ROUPAS E VASILHAS.....	114
2.8 FESTAS E OUTROS BATUQUES	116
MOVIMENTO TRÊS – ABRINDO OUTRAS RODAS	118
3.1 A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR: POR QUE VIVER NAS RUAS?	118
3.2 UMA PESQUISA QUE VISOU NÃO FAZER SUMIR A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	122
REFERÊNCIAS	128
APÊNDICES	133

OI LEVA EU

*Oi leva eu povo da rua
Eu também quero ir povo da rua
Que já chegou a missão vamos todos nos unir
Leva eu povo da rua;*

*Trabalhamos todos juntos, povo da rua
Verdadeiro mutirão, povo da rua
Fé em Deus e pé na tábua buscando a libertação
Leva eu povo da rua;*

*Oi leva eu povo da rua
Eu também quero ir povo da rua
Que já chegou a missão vamos todos nos unir
Leva eu povo da rua;*

*Nestes tempos tão difíceis, povo da rua
A cidade vai ouvir, povo da rua
O grito dos excluídos pra justiça construir
Leva eu povo da rua;*

*Oi leva eu povo da rua
Eu também quero ir povo da rua
Que já chegou a missão vamos todos nos unir
Leva eu povo da rua;*

*Somos o povo de Deus povo da rua
Nós também temos direito povo da rua
Nossa luta começou e pra parar não tem mais jeito
Leva eu povo da rua;*

Oi leva eu povo da rua.

(Música do Movimento Nacional de População de Rua)

INTRODUÇÃO

NA ESPREITA: REINVENTANDO MODOS DE FAZER E DE CAMINHAR COMO PROFISSIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

A trajetória com o segmento população moradora de rua começou como Educadora Social de Rua, no projeto Abordagem de Rua para Crianças e Adolescentes da Secretaria de Assistência Social do município de Vitória, capital do estado do Espírito Santo, em que atuei por cinco anos.

Ao longo deste percurso, muitos caminhos foram traçados, alguns dos “meninos” e “meninas” com os quais outrora realizamos atendimento cresceram, tornando-se hoje jovens adultos em situação de rua. Por vezes o tempo denuncia esse longo percurso, quando ouço um sonoro “Tia Gil” desses mesmos jovens, percebo que lá se vão alguns pares de anos com essa lida que, de certo modo, também me colocou em “situação de rua”. Esses jovens tiveram filhos, mas não lhes foi permitida a convivência com os mesmos. O sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente (Conselhos Tutelares e Vara da Infância e da Juventude, apoiados no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA) retira, ainda na maternidade, os filhos desses pais, em função de estarem morando nas ruas, ou até mesmo em virtude de, no passado, terem feito das ruas um espaço de moradia.

O fato de terem vivido tantos anos morando nas ruas expressa a perícia e artimanha criadas cotidianamente, uma arte em que sempre se dá um jeito para atender a várias necessidades básicas, dentre elas a saúde e a alimentação: “[...] a comensalidade é marcada tanto pela escassez, em que sempre se dá um jeito de comer, quanto pela abundância, em que se escolhe o que há de melhor para degustar” (CERQUEIRA, 2010, p. 62).

Há dias em que se come do lixo, e em outros em que se tem na mão uma bela refeição doada por algum restaurante local. “A fome é elaborada como uma questão da ordem do absurdo. (CERQUEIRA, 2010, p. 62).

Mas o que nos faz enveredar por esse incessante caminhar? Vale destacar que meu interesse pelo tema surgiu da aproximação profissional e teórica com o segmento

população em situação de rua.¹ Como assistente social venho atuando na Prefeitura Municipal de Vitória/ES desde 1998, assumindo diversas funções e cargos, tais como: Gerente da Rede de Atenção à População em Situação de Rua, na Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), entre os anos de 2005 e 2007; assessora técnica responsável pela metodologia de trabalho dos projetos da rede de atenção à população de rua, no período de 2008 a 2010; membro da Câmara Intersetorial de Políticas Públicas para População em Situação de Rua – CAI/POP, através do Decreto Municipal nº 15.070, com a função de representar a SEMAS na comissão municipal de acompanhamento de Implementação da lei 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404 que estabeleceu, desde 2011, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis; como coordenadora dos espaços de Acolhimento Institucional para Adultos em Situação de Rua, a partir de 2011; e, por fim, pela militância social e política. Uma militância que faz aliança com a

[...] produção de territórios singulares, novos, onde se consegue apontar para as armadilhas do instituído [...] uma militância em que se fica ao lado da vida, da afirmação do instituinte, das implicações, da transversalidade, do processo de singularização e, portanto, rompe-se com o autoritarismo dos saberes oficiais, englobantes e totalizantes (COIMBRA, 1995, p. xv).

Os anos de lida com esse segmento faz por vezes endurecer, em função de denúncias de violações de direitos sociais e políticos inúmeras vezes perpetradas de forma silenciosa contra a população de rua. O desafio constante é não perder a sensibilidade e a capacidade de se indignar, se angustia com o que se vê e ouve no cotidiano desse povo. Mas povo sofrido também é capaz de nos fazer sorrir com suas anedotas contadas, e as pilhérias que fazem entre eles. Todo este processo nos moveu a tecer articulações com as movimentações da população de rua e permitiu vislumbrar uma diversidade de táticas e estratégias que “[...] produzem linhas de vida, onde se vislumbra uma variedade imensa de potências puras de afirmação da vida que desmascaram as formas limitadas de existência que insistimos em admitir como únicos modos de viver” (CERQUEIRA, 2010, p. 9).

¹ Vieira, Bezerra e Rosa (2004) apontam três situações referentes à vinculação das pessoas com a rua. Uma situação em que a permanência na rua é uma situação circunstancial, denominada pelas autoras como “as pessoas que ficam nas ruas”; uma relação com a rua que se deu de forma recente e é denominada como “estar na rua”; por fim, uma relação com a rua permanente, em que a rua se torna espaço de moradia, denominada “ser da rua”. A denominação população em situação de rua abarca as três situações apontadas pelas autoras e foi esta compreensão que norteou nossa pesquisa. Ou seja, neste grupo “população em situação de rua” está incluído quem mora e quem frequenta as ruas para garantir sua sobrevivência.

Na gestão de projetos voltados à população adulta em situação de rua, foi necessário inventar novas práticas profissionais, tentando fugir das padronizações e adequações que regem o nosso modo de viver. Neste percurso, voltar para a pesquisa fez toda diferença para re-significar o olhar em relação ao povo da rua, entendendo que

[...] toda pesquisa é uma intervenção e para tanto precisamos dar um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática num mesmo plano de produção ou de co-emergência num movimento de transformar para conhecer e não de conhecer para transformar (PASSOS; BARROS, 2009, p. 17).

A conjugação dessas atividades e funções viabilizou o acesso à população em situação de rua, fator esse que se constituiu como aspecto facilitador à realização da pesquisa. E foi com o olhar focado nos movimentos que transitam nas ruas, que nos demos conta de produções de modos de vida, de riquezas geradas pelos moradores de rua e, por estar cotidianamente no campo de pesquisa e em constante contato com nosso público alvo, pudemos perceber que políticas diversas são tecidas nas ruas da cidade de Vitória. Observamos outras cidades nesta cidade, que estão fora dos mapas oficiais e oferecem surpresas que se tenta ocultar, fora dos olhos distraídos, cercadas por muralhas imaginárias, em que, quase ao acaso, “[...] parece multiplicar o seu repertório de imagens”, comentaria Calvino (1990, p.97). Uma cidade forjada de cachangas, mocós e malocas, de tramas e dramas, uma “Cidade de Papelão”, diria Mário Hélio Trindade Lima (1998) em sua tese de doutorado.

Essa trilha percorrida nos levou a este estudo, com base em uma aposta que insiste em dar visibilidade às diversas táticas que movimentam com vigor os modos de vida da população moradora de rua e que são cotidianamente invisibilizados. Essa invisibilidade ora é expressão de práticas de silenciamento e desqualificação dos modos de vida de um grupo social, que sofre na pele os efeitos dos processos de desigualdade social próprios do capitalismo, ora é operada de forma astuciosa pela própria população de rua, pois em algumas circunstâncias é melhor não serem vistos em suas articulações por aqueles que não os querem na cidade. Assim, deixam que pensem que estão *offline*, quando, ao contrário, estão a todo tempo *online*, ou na “pista” como afirmam, fora do mercado regular de trabalho, mas fazendo “correria” para ganhar “algum”, como costumam dizer.

Esses modos de viver compõem para dizer que esses sujeitos estão vivos, produzindo táticas e astúcias, como assinalou Certeau (2008). Evidenciam novas formas de fazer, existir e ocupar a cidade, traçando redes de comunicação e contando suas histórias de sofrimentos, indignação, apostas e ilusões. Nos traçados que percorrem pela cidade

[...] anda-se por linhas em zigue-zague de uma rua para outra, distingue entre zonas de sol e zonas de sombra, uma porta aqui, uma escada ali, um banco para apoiar o cesto, uma valeta onde tropeça quem não toma cuidado. Todo o resto da cidade é invisível (CALVINO, 1990, p. 85).

Em vários momentos e de várias formas fomos talhados por essa temática. Puro apaixonamento, militância, sede de conhecer mais, compromisso com a questão social e seus efeitos provocativos? É o encontro com o outro que nos atravessa e forja um modo de ser profissional e de compartilhar a vida, construindo no caminhar dessa jornada os pontos de partida que teceram esta pesquisa. E enquanto tentávamos a todo instante separar os lugares do gestor, do pesquisador e do técnico, fomos aos poucos nos dando conta de que precisávamos dialogar não só com os profissionais da área, mas, acima de tudo, precisávamos transitar no campo de pesquisa com o olhar cartográfico, para dar visibilidade aos modos de vida que eram engendrados nas ruas de Vitória pela população em situação de rua.

A pesquisa interveio no trabalho como profissional do serviço social e como gestora, com a equipe técnica e com a própria rua. As nossas idas às ruas apontaram que pouco ou “nada” sabíamos sobre os modos de vida da população de rua, apesar de muitos anos de trabalho na área. Capturados na rotina burocrática de preenchimento de fichas de cadastro (instrumento de registro sobre o usuário com informações diversas que incluem dados pessoais, endereço, documentação, parecer técnico), pude perceber que este procedimento de caráter técnico, utilizado no serviço social, termina por limitar a escuta e deixa escapar as táticas e astúcias que a população de rua fabrica cotidianamente, o que poderia contribuir para efetuarmos outras reflexões sobre o atendimento que é ofertado a este grupo.

O que surpreendeu nesta pesquisa?

As narrativas acerca da vida nas ruas nos mostraram um cotidiano inusitado, que abarcou as maneiras como se organizam para sobreviver e habitar as ruas; como driblam o sistema de segurança que, ao contrário de protegê-los, muitas vezes age

com ações truculentas sobre os mesmos; como funcionam os serviços públicos de limpeza urbana das ruas que insistem em tratá-los como entulho, ao despejar nos locais em que dormem jatos de água com carro-pipa e utilizando-se de caminhão basculante e varredeiras para recolher seus pertences pessoais.

Para alguns cidadãos domiciliados,² trata-se da limpeza das ruas, para outros trata-se de “limpeza social”, pois junto com o entulho parte da sociedade deseja que as pessoas sejam “recolhidas”. De maneiras diversas o povo da rua se vale de táticas de sobrevivência, e estas se expressam nos locais que escolhem para dormir; no modo como se dão as relações com o mundo das drogas, com a população domiciliada, com a polícia e os comerciantes; em suas redes de camaradagem; nas regras e alianças partilhadas; na saborosa culinária inventada e preparada; nas panelas improvisadas de lata reciclada e no fogareiro produzido artesanalmente para os cozimentos; nas manipulações e na correria que não se restringem somente ao ato de manguear,³ nos amores construídos; nas perdas que deixaram marcas, nas lágrimas contidas e nos risos expressos nas narrações da própria vida.

Como em uma viagem, deixamos, nesse caminhar, de ser estrangeiros num “admirável” mundo novo. A pesquisa nos reservou surpresas e, nesse percurso, vimos muitas cidades: uma que prospera, acumula lucros e deseja banir tudo que não é “belo” ou “limpo”, e outra com velhas muralhas ora visíveis, ora escondidas, justa e injusta, em que os habitantes tecem outros modos de viver e existir. Com a ajuda do olhar de Calvino (1990,) ficaram visíveis estas muitas cidades, causando-nos estranheza, pois, uma vez que se alternam os lugares e suas paisagens, as formas de viver, mostrando-nos que uma outra linguagem própria é inventada, outros hábitos cotidianos são tecidos. Em uma cidade há muitas outras que se comunicam entre si.

Em vez de oferecer um histórico da vida e da problemática dos moradores de rua ou de caracterizá-los através de dados frios e estatísticos, que pouco retratam seus modos de viver, este trabalho procurou acompanhar os processos que se

² Kasper (2006) utiliza o termo cidadão domiciliado para designar o indivíduo que mora em uma habitação permanente, a casa residência.

³ O morador de rua define “manguear” como o ato de entrar na mente das pessoas. Conta-se uma história ou situação que possa sensibilizar e, assim, convencer o outro a fazer uma doação, normalmente as solicitações são em dinheiro.

desenrolam em suas vidas. Para isso, tomou-se o cuidado de não naturalizar os lugares prontos do morador de rua, da miséria e da pobreza, mas sim desviar o olhar para manhas, astúcias e táticas de vida e sobrevivência criadas por essas pessoas na condição de moradores de rua, e percorrer os traçados que efetuam na cidade, ouvindo suas histórias, tateando seus modos de viver.

NOSSO CAMPO PROBLEMÁTICO

Na Prefeitura de Vitória/ES, há um serviço municipal de atendimento ao público através do telefone 156 – o disque-Vitória 156 – em que os comerciantes, as pessoas domiciliadas e os turistas podem registrar suas demandas, denúncias e insatisfações com a cidade. Assim sendo, bate o recorde, nas chamadas ao “156”, denúncias e reclamações relativas à presença da população em situação de rua nos logradouros públicos. Para muitos moradores da cidade, o povo da rua é constituído de pessoas “perigosas” e que, portanto, representam “risco”. Queixam-se, sobretudo, dos modos de viver desse público, caracterizando-o como “antissocial”. Aos moradores de rua são imputados estigmas, levam a pecha de “vagabundos, preguiçosos, sujos, perigosos, coitados, mendigos, desatentos, drogados”. Estas são designações comuns atribuídas ao morador de rua que atualizam um discurso moralizante e higienista.

Nossa pesquisa mostrou que, na contramão do que se repete de forma naturalizada, o morador de rua preserva hábitos e costumes adquiridos anteriormente à sua estadia nas ruas, assim como outros cuidados com a higiene pessoal no ritual do seu cotidiano. Banham-se em bicas ou em postos de gasolina, utilizam água de banheiros públicos, e também buscam os espaços de albergamentos para esse fim. Lavam suas roupas, estendendo-as em varais improvisados, carregam em mochilas mudas limpas de roupas, dentre outros apetrechos. Trabalham vigiando carros, na construção civil, catando material reciclável para vender, prestam pequenos serviços aos comerciantes locais. Utilizam-se de hotéis ou imóveis abandonados para relações sexuais e têm clareza da ausência de políticas públicas, dentre elas as políticas de saúde que ofertem tratamento para o usuário crônico de álcool e outras drogas.

Neste sentido, acho importante ressaltar que apesar dos anos de trabalho com esse segmento como técnica do serviço social, não tinha clareza da dimensão dos muitos processos que esta pesquisa permitiu acessar. Chamou minha atenção a intensa rejeição e medo, demonstrados por parte de comerciantes e pessoas domiciliadas com relação à população de rua, efetuando ações de violência explícitas ou sutis e que se mostram fortemente banalizadas. Atitudes largamente preconceituosas e solicitações de políticas com caráter higienista são comuns na sociedade local. Muitas vezes a população de rua é vista como se não fosse humana, como expressa um cidadão com o qual conversamos em uma das praças da cidade, no decorrer da pesquisa realizada,

[...] se eu fosse deputado eu criaria uma lei em que todo 'endigo' deveria ser retirado da rua à força e colocado num espaço para ser tratado e cuidado, depois deveria ser aberto e retirado seus órgãos para serem doados a algum empresário que necessitasse [...] e olha que sou um cristão. Eu acho que esse povo não deveria existir (MORADOR DO BAIRRO JARDIM DA PENHA).

Marcadas por acentuado aumento de intolerância, extremismo e violência, outras manifestações comparecem, inclusive com a rotina da população de rua sendo filmada e monitorada por câmeras espalhadas pela cidade. Documentos e corpos são queimados, atos de humilhação são efetuados contra quem dorme nas ruas, pessoas cospem ou urinam sobre eles. Vivem constantemente a humilhação de serem chamados de “mendigos”, como afirma uma de nossas entrevistadas. Culpabilizados pela condição de extrema pobreza vêem-se assim em situação de risco e vulnerabilidade no seu cotidiano.

Esse sentimento de intolerância em relação às pessoas em situação de rua tem propiciado algumas políticas oriundas do poder público, e direcionadas para esse segmento, que estão a cargo da segurança pública e, mais recentemente, também dos serviços de limpeza urbana que realizam, assim, a “limpeza da cidade”. Como nos aponta Wacquant, em entrevista concedida a Coimbra, Bocco e Nascimento (2008), a criminalização de comportamentos e a repressão acabam justificando-se na busca por higienização e segregação social. Nesse sentido, importa demarcar que historicamente a questão social da população em situação de rua tem ficado a cargo principalmente das ações da assistência social que implementam, ainda que de forma fragilizada, políticas e programas que por vezes funcionam de modo pontual e descontínuo.

Quando vidas descartáveis tornam-se visíveis nos recenseamentos

Os supérfluos (CASTEL, 2008) que vivem nas ruas das cidades têm inaugurado um campo de indagações e intervenções, bem como o uso de velhas e de novas estratégias de controle de suas vidas. A inexistência de dados acerca da população de rua, por exemplo, coloca em análise o lugar destes sujeitos na polis e a relação que o Estado tem estabelecido, historicamente, com aqueles sujeitos considerados sem eira e nem beira. Não sendo possível apagar estas existências da vida na cidade, recentemente vimos ações do poder público no sentido de mapear a população de rua em nosso país.

Uma pesquisa nacional sobre a população em situação de rua, realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/MDS (BRASIL, 2009) em 71 municípios brasileiros no período de 2007 a 2008, mostrou que o Brasil tem 31.922 mil moradores de rua, contudo a estimativa do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) é de que esse número seja de 50 mil pessoas. As cidades de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica e Viana foram incluídas nesta contagem. Este estudo revelou que a população de rua é majoritariamente masculina, 53% da população de rua encontra-se na faixa etária entre 25 e 44 anos, e 39,1 % declaram-se pardos e 27,9% negros.

Esta pesquisa nacional visou a quantificação e caracterização sócio-econômica desta parcela da população para que estes dados subsidiassem a elaboração e implementação de políticas estatais voltadas a este grupo. Importa esclarecer que, conforme a pesquisa do MDS (Brasil, 2009), as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre contam com pesquisas próprias.

Segundo esse censo, em São Paulo foram identificados 10.399 adultos em situação de rua; em Belo Horizonte, 1.164; em Recife, 1.390; em Porto Alegre, 1.203. Ainda referindo-se a esse levantamento, pode-se afirmar que nas Capitais brasileiras e cidades com mais de 300 mil habitantes, existem aproximadamente 44.925 adultos em situação de rua. Destaca-se que a pesquisa somente foi direcionada para as pessoas com 18 anos completos ou mais, não contemplando o público infanto-juvenil em situação de rua.

Importa ressaltar que este foi o primeiro censo realizado acerca da população em situação de rua no Brasil. Como a coleta de dados dos censos realizados no Brasil, e em outros países, tem como metodologia de contagem os domicílios, a população em situação de rua não é incluída nestes cadastros.

A pesquisa apontou também a existência de 700 pessoas em situação de rua na Região Metropolitana da Grande Vitória. Segundo Levantamento sobre a População em Situação de Rua de Vitória, elaborado por técnicos da SEMAS/Prefeitura Municipal de Vitória em julho de 2012, apenas na capital do estado do Espírito Santo, a cidade de Vitória, há 648 pessoas em situação de rua⁴ (os albergados também compõem esse total apresentado), e entre 150 a 200 moradores de rua propriamente ditos. Este público é cada vez mais constituído por jovens. Mesmo morando nas ruas, estes grupos exercem alguma atividade informal remunerada, denotando que são poucos os que sobrevivem de doações ou “mangueando”.

Segundo esse levantamento, a maioria da população em situação de rua é formada por migrantes do sexo masculino e afrodescendentes que, além de migrarem de outras cidades do estado do Espírito Santo, migram também de grandes metrópoles, como Bahia e Minas Gerais. Os migrantes em situação de rua, oriundos de outros municípios, sinalizam que, em algumas cidades, o único serviço de acolhimento voltado à população em situação de rua são as passagens ofertadas pelo poder público municipal para que se dirijam a outras cidades ou estados; há quem colecionem bilhetes de viagem.

Em números cada vez mais crescentes, Vitória, a capital do estado do Espírito Santo, tem sido o destino final deste processo de migração. Embora considerando pequena a dimensão da rede de albergamento aqui existente, os migrantes alegam, principalmente, existir no mercado de trabalho capixaba melhores ofertas de oportunidades, o que vem sendo retratado pela mídia escrita. A municipalidade tem gasto em torno de R\$10.000,00 (dez mil reais) por mês com emissão de bilhetes de passagem para pessoas em situação de rua que desejam retornar para a sua cidade de origem. No estado do Espírito Santo somente a prefeitura de Vitória tem uma

⁴ A população em situação de rua pode abranger flanelinhas, vendedores ambulantes, dentre outros, além dos moradores de rua propriamente ditos.

rede de atenção à população moradora de rua que, mesmo sendo considerada modelo para os demais municípios, convive com imensas fragilidades.

Os albergues estão lotados, a infraestrutura é precária, o mobiliário é sucateado, existem poucos leitos, os funcionários estão insatisfeitos e são mal remunerados, estressados e, com sobrecarga de trabalho, alguns chegam a adoecer. Faltam qualificação e capacitação adequadas para lidar com esse público e, principalmente, falta vontade política dos governos municipal e estadual para investir nessa área. A gestão desses espaços é compartilhada com ONG's e os recursos são repassados pela municipalidade por meio de convênios ou contratos. A manutenção dos espaços de albergamento gera um alto custo para a municipalidade e é pouco eficaz com relação às demandas da população de rua. Os Programas de transferência de renda para pessoas em situação de vulnerabilidade social podem ser uma alternativa viável e menos onerosa para as políticas públicas, além de propiciar maior autonomia ao sujeito usuário. Programas de moradias alternativas já estão estabelecidos em leis, como, por exemplo, a lei municipal nº 7.101/2007, que dispõe sobre a Política de Atendimento à População de Rua de Vitória e o Decreto Federal nº 7053/2009. Faltaria então vontade política dos governos municipal e estadual para a execução dessas leis?

A roda não gira para quem não mais deseja morar nas ruas e viver em albergues passa a ser uma alternativa. Os espaços de abrigo, que em princípio deveriam ser provisórios, acabam se transformando em moradia permanente, e a ausência de políticas públicas diversas ocasiona a institucionalização dos indivíduos nestes espaços. O caso mais conhecido é o de um senhor de aproximadamente 50 anos há 15 domiciliado em um dos albergues de Vitória. Os albergues são necessários? Sim, mas com o crescente número de pessoas em situação de rua nos centros urbanos, há muito tempo que deixaram de dar vazão às demandas do povo da rua.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, que considerou os direitos sociais como direitos fundamentais de todo cidadão, e com a Lei Orgânica da Assistência (LOAS), que regulamenta os artigos da Constituição Federal e reconhece a Assistência como Política Pública e de responsabilidade do Estado, e ainda com a deliberação de implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e a Norma Operacional Básica- NOS/SUAS- 2005 que consolida um modo de

gestão compartilhado, o financiamento e a cooperação técnica entre os três entes Federados, e mais recentemente em dezembro de 2009 com a Lei Federal que instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, inúmeros direitos foram garantidos em leis, inclusive colocando a população de rua como prioridade nas ações de governo. Todavia, pode-se dizer em linhas gerais que nos últimos anos poucas iniciativas públicas destinadas a essa população se concretizaram.

A pesquisa do MDS, referida anteriormente, aponta a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo com níveis muito baixos de escolaridade e renda. O levantamento revela ainda que muitos se deslocaram de outros municípios vizinhos para a capital, com maior frequência dos municípios de Serra, Vila Velha, Cariacica, Guarapari e Viana. Vitória, por ser a capital do Estado do Espírito Santo, tem se transformado num polo atrativo. As pessoas chegam em busca de melhores oportunidades, inclusive de acolhimento nos albergues, uma vez que em suas cidades de origem não há uma rede de serviços públicos de atenção à população de rua ou, quando existe, é uma rede frágil e precária. Foi com essa fala que um morador, em situação de rua há apenas quatro dias e originário de um dos municípios que compõem a região metropolitana do estado, buscou albergamento em Vitória:

[...] procurei a prefeitura de Vitória porque sei que não adianta procurar atendimento no meu município, lá nem adianta sei que não vão me atender. Já busquei ajuda uma vez e não consegui, sou usuário de drogas e quero ser internado para tratar disso. Quero de voltar minha esposa e meus filhos?

Enfim, buscar atendimento especializado na capital é um dos argumentos utilizados para justificar o que é chamado “inchaço” de pessoas morando nas ruas dos centros urbanos. Em consequência, lida-se com super lotação dos abrigos para população em situação de rua na capital, acarretando sobrecarga de trabalho aos profissionais. Haja vista que os albergues de Vitória encontram-se em sua capacidade máxima de atendimento para pernoite. Migrantes em situação de vulnerabilidade e egressos do sistema prisional chegam todos os dias à cidade.

A pesquisa nacional que efetuou o mapeamento da população em situação de rua também pode ser utilizada para ampliar o controle sobre este grupo. Neste caso, seu mapeamento pode corroborar iniciativas para a construção de políticas voltadas para

um maior controle e regulação de seus modos de vida, mas, ao mesmo tempo, pode se constituir em instrumento para que a população em situação de rua interfira nos modos de funcionamento do Estado, fazendo com que as políticas traçadas não se voltem contra os modos de vida que tecem cotidianamente nas ruas das cidades.

Convivências na cidade

O esvaziamento dos espaços públicos e a acelerada privatização dos espaços da cidade têm igualmente contribuído para incrementar processos de segregação e isolamento social. A cidade é esquadrihada de forma a impedir/reduzir as misturas e a circulação, opondo casa e rua, público e privado, centro e periferia. Os mais pobres, que escapam às políticas de segregação espacial da miséria sendo constantemente empurrados para espaços de moradia nas periferias urbanas, ocupam as ruas da cidade e se constituem como uma “ameaça à segurança”, à “ordem da pólis”.

A construção de verdadeiras barricadas nas cidades, por meio da instalação de grades e cercas em praças e edifícios, emerge como procedimentos de proteção ao cidadão comum. Portanto, conforme aponta Gomes (2006, p. 67), “[...] pensar a questão da população em situação de rua envolve pensar a cidade como um todo e as relações sociais aí produzidas”. Envolve discutir as relações de poder-saber que constituem esta parcela da população em alvo de políticas de Estado e de governo que, atravessadas pelos dispositivos da biopolítica, acabam por lançar mão de procedimentos que visam conter a mobilidade destes sujeitos nos espaços da cidade, e garantir a ordem sob o manto da defesa de direitos de segurança de alguns. Implica a análise de dispositivos de poder que tem como efeito a criminalização dos modos de vida destoantes daqueles já instituídos.

O que poderíamos chamar de opção em morar nas ruas?

Ora, o que se pode dizer é que são habitantes de um “mundo novo”, reinventando o que é necessário para existir, e que é entendido por parte da sociedade como sinal de desordem na paisagem urbana (as “malocas” montadas, os bancos de praças servindo de morada). Para muitos moradores de rua essa “desordem” que incomoda

seria a criação de outro modo de ver e conviver na cidade, contrariando, assim, os anseios daqueles que almejam e sonham com a erradicação da demanda da população moradora de rua.

No decorrer dos últimos anos, os Serviços de Atendimento Social de Rua/SEMAS, ou Abordagem de Rua como é mais conhecido, propõem uma nova estratégia em suas ações na intenção de diminuir as queixas e a intolerância da cidade em relação aos moradores de rua. Sentimentos de intolerância geram comportamentos que colocam em situação de risco a integridade física do povo da rua. O que se percebe é que muitas políticas formais e também pesquisas acadêmicas lidam com estes modos de vida permeados por perspectivas que domesticam e silenciam as táticas e astúcias engendradas nas ruas.

Na implementação de uma metodologia proposta pelo poder público para o trabalho com a população de rua, observamos que, para além do que poderia ser uma estratégia de acolhimento da população de rua, o “pano de fundo” seria uma intencionalidade de administrar as relações sociais dos cidadãos domiciliados com o público de nossa pesquisa. Nesse sentido, orientações sobre comportamentos “socialmente mais aceitáveis” estavam em curso, numa tentativa de modelagem dos modos de existência e do cotidiano do morador de rua.

Essa estratégia, ou metodologia de trabalho, tinha como propósito inibir ações de intolerância que vinham se acentuando contra o morador de rua - os mesmos são alvo inúmeras vezes de espancamentos e recebem constantes ameaças de serem incinerados. Sobre esse assunto, salvo noticiários dos jornais de maior circulação do estado e o relato de moradores de rua, na cidade de Vitória não existe nenhum levantamento oficial sobre os tipos de violações e números de vítimas. Assim sendo, as orientações tinham o intuito de amenizar as tensões e queixas sobre atitudes tidas como “antissocial” do morador de rua. Nesse sentido, fazer uso adequado de banheiros públicos, não utilizar bicas e chafariz para o banho, não cozinhar nas calçadas e praças, não deixar visíveis nas vias públicas seus pertences pessoais, incluindo colchões e cobertores entre outros utensílios, não ter publicamente contatos íntimos ou atitudes que pudessem incorrer como atentado ao pudor, constavam como orientações a serem feitas nas abordagens com o povo da rua.

Refletimos assim sobre esse modo de lidar com o cotidiano da rua. O que estaria posto nessa estratégia de abordar e “orientar” o morador de rua? Não se trata, então, de chamarmos atenção para novos dispositivos de controle sobre esse seguimento que estariam sendo engendrados na atualidade?

Nessa direção, exemplificamos o caso de Patrícia, travesti e moradora de rua, que, ao expor os seios por diversas vezes em público, foi indiciada e respondeu a processo por atentado ao pudor e aos bons costumes. Julgada, foi condenada a cumprir pena alternativa, devendo fornecer uma cesta básica de alimentos por mês para uma instituição que desenvolve trabalho social. Cabe ressaltar que Patrícia não tem emprego ou mesmo qualquer outra fonte de renda. Outra moradora de rua responde a processo por ter reagido e avançado sobre o policial que incinerou sua barraca de dormir. Era uma barraca de camping que, segundo ela, havia comprado com muita dificuldade, montando somente às noites para se abrigar.

Apesar das insistentes tentativas, a estratégia de modelar os modos de vida do povo da rua tem demonstrado sua ineficácia. A população de rua tem costumes muito similares, mas também muito heterogêneos, com regras, rotinas, trajetos e expressões. As formas como ocupam as ruas, se organizam em grupo, os modos de viver e pensar, enfim, as articulações que tecem cotidianamente com a cidade nos fazem pensar, e nos arriscamos a dizer que, para nós, a população em situação de rua, a seu modo e com suas próprias ferramentas, “constrói a convivência na cidade”.

Cabe chamar atenção que é necessário também problematizar uma certa romantização da rua como espaço de liberdade. Contudo, mesmo as estratégias de normatização de seus modos de vida e os dispositivos de controle, ainda que revestidos como metodologia de trabalho, não são capazes de mudar práticas inventadas e modos singulares que são tecidos no habitar as ruas da cidade.

Estas são as paisagens que permearam esta pesquisa, possibilitando um desenho da cidade de Vitória, a partir de uma perspectiva cartográfica que foi tecida saboreando narrações dos moradores de rua. Neste processo delineou-se um outro lugar que por acaso também se chama Vitória. No processo dessa produção um outro universo foi descortinado. Barros e Kastrup (2009, p. 56) apontam que no

processo de pesquisa participamos, “[...] em certa medida, da vida das pessoas, ao mesmo tempo modificando e sendo modificados pela experiência deste fazer pesquisa”.

Experimentando muitos estranhamentos, pesquisamos sobre os modos de vida da população em situação de rua, vendo que em seu cotidiano produz maneiras de viver. A população em situação de rua é um grupo heterogêneo, mas é preciso entrar “[...] em relação com os heterogêneos que nos cercam, agir com eles, escrever com eles” (BARROS; KASTRUP, 2009, p. 57). Este desafio nos impulsionou a pesquisar os modos de vida da população de rua e as políticas que tecem e atravessam suas vidas cotidianas.

Organizamos o texto de dissertação de modo a visibilizar os percursos da pesquisa, por isso ela está organizada em consonância com os movimentos experimentados. Inspiramo-nos em alguns movimentos da capoeira para nomear estes movimentos. Assim, o movimento 1, intitulado como “Entrando na roda – cartografando políticas de vida nas ruas de Vitória”, aponta os percursos da pesquisa realizada, por entender que sua explicitação traz elementos importantes acerca dos modos de vida da população de rua. O movimento 2, nomeado como “Modos de vida: táticas e astúcias interferindo na paisagem urbana”, discute as táticas, astúcias, ou seja, maneiras de fazer a vida fabricadas pela população de rua. Por fim, finalizamos esta dissertação com o movimento 3, intitulado “Abrindo outras rodas”, em que apontamos os desdobramentos da pesquisa realizada e que se efetuaram em seu percurso.

O mapeamento realizado e as conversas efetuadas com os participantes da pesquisa seguiram as normas éticas estabelecidas para a realização de pesquisas com seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/UFES), que acolheu nossa solicitação e autorizou a liberação do uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) nesta pesquisa, em função das especificidades dos modos de vida da população em situação de rua.

MOVIMENTO UM – ENTRANDO NA RODA: CARTOGRAFANDO POLÍTICAS DE VIDA NAS RUAS DE VITÓRIA

Nosso propósito neste primeiro movimento é apresentar os caminhos efetuados na produção da pesquisa, destacando as paisagens que compõem a vida nas ruas e que interferiram de forma intensa no modo como antes esta pesquisadora pensava a vida da população de rua.

Para iniciar a pesquisa de campo foi necessário destituir algumas ferramentas que constituem o profissional da gestão pública. Portanto, nada do suporte logístico comumente utilizado nos atendimentos internos ou nas abordagens da SEMAS, tais como jalecos, kombis adesivadas, fichas de cadastro, dentre outros aparatos que estrategicamente são utilizados para assegurar ao profissional o trânsito e o acesso entre os grupos de rua. Contudo, para este estudo foi de grande valia a experiência tecida em anos de trabalho nas ruas. Foi necessário um certo cuidado para não repetir no campo de pesquisa modelos padronizados de intervenções já naturalizadas em nossa prática profissional, “[...] justificadas nas políticas de proteção da rede de assistência para esse segmento, que no fim das contas “legitima uma intervenção/ tutela do Estado a fim de promover a manutenção da ordem” (NASCIMENTO, 2011, p. 1).

Iniciamos nossa construção nesse caminhar, conforme já referimos, a partir das pistas do método cartográfico, seguindo os dizeres de Passos e Barros (2009, p. 17), ao afirmarem que conhecer, fazer pesquisa e intervir são ações inseparáveis, pois “[...] toda pesquisa é intervenção [os autores prosseguem, acentuando que] [...] a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência [...]”. Para eles, a cartografia visa acompanhar os efeitos que a pesquisa efetua sobre o “objeto”, o pesquisador e os saberes daí decorrentes. Na rua, com a população moradora de rua, nos colocamos na posição da “cocorinha” que, segundo Alvarez e Passos (2009, p. 144), “[...] pode servir de exemplo da habitação de um território de pesquisa pelo aprendiz-cartográfico”. Tal posição é relatada da seguinte forma pelos autores:

A posição de ‘cocorinha’ característica do jogo da capoeira: modo de ficar agachado, como que sentado nos calcanhares sustentando o corpo sob os pés. Nem em pé nem sentado, o capoeirista fica entre essas posições, intermediário, em meio ao que se passa. Além de ser uma posição de

defesa e esquiva, a cocorinha é a posição em que os angoleiros iniciam, ao pé do berimbau (diante da orquestra) e ao lado do oponente, o seu jogo. (ALVARES; PASSOS, 2009, p. 144-145).

Como cartógrafo iniciante, seguindo a recomendação dos autores acima referidos, desenvolvemos este trabalho de “cocorinha”, na concentração, na espreita atenta, na atenção ora focada, ora desfocada a diversos eventos inesperados. Assim, ficamos “[...] horas a fio numa mesma posição”. (ALVARES; PASSOS, 2009, p. 145)

Como assinalam Barros e Kastrup (2009, p. 52), “[...] cartografar é acompanhar processos”. Compreendemos, com estas autoras, que esse modo de fazer pesquisa distingue-se, portanto, das pesquisas voltadas para a representação de objetos ou daquelas que utilizam procedimentos metodológicos gerais a serem aplicados sobre um objeto previamente definido. As autoras afirmam que tal perspectiva de análise requer habitar um território que, em princípio, é estranho ao pesquisador (BARROS; KASTRUP, 2009). Podemos então falar que, movidas por uma incessante inquietude, colocamos em prática um modo de pesquisar que resultou em bons encontros.

As múltiplas funções de trabalho desempenhadas até então com esse segmento, como exposto anteriormente, vem de longa data. Nessa forma de estar com os sujeitos, nos deparamos com movimentos que nos colocaram imersos em um universo de potências nunca antes imaginado. Os pequenos movimentos e os modos de agir e pensar que os sujeitos tecem vivendo nas ruas são acontecimentos que percebemos como significativos e que, portanto, precisam ter visibilidade, além, é claro, de referenciar os caminhos que trilhamos nesta pesquisa.

1.1 O CAMINHANDO DA PESQUISA E AS DIVERSAS ENTRADAS NAS RUAS

A pesquisa que desenvolvemos abarcou três etapas: uma primeira etapa, que designamos como um estudo exploratório, realizada na região central da cidade de Vitória/ES, visou uma aproximação com os grupos de moradores de rua para mapear as políticas que atravessam a vida nas ruas; uma segunda etapa que objetivou o mapeamento dos grupos em situação de rua na cidade de Vitória, destacando as paisagens urbanas nas quais esta população efetua relações sociais; uma terceira etapa em que, a partir do mapeamento efetuado, foram definidos os

moradores de rua com os quais conversamos visando dar visibilidade às táticas e astúcias que tecem em seu cotidiano e, neste processo, forjam modos de vida.

1.1.1 Uma primeira entrada nas ruas: cartografando políticas formais e informais⁵

Buscando delinear o foco da pesquisa desta dissertação, efetuamos uma primeira aproximação com algumas pessoas que vivem nas ruas da cidade de Vitória. Neste primeiro momento, visava-se ampliar uma escuta para as políticas de vida que constroem nas ruas. Aqui foi vivenciado um primeiro momento de estranhamento quando, de cocorinha, parti para as ruas visando perceber as políticas formais que permeavam a vida nas ruas e as políticas informais que os moradores de rua traçam em seu cotidiano.

A primeira etapa deste trabalho foi realizada na região central de Vitória, capital do estado do Espírito Santo. Acompanhando uma das ações de abordagem com a população em situação de rua, realizada por educadores sociais de rua da SEMAS, visitamos um local de grande incidência desse público, conhecido como cracolândia que fica situado debaixo de uma ponte metálica abandonada que fazia a ligação da Ilha do Príncipe com a Ilha de Vitória. Atualmente, neste local circula um grupo heterogêneo e flutuante, constituído em sua maioria por jovens de ambos os sexos e de crianças que, em menor número, também circulam por esse local. Alguns utilizam o espaço como moradia, outros o empregam apenas como “sala de uso” (nome utilizado pela Política Nacional de Redução de Danos para designar espaços usados para consumo de droga).

Ao chegarmos ao local, a paisagem impressionava mesmo para os olhos daqueles que estão habituados com o cotidiano desse público. Era possível congelar a cena como em uma fotografia. Congelar para melhor entender a atitude do momento, pois

⁵ Chamamos de política formal as políticas que se materializam em equipamentos públicos e/ou programas e cuja implementação está sob a responsabilidade dos governos federal, estadual ou municipal, tais como a política de assistência social, a política de saúde, a política de educação, a política de limpeza urbana, a política de segurança pública, dentre outras. Já as políticas informais são aquelas tecidas pela população em situação de rua em seu cotidiano, usando para tal de uma diversidade de táticas e astúcias. Contudo, ressaltamos que as políticas formais e as informais não estão em pólos separados, ambas as políticas (formais e informais) atravessam-se cotidianamente.

ali surge “[...] algo que não pode ser silenciado” (BENJAMIN, 1994, p. 93). Esse autor também menciona:

[...] Percebemos, em geral, o movimento de um homem que caminha, ainda que em grandes traços, mas nada percebemos de sua atitude na exata fração de segundos em que ele dá um passo. (BENJAMIN, 1994, p. 94)

Foi nessa ambiência que nos pusemos a escutar os atores ali presentes e registrar suas narrativas acerca do cotidiano da vida nas ruas. Das histórias contadas, tentamos ficar atentas ao que poderia ser compreendido como políticas que transitam pela rua a partir da experiência de seus moradores.

A população em situação de rua não é um grupo homogêneo e sim heterogêneo, como já dissemos anteriormente, nele se encontrando flanelinhas, catadores de materiais recicláveis, malabares, egressos do sistema prisional, pessoas com sofrimento psíquico, pedintes. Uma característica de quase todos os grupos é a baixa escolarização, o desemprego e a ausência de domicílio fixo, e assim buscam constantemente alternativas de pernoite e sobrevivência nas ruas. A maioria dos moradores de rua é afro-descendente.

O morador de rua em suas andanças efetua trajetos que, para olhares menos atentos, podem parecer como “insignificantes”, desprovidos de sentido. A aposta desta pesquisa foi compartilhar os modos de vida que estes sujeitos fabricam, e que resistem aos olhares desqualificadores e moralizantes de parte da sociedade quando se deparam com modos de vida tão heterogêneos.

Nas conversas realizadas, os moradores da rua apontam que a política formal de segurança transita no cotidiano da vida nas ruas usando de violência física e verbal: “Os caras tão botando terror; tão batendo com força” ou “Tudo bem, estamos errados usando droga, então é só tomar a droga, não precisa bater” Ao mesmo tempo, nos indicam que outra política de segurança é efetuada pelos moradores da rua, criando maneiras para se protegerem da violência policial: “Sempre tem um ‘falcão’ que fica na atividade, quando a polícia ‘pinta’ eles gritam ‘olha os coletes’, e sai todo mundo”. Dormir de dia e em grupo, também é uma estratégia utilizada pelos moradores da rua para se protegerem da violência policial.

Foi possível perceber que conhecem bem a rede de apoio do poder público, pois às vezes pedem ajuda pelo telefone 156, acionando diretamente o Serviço de

Abordagem de Rua, mas raramente buscam os Serviços Públicos de Saúde. São vários os obstáculos que esta população tem que enfrentar para acessar esses serviços de saúde, e estes incluem práticas de preconceito, bem como o temor de terem suas existências controladas. Contudo, lançam mão de saberes não reconhecidos e de redes de solidariedade para enfrentarem os agravos cotidianos à saúde. As mulheres mais velhas recorrem aos chás com folhas medicinais e, em casos graves, também solicitam apoio de comerciantes ou de moradores conhecidos. É necessário salientar que há moradores de rua que estabelecem relações de proximidade com os demais moradores da cidade, e é com estas redes que também vão tecendo os cuidados com a vida.

Os moradores de rua com os quais conversamos, frequentemente queixam-se dos espaços de albergamento, dizem que nos abrigos são tratados como crianças: “Tudo tem que ter hora”, ou “Não tem um cantinho só pra mim, é uma bagunça todo mundo junto”. Não é permitido casais dormirem juntos nos abrigos, segundo a população em situação de rua há ainda um excesso de regras com as quais não conseguem lidar. Como os abrigos funcionam como espaços de disciplinarização e controle, com regras e instituição de modos de vida que se confrontam àqueles tecidos nas ruas, estes espaços são apropriados de forma restrita pelos moradores de rua. Mesmo assim, por não haver alternativa de moradia pública no município, entendem que o jeito então é buscar os serviços dos albergues.

Cabe ressaltar que a vida na rua não se efetua sem a constituição de uma política informal de moradia praticada por aqueles que têm na rua seu próprio lugar de moradia. Habitar a rua requer astúcia, fabricação e compartilhamento de saberes, prontidão dos sentidos, como apontou Milton Santos (2000) acerca dos despossuídos. Implica lidar com a imprevisibilidade permanentemente.

O povo morador das ruas se apropria de terrenos baldios, casas, prédios abandonados, de espaços embaixo de pontes, praças e marquises. Ao descobrirem imóveis ou terrenos baldios, que estão desocupados, ociosos ou abandonados, apossar-se deles não é entendido por estes grupos como invasão, e sim ocupação. Portanto, torna-se legítimo fazer uso do lugar, uma vez que eles só ocupam e fazem uso dos espaços da cidade que não estão sendo utilizados, inclusive os banheiros públicos. Para saber se existem imóveis abandonados na cidade, os moradores de

rua precisam mapeá-los constantemente. Eles bem sabem que não ficarão por muito tempo no mesmo lugar, em função da pressão cotidiana das políticas públicas e dos demais moradores da cidade que os obrigam a circular pelos espaços da cidade.

Logo, quando o morador de rua se movimenta para outro espaço ele sabe para onde vai, pois já conhece os imóveis abandonados na cidade que vai ocupar. Ele vive e circula por uma área por eles circunscrita, demonstrando, assim, que a rua não é um espaço indiferente para ele. Um conjunto de fatores define esta ocupação dos espaços, que se faz em função da “permissão social” para ocupação ou da ocorrência de menor pressão do poder público e dos demais moradores da cidade. Porém será sempre um lugar estratégico na região que será ocupado, ou seja, aquele que de algum modo favorece a sua sobrevivência.

A vida na rua não dispensa regras e cuidados. Dormem nas ruas, mas dormem atentos para se protegerem de alguma eventualidade, assim como aprendem a driblar os sistemas de segurança dos locais usados por eles como abrigo. Sua sobrevivência se efetua realizando pequenos serviços e atendendo aos interesses de muitos comerciantes.

O viver na rua não se garante com práticas de isolamento e sem trocas, faz-se necessário tecer redes de solidariedade. Quem cai na rua não tem como viver sozinho. Para ser aceito “não pode ser um parasita”, e isso inclui compartilhar desde o pedir dinheiro ou alimento aos transeuntes, ou realizar pequenos serviços como limpar a rua, cuidar do lixo de algum estabelecimento comercial, fazer pequenos favores aos comerciantes ou camelôs, dentre outros.

Ainda imersos nesse universo de novos sentidos, prosseguimos no exercício de pesquisar esse campo que acreditávamos familiar e conhecido, mas que produzia mais e mais estranhamentos a cada dia que retomávamos às ruas. A conversa com Anderson Miranda e Liliane Conceição, realizada no primeiro momento desta pesquisa, muito contribuiu para delinear os caminhos possíveis deste estudo. Desta forma, transcrevemos aqui estas narrativas, uma vez que contribuíram para evidenciar as dificuldades e/ou o desconhecimento acerca das sutilezas, da rede de saberes e das práticas de violência que permeiam a vida nas ruas e que provocaram muitas das inquietações e estranhamentos experimentados no andamento da

pesquisa. Nesse sentido, essas narrações subsidiaram muitas reflexões, fazendo emergir um modo de vida na rua que desconhecia no fazer cotidiano como profissional da política de assistência social.

A conversa com Anderson foi feita durante um Seminário Estadual sobre a população de rua, promovido pelas Secretarias de Assistência Social do Estado do Espírito Santo e do Município de Vitória, em outubro de 2010. A conversa com Liliane ocorreu na região da Ponte Seca, Centro de Vitória, em maio de 2010, algumas semanas antes de seu assassinato.

a) O pardal que vai e volta

Anderson Lopes Miranda, de 45 anos, vivia, até pouco tempo, com as duas filhas, de 1 e 3 anos, e a mãe das meninas em um albergue para famílias em São Paulo. Sobrevivia de recolher latinhas nas ruas da cidade. Hoje, como líder do Movimento Nacional de População em situação de rua (MNPR), já viajou diversas vezes para Brasília e para países como Alemanha e Argentina. Isso para reivindicar, principalmente, o fim do assistencialismo e início das políticas públicas para os moradores de rua. “Chega de ser um problema só da assistência. Queremos ser tratados como problema de saúde pública, educação, saúde, trabalho, habitação”. O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) tem comissões organizadas em vários Estados brasileiros (São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia, Ceará, Brasília e, mais recentemente, também no Espírito Santo).

No Espírito Santo, temos trabalhado nos últimos dois anos para consolidar uma base do movimento no estado. Entre 2011 e 2012 ganhou fôlego uma Comissão do MNPR em Vitória, tendo como apoiadores diversos técnicos que atuam na rede de políticas públicas deste município, ONGs, e estudantes do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, por meio do projeto de extensão “Andarilhos”, criado em 2011. Desta forma, os apoiadores atuam com o propósito de fortalecer o trabalho do movimento no estado.

De estatura média e carismático, Anderson fala sobre sua trajetória nas ruas. Diz ter morado nas ruas por 15 anos, viajando por várias cidades do Brasil, inclusive Vitória (ES). Foi morador de rua e vivenciou tudo o que a rua pode proporcionar.

Vocês sabem o que significa o pardal nas ruas? O pardal representa a população de rua, pois vai [...] vai e retorna, porque não conseguiu chegar a lugar algum. A partir do momento em que você chega numa cidade, dizem: 'É mendigo, é morador de rua'. Então, você é expulso, é jogado para o outro lado, é 'convidado' a deixar a cidade. Somos tratados pela sociedade com preconceito, de forma pejorativa, nos chama de: "mendigo", 'maloqueiros', 'desocupados', 'sujos', 'vagabundos', 'carentes', 'doentes mentais', 'indesejáveis', 'drogados', 'vadios', 'bandidos' (ANDERSON).

"De onde nós viemos?" Anderson responde que "Nós, moradores de rua, viemos do rompimento do capitalismo. Ele nos joga para rua, o desemprego, o rompimento familiar, os presídios". Como liderança do MNPR, enfatiza que

O Estado cria um sistema perverso e mais capitalista ainda, afetando a população de rua. Hoje, o MNPR consegue ter um diálogo grande com o governo Federal desde 2003, mas em alguns Estados e municípios não existe diálogo. Fazem as políticas de cima para baixo, não consultam os movimentos, a sociedade, a participação de quem está na comunidade ou vivendo na rua. Os albergues, as casas de passagem, foram criados no sistema militarista. Havia Albergue, onde tinha a presença da Polícia Militar, alguns 'mandavam' a população de rua para determinado lugar, sem saber qual sua origem, de onde tinha vindo (ANDERSON).

Situa a postura de alguns técnicos na abordagem com a população de rua, da qual discorda, pois acredita que o sujeito deva ser atendido com a seguinte pergunta "Como podemos te ajudar?" e não, "Qual é o seu problema?" Para Anderson, da rua ninguém sai sozinho. "Você sai quando encontra um amigo". Ouvimos ainda Anderson narrar suas histórias que serão aqui registradas como nos foram narradas:

Fui criado em um orfanato, sou órfão de pai e mãe, nunca conheci meus familiares. Comecei a trabalhar dentro do próprio orfanato, assumi os serviços, cozinheira para até cem pessoas, quando assumi o serviço da cozinha rompeu o sistema, pois estava entre os 13 e 14 anos, nessa idade começo a trabalhar e estudar assumindo a cozinha. O dinheiro que recebia dava todo pro diretor do orfanato. No orfanato aprendi o que é sexo, drogas, e nas ruas não fiz uso de substância psicoativa. Posteriormente rompi com o orfanato, não dava mais dinheiro ao diretor do orfanato, então fui morar numa pensão. Depois fui assaltado, perdendo todos os meus documentos, assim fui parar nas ruas. A primeira noite foi difícil, a segunda também... Dormi num túnel onde fui estuprado. Nas ruas, as pessoas cuspe e urina no morador de rua, além de jogar fogo. Na Bahia, fui atropelado e sofri o preconceito no hospital. Falavam que eu era morador de rua e não queriam me atender e me jogaram numa cama com a clavícula quebrada, e no terceiro dia me jogaram pra rua de novo. Também trabalhei em um circo, era um trabalho escravo, tinha uma jornada de até 18 horas por dia, e não podia sair não, caso contrário seria assassinado. Assim, tive que fugir (ANDERSON).

Firme nas palavras, sem titubear um só instante, Anderson continua contando como transcorre a vida na rua.

Na rua há muita violência, insegurança e agressão. O Movimento Nacional é contra a violência, a nossa ação é de conscientização das políticas públicas sobre essa questão. Pra se criar serviços de atenção à população de rua é preciso que os mesmo participem, pois não se constrói regras e políticas públicas de cima para baixo. Cada um tem um projeto, uma forma de sair da rua, também não é possível sair dos albergues sem uma moradia definitiva, então é preciso proposta para isso. As pessoas que estão em albergues têm um período de permanência de acordo com os critérios, ou ela renova o período de permanência ou ela vai pra outro albergue. Como não encontra outra saída ela fica de albergue em albergue [...] ou então retorna para as ruas. Também não é possível habitação para população de rua sem que tenha um emprego antes. Não é o processo da rua para a moradia, não defendemos moradia sem passar primeiro pelo processo do mercado de trabalho, muitas vezes até antes mesmo do emprego são necessários cuidados de saúde, pois muitos dos moradores de rua são usuários de drogas. Nós não somos casos de polícia, somos a omissão do Estado nas políticas públicas. Tenho uma companheira e dois filhos, vivo com ela apenas para que não haja o rompimento familiar, mas não vivemos como marido e mulher. Acho importante o vínculo familiar, o apartamento que moro que não é meu, é da minha família, mas sem um emprego eu não teria como manter, pois são muitas dívidas. Mesmo saindo da situação de rua eu me comprometo duas vezes por semana, vou ver a situação dos companheiros que ainda estão nas ruas, às vezes eu preciso voltar às ruas... Tenho sangue, trajetória e marca da rua, a rua está interiorizada em mim. Jamais eu saio da rua (ANDERSON).

b) Eles me chamam de sorriso

Liliane Conceição, na data de sua morte em 2010, tinha 23 anos de idade. Órfã de mãe, seu pai ficou paraplégico após um tiro nas costas, mas não conviveu com os filhos, segundo nos havia narrado. Aos 13 anos, ela iniciou suas andanças entre as instituições de acolhimento para crianças e adolescentes e o mundo da rua. Ainda na adolescência, Liliane alimentava o sonho de ser modelo e atriz. Não sabemos ao certo se sabia ler, e não demonstrava interesse por esse tipo de saber. Em suas estadas pelas casas de abrigo, frequentou cursos de artes, muito bonita sonhou em ser modelo. Era comum “evadir” dos espaços de albergamento, isso ocorria sempre que chegavam informações de alguém recente do mundo da rua. A casa Lar da Menina II (situada no Bairro Santo Antonio /Vitória), mantém muros altos e as meninas residentes se sentiam presas e ansiavam por liberdade. Para os técnicos do lugar, assistentes sociais e psicólogos, era difícil fazê-las perceber ali uma possibilidade de “vida melhor”. Como Liliane, outras jovens residentes da casa

se recusavam a aceitar os esquemas de vida propostos pela instituição, com muitas regras, disciplina e controle.

Houve um dia em que Liliane foi embora e nunca mais voltou à Casa Lar. A partir desse momento, era figura fácil entre os meninos de rua de Vitória. Assim, morando nas ruas, viveu todo o seu período de adolescência e, ainda nesse momento de sua vida, disse certa vez “[...] não tem mais jeito não, tia, não deixo mais a rua”. Sempre com partes do corpo à mostra, a veste suja, às vezes descalça, com os cabelos desalinhados, sem os cuidados de higiene do corpo, ainda assim, além de um belo sorriso, exibia atrativos físicos que seduziam meninos e homens e essa habilidade “uma jogada infalível”, lhe rendia bons frutos na rua.

A mulher em situação de rua é considerada “mercadoria ambulante”. Logo que chega às ruas, busca um companheiro, caso contrário será de todos. Com um companheiro, será “protegida”, e terá o “puxe”⁶ garantido, pelo “puxe” ela se submete a qualquer tipo de relação sexual ou outras situações na noite pelo parceiro. Na rua, Liliane aprendeu a viver com desenvoltura, a driblar situações de perigo, aprendeu a usar drogas. Seu primeiro contato com as drogas foi aos nove anos de idade, fazendo uso de maconha inicialmente. Mesmo em seu curto tempo de vida, teve diversos amores, pois um companheiro na rua “garante” de certa forma algumas “proteções”, estariam menos vulneráveis a situações de estupro, por exemplo, compartilhar ganhos com os iguais também pode ser uma estratégia para receber “proteção” nas ruas. Por dez anos, Liliane foi assistida pelos serviços da assistência social. Já adulta, alternava suas idas e vindas nas ruas e nos espaços de albergamento sempre no circuito entre as cidades de Guarapari e Vitória/ES. Uma jovem bonita, negra. Sofreu violência doméstica, não sabemos se isso a levou a viver nas ruas. Era órfã de mãe e teve pouco contato com o pai, que ficou paraplégico após ser vitimizado por um tiro na coluna. Assim, ficou sob os cuidados de uma tia. No período em que realizamos visitas domiciliares, a tia citada apresentava diversas fragilidades de saúde. A moradia era simples e a família extensa, composta de muitos primos. Devido à fragilidade física, a tia, que era diabética, não tardou também a falecer. Logo a responsabilidade maior de toda a prole ficou por conta de uma prima mais velha, com 25 anos na época. Sua compreensão de “educação” se baseava em severas punições físicas. Observamos que, para aqueles que decidem

⁶ No mundo das ruas puxe é a forma como denominam o crack.

viver nas ruas, todo o processo de vida pode transcorrer e acabar de forma muito precoce: viver, envelhecer, ser mãe e pai, ou morrer.

Foi no dia 4 de maio de 2010, embaixo da Ponte Seca, região do centro da cidade conhecida como Cracôlandia, que ocorreu o nosso último encontro com Liliane Conceição. Era um dia comum, daqueles em que parece não haver novidades, mas somente a rotina do dia a dia. O sol brilhava no alto do céu há muito tempo, o que significava que a manhã estava por findar, porém somente um grupo de moradores de rua permanecia dormindo, todos aninhados uns aos outros. Liliane se encontrava dormindo junto ao grupo. Ao despertar, nos informou que “[...] dormindo juntos os corpos esquentam e assim sentem menos frio”. Aos poucos, todos foram acordando do sono “tranquilo”, e rapidamente foram “manguear” no entorno, se movimentando entre os transeuntes e o comércio local, em busca de algo que pudesse ser o café da manhã. Logo retornaram com pães, restos de frutas e um líquido que não conseguimos identificar e tudo foi rateado. Comiam de sôfrego. Essa seria a primeira refeição matinal. Dois meses após nossa conversa ela foi assassinada a tiros numa emboscada, próximo ao centro, em uma escadaria. Estava acompanhada de uma amiga.

Liliane não seria propriamente o alvo daquelas balas, e sim sua companheira de rua. O assassino, um vigia da região, confessou posteriormente na delegacia que iria fazer um “acerto de contas” e “cobrar” em relação a um furto cometido alguns dias antes pelas meninas contra a sua esposa. No momento do confronto com o vigia, ambas as jovens, na faixa de 23 anos, ainda tentaram escapar. A primeira, ao ser baleada, fingiu-se de morta. Liliane também tentou correr, mas o tiro foi certo. Segundo nota publicada pelo jornal A Tribuna, em julho de 2010, o tal vigia disse que estava bêbado naquele momento e “[...] não tinha a intenção de matar, mas somente assustar”. Liliane veio a falecer ainda no local. Seu corpo ficou por alguns dias no Instituto Médico Legal até que sua família fosse localizada.

Em outra ocasião, Liliane havia dito: “[...] temos que fazer correria pra viver”. Fazer “correria” na linguagem da rua pode significar: prostituição, pequenos furtos, trabalhar como flanelinha, fazer “bicos” no comércio, ou ainda pequenos “serviços” para o tráfico de drogas. No início de sua trajetória nas ruas, Liliane fazia uso somente de *thinner* e não tardou a ter contato com outras drogas. Nos últimos anos de sua vida o uso do *crack* foi intensificado.

É importante salientar que a questão do uso abusivo de drogas entre a população em situação de rua de Vitória não é o foco de nossa pesquisa. No entanto, não se pode deixar de mencionar a presença da droga no cotidiano desse público, seja ela lícita ou ilícita. Com cada uma das pessoas que encontramos no decorrer deste estudo este tema foi abordado. Falaram sobre as motivações para o uso, sobre a intenção ou o não de fazer um tratamento e o modo como lidam com a questão. Percebe-se entretanto que, em alguns casos, o fato de estar em situação de rua intensificou o uso, “[...] a droga nos ajuda a pegar no sono nas madrugadas. Para dormir nas ruas só mesmo ‘chapado’, assim dormimos em qualquer lugar”, narrou um morador de rua.

Há quem por conta própria busque tratamento, em decorrência do vínculo estabelecido com os profissionais que atuam na rede de atenção à população em situação de rua. Muitos pedem ajuda para abandonar o uso. Em Vitória, o atendimento é feito a partir das equipes de Saúde da Família associadas aos Centros de Atenção Psicossocial: álcool e drogas (CAPS/AD) e/ou pelo consultório de rua. Em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, a Associação Capixaba de Redução de Danos (ACARD) também tem desenvolvido um trabalho na área, contratando, inclusive, para seu quadro de funcionário, moradores e ex-moradores de rua que atuam como agentes de prevenção. “O trabalho consiste na abordagem de pares e, por sermos morador ou ex-morador de rua, falamos a mesma linguagem”, nos informou uma agente de prevenção da ACARD.

Para Antonio Lancetti (2011), nenhuma estratégia parece ser aplicável como receita única e o autor alerta ainda para que o problema das drogas esteja longe de depender exclusivamente da saúde. De um modo ou de outro a relação com as drogas é sempre presente nas ruas. Seja para amenizar as agruras vividas no cotidiano, as violações de direitos frequentemente experimentadas ou em função de uma relação de uso de drogas que antecedeu a ida para as ruas, e até mesmo como modo de compartilhar a vida, encontramos moradores em situação de rua que fazem uso de drogas tais como o álcool, a maconha, a cocaína, o *thinner* e mesmo o *crack*. Às vezes elas se misturam, como a maconha e o crack, o chamado “fliston”, cuja

fórmula também é conhecida pela política de redução de danos e usada em algumas situações para amenizar a fissura do *crack*.⁷

Hoje, nas ruas, o *crack* é uma droga de fácil distribuição e barata, mas já há algum tempo deixou de ser apenas uma droga consumida por moradores em situação de rua. Embora estudos venham mostrando que o grau de dependência do *crack* não é superior ao de outras drogas como a cocaína e a heroína, ou até mesmo o álcool, nos últimos anos temos convivido com a demonização do usuário de *crack*, e com ações cada vez mais repressoras por parte dos governos estaduais e municipais em várias regiões do Brasil. Nas ações de repressão, parte-se do pressuposto de que o uso de drogas ilícitas é um caso de polícia e não de políticas públicas de saúde, assistência social, dentre outras.

Liliane havia sido convidada a participar de nossa pesquisa e de pronto havia concordado. Quando lhe dissemos que somente seria publicado o que fosse autorizado, ela respondeu “Não tenho nada para esconder, falarei tudo”. Nesse momento, parecia agitada, mal conseguindo se concentrar em nosso diálogo, pois estava na “fissura” para consumir o *crack* que tinha em mãos. Dessa forma, ficou acertado que tornaríamos a procurá-la em breve para realizar a entrevista. Ao nos despedirmos disse “Sabe, aqui eles me chamam de ‘Sorriso’”.

Anderson Lopes Miranda e Liliane Conceição falam da vivência de morar nas ruas, revelando que:

A inserção no mundo da rua não se dá de forma repentina. Gradativamente o indivíduo vai abandonando hábitos, costumes e conceitos, para pouco a pouco ir vivenciando e adquirindo um novo entendimento da rua e por que não dizer da vida. (VIEIRA; ROSA; BEZERRA, 2004, p. 96)

Outra forma possível de existir no mundo é tecida na vida das ruas.

A partir destas conversas fizemos um repouso, não um repouso de quem estivesse “desligado”, mas, ao contrário, como uma dispersão momentânea, para melhor focar a atenção, não atropelar o tempo dos eventos no dia a dia (BARROS; KASTRUP, 2009). A conversa com Anderson e Liliane nos mostrou que era necessário voltar às ruas e nos colocarmos novamente em posição de “cocorinha” para eleger os moradores de rua que seriam convidados a participar da pesquisa. Ir aos locais em

⁷ A redução de danos foi instituída pela Política Nacional de Saúde (Decreto. 3.696.21/05).

que se agrupam e manter a atenção focalizada nos modos de ocupação dos espaços públicos, captar os tensionamentos experimentados nas relações com o mundo da rua, enfim, dar visibilidade às políticas de vida tecidas nas ruas de Vitória.

1.1.2 As cidades: um lugar de apostas e de mau trato

A segunda etapa da pesquisa objetivou cartografar a cidade atenta aos espaços ocupados pela população em situação de rua. Neste momento precisava ter a atenção voltada não apenas aos espaços geográficos que habitavam, mas a tudo o que tomava parte nesta paisagem. Neste processo de ir às ruas e travar conversas com os moradores de rua, ocupando um lugar diverso do já conhecido como técnica e gestora de programas da assistência social, contei com alguns parceiros-aliados. No momento em que realizava este trabalho, iniciava também o projeto de extensão Andarilhos para o qual fui convidada por dois estudantes do curso de graduação em Psicologia da UFES, Antonio e Isabel, a ajudar a construir e coordenar com apoio da Professora Ana Lucia Coelho Heckert.

Assim, Antônio e Isabel foram comigo para as ruas e tomaram parte na paisagem que, com nosso olhar cartográfico, íamos construindo. Entendemos que seria possível conjugar nossas caminhadas, uma vez que o foco da pesquisa neste momento era o mapeamento dos caminhos que a população em situação de rua percorre em seu deslocamento itinerante pela cidade.

Nossas andanças compreenderam o Centro da Cidade de Vitória, especialmente a Praça Costa Pereira e o Sambão do Povo, a Praça do EPA (Praça Regina Frigeri Furno) em Jardim da Penha e a Praça dos Eucaliptos em Maruípe. Uma curiosidade é que os moradores em situação de rua também dão nomes aos lugares que ocupam, e nem sempre se referem aos logradouros públicos usando a mesma nomenclatura.

De início, decidimos com esse grupo de estudantes do projeto de extensão “Andarilhos” que iríamos buscar orientação com a população em situação de rua com relação aos itinerários que deveríamos percorrer pela cidade. Assim,

agendamos um encontro na Hospedagem Noturna,⁸ local de parada de muitos moradores de rua que não desejam pernoitar nas ruas.

Com o propósito de cartografar a cidade e os modos de vida dos moradores de rua, entramos em determinadas “zonas perigosas”, onde o tráfico de drogas impõe o seu domínio e as relações com o aparato de segurança são tensas. Nas idas e vindas, um novo desafio se impôs para lidar com as barreiras que colocam a população moradora de rua no limiar entre o ato lícito e o ato ilícito em suas práticas cotidianas. Era preciso, então, vislumbrar outras possibilidades para adentrar regiões desconhecidas como, por exemplo, a “cracolândia”, bem como para estabelecer contato com grupos que desconhecia ou a que tinha pouco acesso. A prudência clamava por zelo na condução do processo e o uso de uma camiseta que identificasse a instituição de pesquisa a qual estava vinculada como mestranda, a UFES, foi uma das estratégias usadas. Esta estratégia de uso da camiseta de identificação não era uma regra para todos os pontos visitados, pois havia territórios mapeados que, somente pelos vínculos estabelecidos anteriormente, garantiriam uma relação de confiança e acolhimento à proposta desta pesquisa, e até mesmo proteção para eventuais riscos a que pudesse estar exposta.

Se os vínculos estabelecidos anteriormente com o povo da rua foram facilitadores na realização desta pesquisa, tarefa difícil foi os moradores de rua compreenderem as diferentes funções que desempenhava no momento: militante, técnica, e agora tentando ser pesquisadora. Entre tantos outros, esse foi mais um desafio que se colocou estabeleceu.

Caminhando junto, estando lado a lado, ao mesmo tempo em que os diálogos transcorriam nas diversas andanças e conversações, os moradores de rua aproveitavam para trazer suas demandas e solicitar orientações sobre as políticas formais de atenção à população em situação de rua. Até então minha compreensão e percepção eram distintas sobre as ações e práticas do cotidiano dessas pessoas. A impressão é que alguma coisa desarrumava e arrumava, fazendo cartografia e a cartografia nos fazendo, uma grande ciranda de produção de novos saberes acerca da vida nas ruas.

⁸ Hospedagem noturna é um espaço de acolhida à população adulta em situação de rua e é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Vitória (SEMAS-PMV). Neste espaço é oferecido alimentação, higienização e abrigo provisório.

Para realizar o mapeamento, tínhamos o desafio de não criar regras absolutas e também não funcionar de modo rígido; assim fomos aos poucos construindo um território existencial (ALVAREZ; PASSOS, 2009).

O objetivo não era o de traçar o desenho de um mapa geográfico da ocupação das ruas da cidade pelos moradores em situação de rua, ainda que localizar os espaços pelos quais transitavam fosse necessário para compreender os processos que se passam nas ruas e que, muitas vezes, provocam deslocamentos desta população no espaço urbano. O que visávamos era mergulhar no campo de pesquisa, recortando o que era mais importante, esboçando um ponto de partida.

Com efeito, tínhamos em mente dar visibilidade às formas de ocupação da cidade pela população em situação de rua e, neste percurso, nosso roteiro indicava uma atenção cuidadosa às seguintes questões: o modo como se organizam (individualmente ou em grupos) e habitam as ruas, em que região da cidade estão vivendo, como ocupam os espaços escolhidos, como os grupos são constituídos (adultos, jovens, idosos, etc.), qual a sua etnia, como organizam e cuidam de seus pertences pessoais, como se alimentam, como convivem com os demais moradores da cidade, dentre outras questões. Assim, em meio ao asfalto, íamos registrando no diário de campo algumas descrições e impressões deste percurso, seguindo as indicações de Certeau (2008, p. 206).

[...], uma dança de passos através da cidade: vinte passos bem em frente, depois dobre à esquerda, e depois ainda quarenta passos [...]. O desenho articula práticas espacializantes, como os planos de itinerário urbanos, arte de gestos e relatos de passos [...] como em um traçado que não segue o relevo de uma “estrada”, mas um “diário” de marcha.

a) Andando nas ruas pelo traçado da população em situação de rua

Como o desafio que se impôs era seguir o conselho de Manoel de Barros (2001, p. 4) “[...] desaprender oito horas por dia, eis o princípio”, isto é, desnaturalizar o olhar e o andar pelas ruas instituídos em muitos anos de atuação como técnica da Assistência Social, o agendamento de uma conversa com os moradores de rua na Hospedagem Noturna foi o primeiro passo dado. O objetivo desta conversa, conforme já sinalizamos anteriormente, era solicitar que nos orientassem na

construção de procedimentos para iniciar o mapeamento dos lugares ocupados pela população em situação de rua em Vitória.

Após nos apresentarmos e explicarmos os objetivos da conversa, o grupo nos passou muitas informações sobre a rua e indicou que procurássemos os usuários do Centro de Referência Especializado de Assistência Social para a População de Rua (CREAS/Pop),⁹ que funciona diuturnamente.

Em visita ao CREAS/Pop Rua, nos apresentamos a um grupo de 16 usuários que tiravam um “cochilo”, aproveitando, assim, os últimos minutos de possibilidade de uso do espaço, uma vez que nem todos têm acolhimento garantido na Hospedagem Noturna que possui apenas 32 leitos e não comporta toda a demanda. As apresentações foram realizadas apenas com aqueles que estavam dispostos a nos ouvir. Dissemos que nosso propósito era mapear a cidade a partir dos itinerários que são realizados corriqueiramente pelos moradores de rua.

Concordaram em contribuir com a pesquisa e com o Projeto de Extensão, desde que os acompanhássemos nas andanças que fazem pelas ruas, questionando-nos se estávamos dispostos a executar algumas ações nas ruas com eles, como por exemplo, pular roletas dos ônibus. Deixamos claros os nossos limites e acordamos que não mudassem o ritmo e o itinerário do grupo em função da nossa companhia, mas caso resolvessem tomar um ônibus então pagaríamos as nossas passagens.

Deixamos o CREAS/Pop na companhia daqueles que se prontificaram a nos guiar: Saulo, Lucas Roseno, Paulo, Patrícia e Gilmar. Durante o percurso pelas ruas, outros que se encontravam também no CREAS Pop resolveram se juntar ao nosso grupo de “Andarilhos” e realizamos o trajeto que ia desde o CREAS/Pop, passando pela Hospedagem Noturna e chegando à Praça Costa Pereira. Saímos do CREAS/Pop, que fica localizado no Bairro Mario Cipreste. Neste percurso passamos pelos teatros Carmélia e Glória, caminhamos em direção à Rodoviária Interestadual até o Parque Moscoso; aí subimos o viaduto Caramuru, até alcançarmos a cidade alta, no Centro de Vitória, onde fica localizada a Hospedagem Noturna.

⁹ CREAS-POP é a porta de entrada da população adulta em situação de rua na rede de proteção social especial, funciona de 2ª a 6ª feira, no período de 7 às 17 horas e oferta alimentação, higienização pessoal, além de oficinas socioeducativas. Na linguagem do povo da rua é conhecido como CREAS/POP RUA, ou simplesmente CREAS POP. Portanto, neste trabalho seguiremos a referência que o povo da rua usa, e não a sigla utilizada na política oficial de assistência social.

Com passos tranquilos, tudo indicava não haver pressa, aliás nenhum deles portava um relógio. Durante a caminhada brincavam entre si ou zombavam de alguma situação do cotidiano. Em toda a extensão das ruas que circulamos havia diversas lojas, trânsito intenso e muitos transeuntes. Os ruídos se misturavam, era difícil focar nas andanças - uma mistura de diversos movimentos impedia uma atenção apurada. Dessa forma, o melhor que tinha a fazer era desligar a mente e acompanhar os passos da rua. O dia estava ensolarado, as cores se misturavam com gente, carros, produtos expostos nas portas das lojas, apresentando um colorido próprio.

Como alguém distraído na viagem, seguimos o caminho lado a lado. A caminhada era divertida e rimos muito junto com eles por conta da forma como algumas pessoas eram abordadas nas ruas por eles: brincavam sem usar palavras ofensivas. Foi na subida do viaduto que nos deparamos com um travesti que remexia o lixo do Super Mercado EPA Plus. Nossos guias então resolveram conversar com esse popular de rua e retornaram com algumas bandejas de bolo que nos foi ofertado. Mais uma vez nos sentimos desafiados quando nos perguntaram: “Vocês querem conhecer como vive a população de rua, então terão que fazer algumas coisas juntos, comer desse bolo é uma delas”. Observamos que, apesar da data de validade vencida, as bandejas ainda estavam lacradas e intactas. Em meio às brincadeiras testavam nossa coragem de comer bolo retirado do lixo com a data de validade vencida. Decidimos aceitar a provocação e provamos do bolo.

Atrás da Catedral Metropolitana de Vitória fica localizada a Hospedagem Noturna. Símbolo da cidade de Vitória, a Catedral Metropolitana situa-se na Cidade Alta e é um dos monumentos monitorados nas visitas guiadas que são realizadas gratuitamente ao Centro Histórico de Vitória.¹⁰ Os populares de rua sabem que não pode haver concentração de moradores de rua em frente à Hospedagem fora do horário de atendimento, porque já é sabido por todos que há uma forte rejeição, por parte da comunidade que vive, trabalha e/ou transita nas imediações da Hospedagem Noturna e da Catedral Metropolitana, à existência de um espaço que acolhe moradores de rua, tendo sido, inclusive, efetuado um abaixo-assinado solicitando a mudança deste equipamento do local em que está instalado.

¹⁰ Fonte: www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=catedralmetropolitana. Acesso em: 10 ago. 2012.

Assim, o grupo resolveu não demorar em frente à Hospedagem e continuamos a caminhada descendo pela escadaria de São Diogo, uma das muitas escadarias que fazem a ligação entre a parte baixa e alta da cidade. Neste percurso passamos por três adolescentes que naquele momento faziam uso de *thinner*. Essa situação chamou atenção do grupo que nos guiava, que abordou os meninos, “ralharam” com eles por estarem utilizando das drogas e os “botaram pra correr”. Seguimos nossa caminhada e chegamos à Praça Costa Pereira, no Centro da Cidade (Figura 1), local de constante aglomeração de grupo de moradores de rua. Naquele mesmo dia já havia uma grande concentração do grupo que, somados aos que acabavam de chegar, girava em torno de mais de 40 pessoas.

b) A Praça Costa Pereira: no coração da rua os “iguais” se encontram



Figura 1 – Praça Costa Pereira, Centro da Cidade de Vitória/ES

Esta praça é um espaço de grande circulação de pessoas, anunciada em sites de turismo como sendo o “coração da cidade” de Vitória. Na praça, encontravam-se não só adultos como também adolescentes em situação de rua, no entanto a população adulta masculina estava em maior número. Dividindo o espaço da praça havia trabalhadores desempregados, pessoas em busca de profissionais do sexo, pastores evangélicos em suas pregações, indivíduos que fazem da praça espaço para compra e/ou venda de drogas, além da ostensiva presença da Polícia

Interativa. No momento de nossa visita à praça nos deparamos com duas mulheres jovens moradoras de rua, Adriana e Sara.

No entorno da praça existem diversos estabelecimentos comerciais que lidam com vendas de celulares, roupas, calçados, relógios, além de restaurantes, lanchonetes, pastelaria, um pequeno mercado de varejo e um teatro municipal – o centenário Teatro Carlos Gomes (Figura 2) –, uma repartição pública da Escelsa e outros. Transitam também por ali trabalhadores autônomos e barraqueiros que vendem mercadorias diversas desde alimentos, CDs piratas, bijuterias, a doces e roupas artesanais.



Figura 2 – Teatro Carlos Gomes, Centro da Cidade de Vitória/ES

Fazendo divisa com o Teatro Carlos Gomes situa-se um antigo prédio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, conhecido como IAPI, um patrimônio público desocupado e fechado com um forte cadeado. A rua que fica entre os dois estabelecimentos públicos (o teatro Carlos Gomes e o prédio do IAPI) é utilizada como moradia da população de rua, principalmente a marquise do IAPI (Figura 3 e 4). Porque ocupam a marquise do IAPI?

[...] é grande e nos abriga da chuva, ser ampla por cabê muita gente, não tem moradores lá dentro, então não tem quem se incomode com nossa presença na marquise, tem boa visibilidade podemos avistar à distância os perigos que se aproximam, por isso esse é um bom local [...] Além disso, temos comida farta, alguns restaurantes nos fornece alimentos de dia e as igrejas à noite. Esse é um bom local (POPULAR DE RUA).



Figura 3 – Marquise do IAPI, Centro da Cidade de Vitória/ES

Essa construção possui 12 andares, as janelas estão quebradas e as paredes pichadas. É o verdadeiro retrato do abandono e está desativado desde 1999, quando era utilizado pelo Ministério da Saúde que desde então devolveu o edifício para o Patrimônio da União. São recorrentes as queixas de toda a comunidade local, principalmente dos comerciantes, pelo abandono do prédio e a forma como ele vem sendo ocupado por moradores de rua. O IAPI está desativado aguardando sua incorporação ao projeto “Morar no Centro”, para que seja reformado e transformado em moradia com apartamentos populares.¹¹



Figura 4 - Marquise do IAPI, Centro da Cidade de Vitória/ES

¹¹ Fonte: <www.gazetaonline.com.br>, de 15 dez. 2010.

Na Praça Costa Pereira o encontro entre os moradores de rua é sempre muito “festivo”. Uma outra temporalidade parece percorrer aquele espaço: brincam e conversam entre si, brigam e também de forma mais “dixavada” fazem uso de drogas lícitas e ilícitas. Muitos permanecem na praça somente durante o dia e à noite dormem em algum “cafofo” nas suas imediações ou na Hospedagem Noturna, mas um número significativo transformou a marquise do antigo edifício do IAPI em espaço de moradia. Em nossa chegada à praça um dos populares de rua R., que é morador do local, nos apresentou aos demais, inclusive à sua companheira.

Embaixo da marquise, para o aconchego dos moradores de rua, havia colchões e cobertores velhos, um fogareiro improvisado que em alguns momentos serve para o preparo de alimentos, isso porque na maioria das vezes o alimento é doado pelos restaurantes. Mistura-se no ambiente muita sujeira e cheiro de urina, restos de comida e até fezes. Há dias em que a limpeza é realizada. R. nos informou que, quando o carro pipa da Secretaria Municipal de Limpeza Urbana vem lavar as calçadas, eles solicitam que também lavem aquele local, porque não aguentam tanta sujeira e gostam de dormir em lugares limpos. Lançamos mão dos escritos de Baptista (1999, p. 97), que narra cenas com que comumente nos deparamos nas ruas de Vitória,

Alguma coisa suja, cheiro de urina, uma fileira de corpos enrolados em trapos. São corpos magros, olhares atentos, a maioria negros que moram em lugar nenhum. A rua os abriga com seus trapos e cheiros e marca-lhes o desígnio do lugar nenhum. O silêncio é cortado pelo ruído do trânsito escasso ao lado dos latões de lixo dos restaurantes que fecharam suas portas. Alguns ratos procuram comida ao lado dos que ainda estão sem sono. Talvez a fome ou o frio do inverno os impeça de dormir. Dezenas dormem encolhidos na fileira amorfa e suja que cheira a urina ao lado do latão das sobras. É mais um dia, que será igual ao outro se nada acontecer, se o olhar atento não fraquejar ou se não forem assassinados.

Tua Fome é de que? Essa frase encontrava-se pichada em uma das paredes do IAPI, exatamente na lateral onde os moradores de rua colocam colchões para dormir. São parceiros nessa e em outras horas, são “os irmãos de rua” e assim se referem algumas vezes uns aos outros. Acolhem no “cafofo” aqueles que chegam com humildade. Respeitando o “comando” do lugar, são bem acolhidos e dividem até mesmo o cobertor, segundo L. R. (jovem morador de rua). Contudo, há um receio em dormir à noite, um medo de que outras pessoas ateiem fogo enquanto

dormem, por isso preferem dormir quando o dia está amanhecendo: é sempre mais seguro.

Como indica Baptista (1999, p. 97): “O tempo dos que são marcados em lugar nenhum é intenso e nervoso [...]. O sono deles também é nervoso. [...] ligando-se uns aos outros, o despertar de um, na espreita de algum visitante noturno, desperta todos”.

Na Praça também se forja uma rede para garantia da alimentação, seja por meio de doações, vindas dos restaurantes e efetuadas de forma extremamente sutil, passando despercebida pelo transeunte que desconhece a vida na praça, seja por meio de doações de igrejas ou ofertadas pelos equipamentos públicos, como o CREAS/Pop. Há inúmeras estratégias de garantia da alimentação que abordaremos quando discutirmos as táticas e astúcias tecidas nas ruas.

Nesta paisagem da Praça e em outros espaços da cidade, territórios também são delimitados, definindo quem exerce o comando e quem pode ser usuário do espaço e usando estratégias de segurança para expulsar os invasores. Há regras claras de convivência que não estão escritas e que nos foram narradas. Há também regras de ocupação dos espaços. Nesta primeira andança pela praça, percebemos que a ocupação de prédios, marquises e calçadas relacionam-se à presença do comércio, à possibilidade de garantirem segurança uns aos outros, à existência de casas e prédios ociosos, dentre outros fatores.

A praça é, ao mesmo tempo, ponto de encontro e ponto de passagem. Os usuários do CREAS/Pop chegam à Praça Costa Pereira a partir das 15 horas e ficam aguardando o horário de entrada na Hospedagem Noturna. Os migrantes em situação de rua de outros estados, e também de municípios vizinhos, constituem-se em presença forte e garantida na Praça Costa Pereira, vindos de Belo Horizonte/MG, Bahia e, mais recentemente, do Rio de Janeiro. Em função da Copa do Mundo, os moradores de rua relataram que “[...] o Rio de Janeiro está fazendo uma limpa”. A migração é tamanha que já vem causando conflitos entre os moradores de rua originários da cidade de Vitória e a disputa de vagas nos albergues também é grande. Alegam que “[...] a rua tá cheia de migrante que ficam

ocupando as vagas no albergue e nos CREAS/Pop, essas que poderiam ser nossas que somos de Vitória”.

c) Políticas higienistas: pancadaria e repressão na praça

Retornei à Praça Costa Pereira posteriormente. Nesse dia estava sem a companhia dos integrantes do projeto de extensão “Andarilhos”. Havia um número reduzido de pessoas que estavam ocupando a marquise do IAPI. A informação de quem permanecia no local é que a turma tinha migrado para Belo Horizonte em busca de trabalho na colheita de café. Os que ficaram aproveitaram a debandada de parte da turma para fazer a “limpeza” do lugar.

Nesse dia (16-8-2011) já havia saído uma matéria no Jornal a Gazeta, com imagens que depreciavam o povo da rua devido às insistentes reclamações de moradores e comerciantes, que chegaram a afirmar ter perdido clientela em função dos “perigos” causados por moradores de rua. Queixavam-se do consumo intensivo de drogas e furtos no local.

Alguns comerciantes se articularam estrategicamente: instalaram câmeras filmadoras em prédios de onde era possível avistar a marquise do IAPI. Todos estavam sendo filmados, inclusive funcionários da rede municipal que atuavam com esse público, as equipes da abordagem de rua e agentes de saúde, dentre outros. A pressão de parte dos moradores do Centro da cidade e de comerciantes pela retirada dos moradores de rua da Praça vinha se intensificando. Os comerciantes barraqueiros se sentiram coagidos pela pressão popular e resolveram retirar o apoio que davam aos moradores da marquise e recolheram as lonas que eram cedidas para a montagem da “maloca”. Os usuários deste espaço começaram a sentir a pressão e tentaram colaborar fazendo uma arrumação na “maloca”: varreram a calçada e se desfizeram de alguns objetos. Ajeitaram os que restaram, dobraram cobertores e guardaram os pertences pessoais nas mochilas, com a preocupação de não deixar coisas espalhadas.

“O povo conspira com quem protege”. Lemos essa frase escrita no alto da parede, do lado externo de um posto da Polícia Interativa. O que diria a população em situação de rua sobre essa frase? O clima estava tenso e a repressão não tardaria a

agir, até porque a Polícia Interativa já estava presente no local. Algo se anunciava. A cidade parecia não tolerar um grupo tão grande de moradores de rua, os incômodos e desconfortos são diversos. As equipes de abordagens de Rua da Secretaria Municipal de Assistência Social fizeram o alerta aos moradores de rua, avisando que era melhor o grupo se dispersar, porém o grupo permaneceu no lugar. Os albergamentos estavam lotados e sem vagas não era possível oferecer abrigo.

O Programa Interação Comunitária, ou como é chamado “Polícia Interativa”, objetiva desencadear um processo de interação com a sociedade através do policiamento comunitário, segundo apregoa a Polícia Militar do Estado.¹² O policiamento é feito a pé, através de duplas de policiais nos bairros da cidade. No caso da Praça Costa Pereira, um carro equipado dessa Polícia permanece estacionado dia e noite naquele local.

Contudo, percebemos também que nem todos rejeitam os grupos de moradores de rua. “Aqui eles me ajudam”, essa foi a fala de uma comerciante de 74 anos com quem conversamos e que tem sua barraca instalada na Praça há quatro anos. Disse ter muito fôlego para o trabalho:

[...] não consigo ficar em casa, preciso e gosto de trabalhar. Antes eu tinha uma lojinha aqui na cidade, mas não conseguia mais os aluguéis ficaram muito caro e não pude mais pagar, aí montei essa barraca. Aqui os meninos me ajudam (moradores de rua), pago a eles dez reais por dia pra montar e desmontar a barraca e levar até um depósito onde deixo guardada. Lá no depósito pra guardar a barraca pago cinquenta reais por mês. Posso sair e deixar a barraca sozinha que ninguém mexe, os meninos (população de rua) toma conta pra mim, aqui ninguém mexe (DONA DE BARRACA NA PRAÇA COSTA PEREIRA).

Como esta comerciante, outros barraqueiros da praça também contam com os pequenos serviços dos moradores de rua. O dono da pastelaria paga dez reais por dia para que MCJ se responsabilize em condicionar adequadamente todo o lixo que é produzido no dia pelo seu estabelecimento comercial, inclusive o bagaço da cana que não pode ser acumulado no local; “[...] não vamos aos abrigos muitas vezes porque estamos aqui na praça trabalhando”, disse R.

Com relação ao comércio de drogas pouco se fala sobre o assunto, pois é preciso existir uma relação de muita confiança para que algumas coisas sejam ditas. Jesus

¹² Fonte: <www.pm.es.go.br/webpoliciainterativa:htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.

Cristo (pseudônimo escolhido pelo mesmo) tem 27 anos, não sabe ao certo quanto tempo mora nas ruas, porém me trata carinhosamente por tia Gil, “Ela me conhece desde que eu era pequeno”, repete isso inúmeras vezes para todos que zombam pelo fato de me chamar de tia. Trabalha subindo o morro na compra de drogas (principalmente o *crack*), agencia a compra para os “cidadãos de bem”, consumidores de *crack*, os *playboy* é como Jesus se refere àqueles que não querem contato direto com o tráfico. São anônimos, só ele os conhece e, como ele, outros moradores de rua trabalham dessa forma.

Mas é necessário ressaltar que o trabalho da população em situação de rua não se reduz às atividades ilícitas, tais como o comércio de drogas. Na praça labutam lavando carros, coletando material para ser reciclado, ajudando a tomar conta de mercadorias das barracas de alimentos e artesanato, prestando pequenos serviços ao comércio, dentre outras atividades pouco visíveis para a população que transita apressada por este local.

Nas andanças na Praça Costa Pereira, foi possível perceber que ali são forjadas práticas de solidariedade e de troca com os moradores de rua e entre eles, como também nos foram relatadas práticas de violência, seja por parte do aparato policial, seja por parte de cidadãos (moradores domiciliados do entorno, comerciantes, etc) que não toleram a presença dos moradores de rua na Praça. Um homem foi apontado como “aquele sujeito [...] filho da p. que toca fogo nos colchões dos moradores de rua” (POPULAR DE RUA).

Chamaremos de “Ecos”¹³ essa rede de articulação (Figura 5), apoio e repressão que se instala no entorno dos grupos de moradores de rua. “Ecos”, por se tratar da ressonância de que certos fatos que circundam essas pessoas reverberam na cidade. De “Ecos” e ressonância é tecida uma rede que circunda os diversos grupos nas ruas da cidade, composta por moradores de rua e por todos aqueles com os quais estabelecem relações, e que se alterna ora em momentos de proteção, ora repressão.

¹³Ecos é uma palavra de origem latina, “No âmbito da acústica e de processamento de sinal de áudio, um eco é uma reflexão de som que chega ao ouvinte pouco tempo depois do som direto”. Há também outros significados como: corrente de simpatia, bom acolhimento, imitação ou repetição de palavras ou atos (Fonte: <www.google.com.br/webhp?source=search_app#hl=pt-BR&output=search&client=psy-ab&q=ECOS&oq=ECOS&gs>. Acesso em: 12 ago. 2012.



Figura 5 – “Ecos” rede de articulação, apoio e repressão dos grupos de moradores de rua

d) O dia da repressão na Praça Costa Pereira: 31 de agosto de 2011

Quando efetuávamos este mapeamento ocorreu uma intensa repressão aos populares de rua que habitam a Praça Costa Pereira (Figura 6), dispersando os grupos que ali se mantinham e provocando seu deslocamento para outros espaços da cidade.

O poder público já tinha ciência do número de pessoas em situação de rua que ocupava esta Praça e a Marquise do IAPI, num total de 49 pessoas. Parte desse grupo era constituída por moradores de rua migrantes de outros municípios ou estados, outros frequentavam os abrigamentos e aguardavam sempre nos finais de tarde na Praça o horário de abertura da Hospedagem Noturna, e ainda havia aqueles que moravam por alguns meses ou anos nas ruas de Vitória. No dia 31 de agosto de 2011, quando escureceu, a repressão chegou: dela faziam parte a Polícia Militar e dois carros de limpeza da Secretaria Municipal de Serviços, um carro pipa e outro que faz a coleta de lixo da cidade. Os moradores de rua disseram que a Polícia chegou batendo, dando chutes e pontapés. Enquanto os policiais faziam a repressão, os funcionários do serviço de limpeza urbana jogavam todos os pertences dos moradores

da marquise na basculante do carro de coleta do lixo. Não houve reação da população de rua, ninguém estava armado, relatou um dos vitimizados.

Foi muita covardia, tinha pessoas muito franzina sem força para qualquer reação e foram arrastadas pelo chão, eu mesmo apanhei muito, levei muito soco no estômago (POPULAR DE RUA).

Segundo o jovem que trabalha como vigia de carros e estava pernoitando na Praça com o grupo, “nem os ‘di menor’ foram poupados”. No momento desse relato estávamos sendo observados por policiais. Recebemos informações posteriores que alguns meninos compareceram ao projeto de Atenção aos Adolescentes de Rua da Prefeitura Municipal de Vitória (PMV) apresentando muitos ferimentos, com os olhos inchados e as mãos machucadas.

Mas houve um imenso silêncio sobre o ocorrido. Nem uma nota na mídia, nem uma manifestação do sistema de garantia de direitos ou das políticas públicas que atuam na atenção à população de rua. A marquise do IAPI foi literalmente lavada, não havia vestígios dos moradores. Na parede do prédio permanecia a inscrição em negrito: “Tua fome é de que?” Buscamos informações sobre as 49 pessoas que ocupavam a praça, mas ninguém sabia para onde tinha ido a turma e apenas diziam que o pessoal tinha se dispersado. Continuamos na espreita, acompanhando os diversos movimentos que se produzem a partir de então.



Figura 6 – Praça Costa Pereira, Centro da Cidade de Vitória/ES

e) Andanças na Praça de Jardim da Penha

O Bairro Jardim da Penha foi outro espaço da cidade que decidimos incluir nesta etapa da pesquisa em função das informações que tinha como técnica da assistência social e que indicam uma alta concentração de moradores de rua nesta região. Como em outros espaços da cidade, o comércio e o alto poder aquisitivo dos moradores domiciliados permite maiores possibilidades de sobrevivência em função das doações que efetuam.

O Bairro Jardim da Penha surgiu no final dos anos de 1960 com o loteamento de uma propriedade particular.¹⁴ Na década de 1970, foram construídos pequenos conjuntos habitacionais de apartamentos destinados à classe média. Na época de sua criação contava com uma área plana e verde, semelhante a um jardim e onde de qualquer ponto era possível avistar o convento da Penha, por isso o nome Jardim da Penha. O bairro está localizado na região continental da cidade e é um dos mais populosos. Nele residem aproximadamente 48 mil habitantes, e muitos dos moradores são profissionais liberais, funcionários públicos e estudantes universitários, em virtude da proximidade com a UFES.

Nossa visita ao bairro se deu na Praça do EPA Plus (Figura 7). Estávamos em companhia do grupo do projeto de extensão da UFES “Andarilhos”, era dia de feira de alimentação e artesanato. A Praça do Jardim da Penha se situa em uma área nobre da cidade, contando com um rico comércio local de bolsas, calçados, roupas, farmácias, restaurantes, bancas de revista, escolas públicas, unidade de saúde, barraqueiros, super mercado e posto policial (a chamada Polícia Interativa).

¹⁴ Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_da_Penha>. Acesso em: 12 ago. 2012.



Figura 7 – Praça do Bairro Jardim da Penha, Vitória/ES

A Praça mantém nos finais de semana uma movimentada feirinha de artesanato e alimentação no início da noite. *Point* da galera jovem de classe média, a praça é constante alvo de repressão policial no intuito de conter a formação de grupos de moradores de rua, entre eles os guardadores de carros nas vias públicas, figuras fáceis por ali. No Jardim da Penha já foram protagonizadas muitas violações de direitos em função de ações repressoras e truculentas por parte de agentes da segurança pública contra moradores de rua.

A vigilância continua ostensiva, poucas pessoas em situação de rua se estabelecem na região, tendo migrado em massa para locais do centro da cidade. Por seu rico potencial comercial e pela presença de uma comunidade cristã extremamente atuante com ações de doações de roupas, dinheiro, remédios, marmitex, e até mesmo móveis usados, essa região por muito tempo foi espaço de permanência de inúmeros moradores de rua.

Hoje, nesta região da cidade, a presença de alguns pedintes é esporádica, só comparecem à praça em momentos de muito movimento de pessoas, como nos horários de feira à noite. Esse era o caso do senhor E., branco e de olhos verdes quase cinza, cabelos grisalhos, magro e usando vestes surradas, descendente de Italiano e residente na periferia da cidade, no bairro de Santo Antônio. Disse que não gosta de se misturar com os grupos de rua, pois os considera sujos e usuários de drogas, preferindo andar sozinho. O senhor E. é um artesão, trabalha com

restauração de móveis. Sobrevive atualmente da caridade alheia, mas disse “Não peço nada, as pessoas fazem doações por vontade própria, pois elas já me conhecem”. Mantinha-se ao lado do Super Mercado EPA Plus, aguardando pela solidariedade dos clientes do mercado.

A Praça é redonda e tem no centro uma quadra muito frequentada onde, simultaneamente, jogam uns três ou quatro times de idades diferentes, são meninos e meninas da comunidade. Também há um parque de diversão lotado de crianças. No entorno da praça se mantém um intenso burburinho, um vai e vem de gente e carros que circulam a todo o momento em uma rotatória. No horário em que nos encontrávamos ali havia muitas barracas e muito consumidores, era noite. A praça é bonita, bem cuidada, tem flores, árvores, bancos e boa iluminação. Tem um posto da Polícia Interativa que funciona 24 horas, é o “Estado presente”, slogan que circula nas publicidades governamentais aqui do Estado. Mais adiante avistamos os banheiros públicos onde alguém fez um grafite preto e branco que se confundia com os populares de rua que dormiam no local. O “Estado presente” não deixava de circular nas redondezas da praça, o carro da PM fazia a ronda frequentemente.

Decidimos não acordar os únicos moradores de rua que encontramos no local naquela noite. A experiência nos diz que é mais prudente não acordá-los, pois dormem à espreita, prontos para qualquer defesa. Resolvemos então conversar com o Policial Militar que trabalha no posto policial, para obter informações sobre o paradeiro das pessoas em situação de rua que habitavam aquele lugar. Após cumprirem-se as devidas formalidades de apresentações, recebemos um sorriso acolhedor do policial militar, C. L. que nos disse:

Hoje a praça é tranquila e frequentada por ‘gente de bem’. Há uma mulher que mora uns 20 anos aqui, é a N. Barbosa. Dorme e vive no banco em frente ao posto policial. Ela se sente protegida assim. Ela toma banho e café nesse posto, ela é baixinha, limpinha e muito simpática.

Falando sobre N. Barbosa de forma carinhosa, afirmou que nos dias de feira ela deixa os sacos com seus pertences e se esconde, ela some. Contou também que a mesma tem família, mas por “problemas mentais” vive na praça. Há outros moradores de rua ali, acrescentou, um deles tem o apelido de “Bin-Laden”, o outro ele não soube informar, disse que está apenas há cinco meses neste posto policial e conhece pouco o movimento do lugar.

Como pode uma mulher viver por 20 anos em um banco de uma praça num bairro nobre da cidade? Olhávamos no entorno na ânsia de encontrar uma senhora baixinha, limpinha e simpática, N. Barbosa. Uma moradora do bairro, e frequentadora da praça, nos acompanhou até a N. Barbosa que, com a aparência cuidada, cochilava num banco, ao lado de outras pessoas que pareciam residir em Jardim da Penha.

De vermelho, N. Barbosa se destacava no verde da grama e do verde do vestido da senhora ao seu lado. Em conversa com o grupo do projeto “Andarilhos”, decidi fazer uma aproximação para tentar estabelecer um vínculo com a moradora do banco da praça. Enquanto isso, observava alguns barraqueiros que acompanhavam todo nosso movimento com o olhar. Outras pessoas que passeavam pela feira conversavam com ela numa relação que parecia muito cordial e ela parecia ser muito querida por todos na praça. Não fomos felizes nessa primeira abordagem, não éramos conhecidos, portanto, não havia vínculos. N. Barbosa não quis conversa e apenas disse: “[...] não quero conversar, estou com sono, vou dormir”. Tivemos que adiar nosso desejo de conhecer N. Barbosa para um outro dia.

f) O encontro com a “Dama Limpinha”

Segundo informações de diversos moradores e comerciantes, N. Barbosa chegou ao Jardim da Penha há 20 anos, ali se estabeleceu e pernoita desde então no mesmo banco (Figura 8), sempre sozinha nunca em grupo. Aproximar-se dessa senhora não foi tarefa fácil: sempre silenciosa e desconfiada não conversa com quem não conhece. Na tentativa de efetuar conversas com N. Barbosa, foram necessárias muitas idas e vindas à praça, buscando estabelecer uma relação de confiança, não só com ela, mas também com aqueles que a protegem, incluindo aqui os policiais do DPJ.

As diversas idas à praça nos propiciaram dialogar com várias pessoas que transitam pela praça, que em sua maioria são moradores do Jardim da Penha ou pessoas que aí trabalham. Inclusive o nome verdadeiro de N. Barbosa nos foi revelado por pessoas com as quais tivemos contato nesta etapa da pesquisa. Originária de Montanha, Minas Gerais, foi acolhida anteriormente por membros da Igreja Batista.

Muito limpa, este cuidado a diferenciava dos demais populares em situação de rua, andava sempre sozinha e nunca em grupo. Conquistou os cidadãos domiciliados da região que, ao se referirem a N., destacam com frequência o fato de estar cotidianamente "limpinha", esse dado é tão significativo entre aqueles que a acolhem que a referência "limpinha" tornou-se quase um sobrenome.



Figura 8 - Banco onde dorme N. Barbosa, Praça de Jardim da Penha, Vitória/ES

g) O quarteto de aposentados e a vida de N. Barbosa

A "Dama Limpinha", ao contrário dos demais moradores de rua, conseguiu o feito de se estabelecer na mesma praça por aproximadamente 20 anos. A população domiciliada do Jardim da Penha a conhece de longa data, mas não sabe precisar quando a mesma havia chegado ao bairro. O fato é que ali ninguém aciona o serviço disque 156 da prefeitura de Vitória para se queixar dessa moradora que é acolhida pela comunidade local, fato este evidenciado nas abordagens que realizamos com os comerciantes do entorno e os transeuntes que circula pela praça.

Assim foi em uma abordagem com um grupo de quatro senhores aposentados. Sentados em um dos bancos da praça, vestiam-se de forma despojada (bermudas e camisas meia manga) e me receberam com um sonoro bom dia! Buscávamos então informações sobre N. Barbosa, queríamos saber se estava nas imediações da Praça. Um dos senhores não soube precisar exatamente há quanto tempo ela reside na praça, mas tinha a convicção de que não era menos de 15 anos, tempo que

também se estabeleceu na comunidade. Os pertences pessoais de N. Barbosa podiam ser visualizados de longe e encontravam-se devidamente organizados, porém ela estava ausente naquele momento. Foi quando o quarteto de aposentados nos deu as seguintes informações:

“Ah! A N. Barbosa, ela é muito limpinha, as pessoas lhe dão roupas. Às vezes ela troca de roupa até duas vezes por dia, de manhã e à tarde. Ela não incomoda ninguém. Todo mundo por aqui conhece N. Barbosa, ocupa sempre o mesmo banco da praça. Dias atrás ela estava participando de um churrasco num ‘condomínio’” afirmou sorridente um dos senhores do quarteto. Esse mesmo senhor fez questão de deixar claro em sua fala que N. Barbosa era uma exceção por ali (ele se referia aos demais moradores de rua).

Havia ainda outro senhor que falava pouco, sempre sentado e com os braços repousados atrás do banco e que, ao contrário dos demais, sorria muito com o que parecia ser dos companheiros. Tentamos encerrar a conversa porque precisávamos encontrar a “Dama Limpinha”, contudo os mesmos pareciam ter disposição e tempo para muito mais conversa. O quarteto nos indicou onde poderíamos localizá-la. Disseram eles, “[...] tem outra praça aqui perto que ela gosta de ficar durante o dia, mas pernoitar mesmo é somente no banco que fica do lado do DPJ”. Seguimos então para a praça seguinte, que ficava duas quadras á frente.

Na praça seguinte, nos deparamos com o que deveria ser uma banca de jornais e revistas e o jornaleiro, ao ser abordado, foi bastante solícito, dizendo: “N. Barbosa não incomoda ninguém, mas ela que é incomodada por jovens que moram aqui e fazem brincadeiras de mau gosto com ela”. O jornaleiro prosseguiu falando que ouve muitas histórias sobre a mesma. “As pessoas (moradores domiciliados) falam que ela teve um desgosto com um noivado desfeito e o casamento não se realizou, e foi aí que ficou meio destrambelhada. Mas as informações são de que ela mora na praça há 20 anos”.

Finalmente consegui encontrá-la, nessa praça. Estava sentada sozinha com uma bolsa grande que parecia pesada. Tentei uma aproximação, apresentando-me, ela não se recordava que eu a havia abordado semanas atrás junto com o grupo do Projeto de

Extensão Andarilhos. Perguntei se podia sentar ao seu lado no banco, então respondeu “Sente-se no outro”. Falava com calma, desconfiada e pouco me olhava.

Vestia-se de vermelho, volta e meia ajeitava um lenço também vermelho que, mantido sobre a cabeça, deixava à mostra os cabelos curtos e um pouco grisalhos. De estatura baixa e não muito gorda, tem a pele escura e sua fisionomia apontava uma idade aproximada entre 40 e 45 anos. Estabelecida uma relação mínima de confiança foi possível iniciar um diálogo, no qual ela falava pouco e com voz baixa. Fiz um convite para tomarmos um café com bolo, e ela perguntou: “Qual horário você vai trazer o café porque todo dia de tarde eu tomo café no DPJ”, e acrescentou “Eu só gosto de café ralo, e o bolo confeitado”. Lembrei que as padarias e confeitarias normalmente servem café muito forte, seria então mais apropriado, para não errar no ponto, eu mesma preparar o tal café ralo e trazer em outra ocasião. Assim, pedi-lhe orientação de como deveria preparar o café.

N. Barbosa é extremamente vaidosa, vestia-se com roupas limpas, usava anéis prateados e as unhas pintadas de roxo. Disse que ela mesma pinta suas unhas, mas não faz as unhas de outras pessoas, somente as suas. Seu sorriso era tímido, escondia o rosto e se encolhia no banco ao sorrir. Falou ter nascido em 1972 em 2 de abril, e ter 26 anos. Tentamos prolongar a conversa e estabelecer vínculos, mas ela já dava sinais de cansaço. Percebi marcas em suas mãos e ela respondeu “Me queimei preparando angu na casa de uma mulher, às vezes trabalho e recebo R\$20,00 (vinte reais) pelo serviço. Vou abrir uma loja, reformar as roupas que ganho e vender”. Sempre finalizava sua fala com uma voz melodiosa.

Encerrou a conversa dizendo: “Não quero mais conversar agora”. Deu-me as costas, virando o rosto para o outro lado do banco. Então achei melhor me despedir, combinando uma nova visita com o café ralo e o bolo confeitado. Mais uma vez somente balançou a cabeça, respondendo afirmativamente. Entendi também que já era hora de ir, ela não queria mais conversar. Era preciso retomar o contato, continuar a espreita, acompanhar os modos como N tecia a vida na praça.

h) Sambão do Povo: mais que um carnaval...



Figura 9 – Sambão do povo, Centro da Cidade de Vitória/ES

A inclusão do Sambão do Povo (Figura 9) neste mapeamento se deu pelos mesmos motivos que nos levou a incluir o Jardim da Penha, ou seja, a informação de que neste espaço há uma grande concentração de moradores de rua. O Complexo Walmor Miranda, também conhecido como Sambão do Povo, é o local dos desfiles das Escolas de Samba de Vitória, localiza-se no Bairro Mario Cypreste, na Grande Santo Antônio. Foi inaugurado em 1987, sendo palco de Carnaval. Em 1992 os desfiles foram paralisados e o Carnaval só retornaria ao Sambão em 2002.¹⁵

Nossa visita ao Sambão aconteceu no período da noite e, logo que chegamos ao local, junto com os integrantes do Projeto Andarilhos (Isabel e Antonio), fomos abordados por um grupo que tinha em média seis pessoas e que iniciaram uma “pedição”, como disse Antônio. Todos nós usávamos uma camiseta de identificação com o logotipo da UFES, essa foi a estratégia de que lançamos mão para não causar desconfiças ou estranhamentos entre aqueles que habitam ou transitam no local. Naquele grupo de moradores somente consegui identificar Elisa, que havia me convidado semanas antes para passar dois dias em sua “maloca”, quando a convidei para participar do projeto de pesquisa; “Se você ficar na nossa ‘maloca’ será tratada como uma rainha, vou cozinhar pra você uns pé de galinha que você vai adorar”.

¹⁵ Fonte: <pt.wikipedia.org/wiki/sambão_do_povo>. Acesso em: 12 ago. 2012.

Agradei o convite e argumentei que talvez não conseguisse ficar tantos dias sem um banho, não conseguiria dormir fora de uma cama, ou lidar com outras questões que a vida nas ruas implica. Elisa insistia dizendo: “Na rua eu te banco, nada de ruim vai te acontecer”. Ela acreditava que essa era a única forma de conhecer os modos de vida da população de rua. Resolvi pactuar com Elisa que não dormiria nas ruas, mas iria lhe fazer uma visita para conhecer a “maloca” e passar algumas horas com o grupo. E assim foi feito.

Em nossa chegada ao Sambão, Elisa estava alcoolizada, muito inquieta, falava alto, estava muito machucada e com os cabelos raspados, seu ex-companheiro havia jogado água quente em seu corpo. “Quase morri, fui salva pelos companheiros do grupo, gritava muito e jorrava sangue pelo nariz na hora em que fui queimada”. Esteve internada por vários dias e logo retornou às ruas. Foi muito receptiva se apressando para nos apresentar a todos que se encontravam no local. Conversamos sobre os mais variados assuntos. Encontramos pelo caminho um homem que dizia trabalhar como vigia do local. Ficamos um pouco receosos com o local, pois não havia qualquer iluminação. As salas do Sambão, fora do período dos desfiles de carnaval, ficavam ociosas e por isso eram ocupadas e transformadas em moradia.

Na época em que realizamos esta pesquisa uma média de cinco a seis pessoas dormiam e cozinhavam em cada sala. Na “maloca” eles adotaram cachorros e gatos. Fomos convidados a adentrar as salas. Momento difícil porque não havia luz e estava tudo muito escuro. Ficamos sem saber como lidar com a situação, pois não parecia seguro enfrentar tamanha escuridão. Para nossa “salvação” surgiu um carro com farol alto e com o rádio tocando louvores evangélicos. Elisa anunciou a chegada do pastor. Aproveitamos para dialogar com ele e usufruir do farol de seu carro. Agora tinha iluminação e nos pareceu mais seguro entrar nas salas. O pastor disse ser originário do Rio de Janeiro, tinha uma igreja em Vila Velha e estava montando uma clínica de “recuperação de drogados”, faltando apenas alguns ajustes. Sua fala nos impressionou: “É difícil eleger esse público (população de rua) porque é desinvestimento. As grandes igrejas não investem porque o retorno é baixo”.

Como em outros locais, os objetos do espaço são mínimos, alguns utensílios domésticos compõem o ambiente, tais como: panelas, colchões, cobertores, além de um improvisado fogareiro montado sempre da mesma forma: alguns tijolos dão sustentação a uma lata que pode ter sido de tinta ou alimento e é nesse recipiente que é feito o cozimento.

Aproximadamente dez pessoas encontravam-se naquele grupo, entre eles S. e outro morador de rua, conhecido como “Pai Velho” ou “Boca”, que estava muito fragilizado e permaneceu todo o tempo sentado. S. dizia sentir muita fome e que era capaz de comer qualquer coisa. Ela pouco falou, muito tímida disse ter vergonha de retornar para casa nas condições em que se encontrava, quase não tomava bebida alcoólica, tinha medo dos riscos da rua, preferindo manter-se sóbria. Disse que sentia vergonha de “pedir” nas ruas, assim aguardava pela solidariedade dos companheiros que foram às ruas fazer “correria” e tentar arranjar algo para comer. “Estou com fome... Com muita fome”, repetia.

Quando chega o período do carnaval eles saem do Sambão, não por vontade própria é claro.

i) Saí das ruas, mas as ruas não saíram de mim



Figura 10 – Praça dos Eucaliptos, Bairro Maruipe, Vitória/ES

Na mesma noite em que fomos ao Sambão do Povo estivemos na Praça Vicente Guida, também conhecida popularmente como a Praça dos Eucaliptos (Figura 10), localizada em Maruípe. Como profissional da política de Assistência Social, já havia realizado abordagem neste local, que se configura também como região com grande concentração de população de rua. Nesta região estão localizados equipamentos públicos, tais como: hospitais, escolas e outras unidades de serviço para a população. Além de restaurantes, padarias, lanchonetes, livrarias, bancas de revistas, farmácias.¹⁶

Neste local, a diversão fica por conta do campo de bocha (Figura 11), que também serve de abrigo nos dias de chuva. Quando chove o grupo aumenta. Eram oito moradores de rua que ocupavam os bancos da praça, incluindo uma mulher, A.P., companheira de Di, como é conhecido nas ruas. Di está no comando da ocupação da praça, isso porque tem mais tempo no lugar, quatro anos. Com apenas 25 anos aparenta ter muito mais de 30, vive nas ruas desde os 14 anos, período em que começou a fazer uso de álcool.



Figura 11 – Campo de Bocha, Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES

Com A.P. o processo foi diferente, chorava muito em função de um laudo médico (foram realizados vários exames no Hospital das Clínicas), sinalizando que seu fígado estava muito comprometido em função do consumo de álcool. Ela diz que

¹⁶ Fonte: <www.oocitres.org/vitorianews/bairrosdecitoriahtml>. Acesso em: 29 ago. 2012.

começara a beber aos nove anos de idade, seus pais eram usuários crônicos de álcool e pegava a bebida escondido de seu pai. O pai não conseguia intervir nesta situação, uma vez que quando a encontrava ela já estava dormindo sob o efeito do álcool. “Eu sentia nojo de álcool, como pude ficar assim?”.

O grupo se diferenciava dos outros que visitamos na cidade, pois não migraram de outros bairros ou municípios e são naturais desta região. Seus familiares são domiciliados em ruas próximas à praça.

A limpeza do lugar fica por conta de A.P. Assim que a acordam “[...] bota ordem nas coisas”, falou Di. Zelosa, A.P. mantém alguns utensílios de cozinha condicionados em uma caixa embaixo dos bancos da praça e havia também alguns temperos para o cozimento das refeições. O fogareiro inventado era diferente dos outros que conhecíamos. Era todo feito de ferro, de forma abaulada, e três pés lhe davam a sustentação. O fogareiro comportava dois litros de álcool destilado e permitia cozinhar mais de um tipo de alimento. No cardápio do grupo comparecem moquecas preparadas com peixes nobres (salmão), acompanhado de arroz com polenta.

As doações de alimentos nesta região não são tão gratuitas assim. Dois restaurantes fornecem comida pronta em troca de pequenos serviços, ficando os moradores de rua responsáveis pela retirada e o cuidado com os lixos dos restaurantes. Os alimentos fornecidos pelos restaurantes são guardados em vasilhas de plásticos limpas e com tampa. Havia uma preocupação com a higiene pessoal, com os alimentos e com o lugar.

Nessa praça há um banheiro público, Di e os demais parceiros fazem a manutenção do banheiro, “[...] é tudo bem lavadinho”, afirma. Nesse banheiro há instalação de água e eles a utilizam para as diversas necessidades. As pessoas que jogam bocha na praça retribuem a limpeza do banheiro com algumas gorjetas. Vigiar carro também é uma forma de ganho. Em média cada um do grupo consegue levantar em torno de quinze reais por semana.

Di se orgulha de manter o local em ordem e arrumado. Durante o dia seus pertences ficam devidamente guardados debaixo dos bancos, inclusive as doações de alimentos que recebem. Os bancos foram divididos em lado A e lado B (Figura 12). No lado B ficam dois sujeitos que eles consideram pouco ordeiros “[...] olha só que sujeira o lado

deles. O nosso está sempre arrumado, não gostamos de bagunça” alerta Di apontando para o lado B. Perguntei ao grupo se existe algum instrumento para defesa pessoal em caso de situação de risco. Não, afirmou Di. “Só o pessoal do lado B que tem uma barra de ferro. O lado A resolve qualquer encrenca com estranhos na conversa”.



Figura 12 – Moradores de rua, Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES

Receberam a doação de uma bicicleta ergométrica e uma velha máquina de lavar roupa que não funciona. Alguns moradores da própria comunidade passam o dia na praça consumindo álcool com o grupo e no fim do dia retornam para suas casas. Certo dia alguém os chamou de “mendigos”,¹⁷ então bateram nesse sujeito até ele sair da praça: “Ninguém aqui é mendigo todo mundo tem casa”, retrucou Di. “Morador fixo da praça mesmo além de mim e da minha esposa é o Mineirinho, o Baixinho, o Abacate, Chute, o Careca e o Negão. Os outros só vêm nos visitar”.

j) Quem disse que a rua não é lugar de moradia?

A rua é residência fixa por um longo período de tempo para muitas pessoas como ficou constatado no mapeamento realizado. Deparamo-nos com pessoas que residem de 1 a 20 anos no mesmo local (bairro e logradouro público) e isso depende da relação que se estabelece naquele espaço entre moradores de rua e os moradores domiciliados no entorno. A pesquisa nos mostrou que sem a pressão das instituições os moradores de rua permanecem o máximo de tempo no mesmo lugar,

¹⁷ A população em situação de rua recusa a identificação de mendigos por considerarem que é uma forma de desqualificação de suas vidas.

instalam-se e fixam-se nos mesmos moldes que os demais cidadãos, podendo fornecer endereço de moradia, nome da rua, bairro, CEP e ponto de referência para entrega de correspondência. Assim, enfatizamos que as circunstâncias os tornam itinerantes, fato também que dificultou o processo de nossa pesquisa.

No decorrer da pesquisa, foram narradas queixas com relação ao modo como as políticas governamentais têm lidado com a população em situação de rua. Muitos cidadãos esperam uma ação mais “enérgica” do poder público, recolhendo quem está vivendo nas ruas da cidade. Há quem diga que paga seus impostos em dia e espera não ver nas ruas situações como essas, não ver pessoas morando nas ruas. Ouvir, simplesmente ouvir, nessa hora o sentimento experimentado foi de leveza. Não precisava colocar em ação a postura técnico-profissional e nem emitir os costumeiros relatórios e pareceres técnicos sobre a situação ou o caso acompanhado, em que o poder técnico e a proteção oficial consideram que podem decidir o destino do outro. Agora, precisava ouvir atentamente e acompanhar os processos que se desenrolavam. Era muito bom esse outro lugar que acabava de ocupar.

Uma das surpresas encontradas pelo caminho foi perceber que para muitos moradores de rua o sentido e o significado de casa não eram os mesmos que para os cidadãos domiciliados. Casa entendida como uma construção arquitetônica com divisão de cômodos que, como morada, cumpre determinadas funções e garante a proteção da chuva, do sol, do frio. Espaço acolhedor para o repouso do corpo e proteção das intempéries, o espaço que iria fixar as pessoas em territórios e cidades tornando-os cidadãos domiciliados, cuja conta de luz poderá ser utilizada como comprovante de residência. Para muitos moradores de rua o habitar pode se efetuar de outra maneira. Conversamos com moradores de rua que não mencionam a necessidade de ter uma casa. Esse abrigo protetor por muitos anos passou a ser uma marquise ou um banco de praça. A necessidade era apenas de habitar algum território da cidade.

Há ainda aqueles que mencionam a casa como um espaço necessário apenas para dormir “[...] o que vou fazer dentro de uma casa a não ser dormir, não há nada que eu possa fazer dentro dela”. Além disso, N. Barbosa, a moradora de rua limpinha, que reside há 20 anos na mesma praça e no mesmo banco emitiu a seguinte fala

sobre a possibilidade de morar dentro de uma casa “[...] eu queria ter uma loja de roupa reformada, eu dormiria na loja, é tão bom loja não sei por que as pessoas não dormem dentro dela. Também não gosto de colchão ele faz muito calor já me acostumei dormir no banco”.

Deparamo-nos com moradores em que os olhos brilhavam só de pensar na possibilidade em ter uma casa. Para outros, o sentido de casa ou morar não condiz necessariamente com a construção de abrigos. Para estes a casa parece funcionar “[...] com uma domesticação do espaço e do tempo” (KASPER, 2006, p. 29).

O que aprendemos a partir daí?

Um dos fatos mais notáveis nessas andanças foi observar a heterogeneidade entre os grupos, os arranjos feitos com os objetos do lugar, o lugar das drogas na vida deles, as relações que estabelecem com os cidadãos que frequentam os espaços ocupados pela população de rua, as visitas que chegam, os hóspedes de passagem, os clientes que buscam pela prestação de pequenos serviços, além de atrair doadores que trazem ofertas inusitadas, como a “cura para mendicância” que, segundo uma determinada instituição religiosa, é alcançada através de “sopa, sabão e salvação”.

Outro aspecto que nos chamou a atenção foi a estratégia de tentar invisibilizar os moradores de rua e a intolerância de muitos grupos sociais e instituições para com este grupo, apoiando ações de “limpeza social” e de retirada dos moradores de rua das praças e/ou ruas da cidade. Ou ainda, a invisibilidade dos “desvalidos” para algumas igrejas no município, bem como as ações de tentativa de retirada de equipamentos sociais destinados à população de rua que estão instalados próximos a monumentos históricos, igrejas, ou em espaços de alta valorização imobiliária.

Surpreendeu-nos, ainda, ouvir pessoas que deixaram de morar nas ruas falarem da seguinte forma “Não moro mais na rua, mas a rua não sai de mim, às vezes sinto necessidade de voltar pra lá”.

Outro dado relevante foi nos depararmos com práticas instaladas nas máquinas de governo que visualizam como ação possível apenas o enquadramento em modelagens que tomam o pobre “[...] como a ‘boa cópia’, isso é, como aquela que se

sujeita sem maiores dificuldades a um modelo transcendente e supostamente perfeito de ‘ser humano’” (CERQUEIRA, 2010, p. 11).

Mas o grande marco que atravessou essa 2ª etapa da pesquisa, e que nos conduziu para a construção de um novo olhar sobre a população moradora de rua, foi apoiado nas reflexões de Cerqueira (2010), quando aponta para a importância da desconstrução dos signos da pobreza e dos seus mecanismos de rigidez e autoconservação. Logo, passei a refletir e me perguntar se também não compartilhava de alguma forma com os códigos morais que

[...] estabelecem que o pobre bom, o pobre dócil é aquele que consome pouco, é trabalhador, está inserido em algum arranjo ou dinâmica familiar, [...] o pobre que está na literatura, na mídia, nas plataformas políticas, nos programas sociais. [...]. É o pobre que não pode falar, mas de quem se fala (CERQUEIRA, 2010, p. 22).

1.1.3 Nas ruas, nunca um dia é igual ao outro: a ginga nas ruas

O mapeamento realizado nos forneceu muitas pistas acerca do modo de vida da população de rua, permitindo cartografar táticas e astúcias fabricadas na vida da rua. Como num jogo de capoeira o morador de rua também ginga,¹⁸ o corpo está sempre em movimento com a intenção de não se deixar cair em armadilhas e enganar o adversário. Dando continuidade ao trabalho de pesquisa, definimos que retornaria às ruas, agora sem a companhia de meus parceiros-aliados do grupo Andarilhos, para efetuar conversas com alguns moradores de rua com os quais mantivemos contato no decorrer deste mapeamento ou com moradores de rua que já conhecia. Definimos que convidaríamos para fazer parte desta etapa da pesquisa: Saulo, Elisa, Di e AP, Jesus Cristo, Dentinho, Lília e Hebert, N. Barbosa e Patrícia.

Para localizar alguns deles, levamos até uma semana procurando-os pela cidade, pois em decorrência da pressão/repressão haviam migrado para outros pontos da cidade ou estrategicamente apenas circulavam, sem se fixar em locais antes ocupados como morada. A insistência em permanecer no território apesar da

¹⁸A Ginga se constitui como a movimentação básica da capoeira. O conjunto dos seus movimentos dá à capoeira a aparência de uma dança. “O objetivo da ginga é não oferecer ao oponente um alvo fixo, esconder a malandragem do capoeirista e enganar o adversário” (Fonte: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ginga_\(capoeira\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ginga_(capoeira))>. Acesso em: 30 jul. 2012.

repressão se dá em função dos benefícios das redes de apoio, sendo estas o comércio, as doações ou os serviços públicos municipais.

Na empreitada para localizar aqueles com os quais continuaríamos conversando e que haviam migrado, foi fundamental a colaboração dos próprios moradores de rua e um verdadeiro “telefone sem fio” foi instalado. Recados eram deixados aqui e acolá e transmitidos no “boca a boca” até chegar a quem procurávamos para fazer nossas conversas; os companheiros moradores de rua não se furtaram em colaborar. Houve aqueles que espontaneamente se ofereceram para participar da pesquisa, principalmente quando era esclarecido que outras pessoas iriam ler sobre suas vidas.

Nesse percurso nos deparamos com a figura interessante de A., 36 anos, que alterna sua vida entre a moradia no domicílio fixo e a estadias nas ruas. Por ser deficiente físico (cadeirante), tem direito ao Benefício de prestação Continuada – BPC, direito concedido pela PNAS (Política Nacional de Assistência Social) que lhe garante um salário mínimo por mês. Com essa renda ele paga a locação de um espaço de moradia. A, ao observar a realização das nossas conversas, manifestou o projeto de produzir seu próprio livro e solicitou orientações. Nosso compromisso com A. foi então de verificar quais os caminhos que ele deveria percorrer para realização dessa produção.

O mesmo se intitula como um contador de histórias e gostaria de vê-las publicadas com sua autoria, são muitas afirmou “Meu maior momento de inspiração é dentro dos transportes coletivos urbanos, conto minhas histórias aos passageiros que também são inseridos na construção das histórias”. Mas não permitiu que as divulgássemos: como autor se reservou o direito de somente ele publicá-las.

Em determinados territórios mapeados, foi possível realizar visitas sem a estratégia de uso da camiseta com a logomarca da UFES, locais em que o uso e o movimento do tráfico de drogas não estavam presentes ou era menos intenso. Assim foi com muitos moradores na Praça do Jardim da Penha, moradia da “Dama Limpinha”, onde os transeuntes abordados se sentiram à vontade para falar, inclusive sobre sua insatisfação com os serviços prestados pela administração pública municipal em relação aos serviços de albergamento para os moradores de rua. Foram ferrenhos e

impiedosos em suas críticas à atual administração, pois esperam que a prefeitura seja mais incisiva no trato com o morador de rua. As sugestões para o poder público referem-se a ações de cunho higienista, de “limpeza social”. Ao se referirem a esse segmento falaram: “[...] são feios, sujos e vagabundos eles não deveriam existir”. Com exceção, é claro, de pessoas como N. Barbosa que é muito limpinha.

Optamos por trazer estas paisagens, ainda que brevemente, por entender que elas nos trazem muitas contribuições ao debate acerca do modo como produzimos esta pesquisa. O que se fala, como se fala, não se dissocia de onde e quando se fala, do que é perguntado e de como perguntamos, por isso explicitar estas singularidades é necessário quando estamos tratando do modo de vida nas ruas. As singularidades destas paisagens foram também de extrema relevância para cartografar a vida nas ruas.

a) Vozes da cidade: reencontro com moradores de rua

Mais uma caminhada se inicia. O intuito agora seria o de ouvir as narrações daqueles que haviam concordado em participar da 3ª etapa desta pesquisa. Objetivávamos cartografar de modo mais detalhado as táticas e astúcias que são engendradas na vida nas ruas. Reiteramos que algumas pessoas foram convidadas após o primeiro contato efetuado na segunda etapa da pesquisa. Houve também quem se oferecesse para contribuir no processo. Infelizmente, nem todos puderam ser acolhidos nesta última etapa da pesquisa, uma vez que já havíamos definido que um elenco de 10 pessoas contemplaria o propósito dessa etapa. O critério que utilizamos para decisão referia-se à diversidade dos modos de vida que expressariam. Assim, este grupo contemplou: moradores que já não habitam as ruas; moradores que habitam as ruas desde crianças; moradores que alternam suas vidas entre as ruas e a residência fixa; moradores que vivem em grupos e moradores que não se vinculam a outros grupos de população de rua. As escolhas também incluíram como critério a diversidade de gênero e faixa etária, maiores de 18 anos, pessoas que buscam albergamento e pessoas que não se utilizam desses serviços, pessoas solteiras e aquelas que vivem nas ruas em união estável e, por fim, pessoas convidadas aleatoriamente. Tínhamos em mente abarcar as diversas heterogeneidades que compõem este universo e, ao mesmo tempo, moradores que

habitam algumas praças que têm visibilidade na cidade, tais como: a Praça Costa Pereira; a Praça dos Eucaliptos, situada em Maruípe, a Praça Regina Frigeri Furno, situada em Jardim da Penha e conhecida como a pracinha do EPA.

Assim, em diversas linhas e parágrafos, haverá algo que tenham dito ou perguntado, aconselhado ou feito uma sugestão prática de ações vividas e/ou transmitidas no boca a boca. Todos aqueles com quem no decorrer desses longos anos tivemos contato seguramente nos trouxeram muitos ensinamentos e experiência, pois a partir daí compreendemos que:

A experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Decidimos então voltar a alguns pontos mapeados a fim de localizar os aliados deste trabalho, já prevendo algumas dificuldades nas buscas em função da itinerância que experimentam cotidianamente. Corríamos o risco de encontrar “desativados” os pontos que antes eram de morada. Foi preciso inúmeras vezes contar com a sorte.

b) Praça dos Eucaliptos: entre desocupações e apostas A.P. e Di falam da vida

Esse foi o caso de A.P. e Di, por quem esperamos, circulando pela Praça dos Eucaliptos e seus arredores, em Maruípe, seguindo as indicações de comerciantes e frequentadores da praça. A apreensão era grande. Ouvi a mídia televisiva informar sobre a retirada de moradores de rua desse logradouro. Seria possível localizar o casal Di e A.P para efetuar nossa conversa? Também queríamos saber como se encontrava todo o grupo depois da ação repressora que havia ocorrido.

E foi a partir da informação de uma parenta que conseguimos encontrar A.P. na Rua Arlete Buaiz, sentada na calçada em frente a uma casa, proseando com outras mulheres residentes nessa rua, onde também reside a família de Di. Dirigimo-nos para uma espécie de garagem sem cobertura, que pertencia a um morador que reside nesta mesma rua. Sentada ao lado dela, esperamos a chegada de Di do trabalho para realizarmos nossas conversas.

Com Saulo, Hebert e Lilian os encontros foram marcados por telefone celular e realizados em lugares escolhidos por eles.

c) *Saulo e as ocasiões na rua*

Saulo escolheu se encontrar na UFES, onde estava sendo atendido no Núcleo de Atendimento de Psicologia (NPA), para onde foi, segundo ele, por iniciativa própria, sem a intermediação da Assistência Social. Era uma segunda-feira no fim de tarde, um pouco fria e chuvosa. Logo que adentramos os corredores da Universidade, por volta das 17 horas, encontramos vários grupos de alunos conversando entre si. O burburinho era grande, parecia estar acontecendo alguma assembleia. Conversamos sobre alguns assuntos enquanto procurávamos um lugar mais tranquilo para nos acomodar. Em um recanto de uma escada próximo às salas de aula, decidimos sentar. E foi nesse lugar que nosso encontro aconteceu.

d) *Hebert e Lilia: quando não se tem uma segunda chance*

Para encontrar Hebert e Lilia foi preciso acompanhar o trajeto que fizeram durante um ano e meio, desde os abrigamentos no CREAS POP, passando pela Hospedagem Noturna, até sua atual moradia, um quarto conseguido com a ajuda de um tio que mora em Belo Horizonte. Nesse espaço procuraram retomar sua autonomia e tentar resgatar seus três filhos mais velhos que se encontravam em abrigos por determinação do Juizado da Infância e da Adolescência. Os três filhos menores foram entregues para adoção internacional sem que o casal tivesse sido consultado. O aluguel é pago com os salários que recebem nos trabalhos e serviços que conseguiram. Esse espaço é realmente muito pequeno para abrigar a eles e aos três filhos maiores e um neto e já têm planos para se mudar para uma casa maior. Ambos têm andado muito ocupados: Lilia trabalha e Hebert, além dos trabalhos que faz, participa de cursos de formação profissional. Agendamos nosso encontro fazendo contato com o telefone celular de Lilia e foi na residência atual do casal que nossas conversas aconteceram.

Para efetivar nossa conversa nos encontramos em dois momentos. Na primeira conversa não foi possível abordar algumas questões, pois, em função da perda dos três filhos para o processo de adoção, Hebert estava indignado e, na entrevista, trocava conosco as estratégias que iria criar para denunciar o fato ocorrido e tentar recuperar os filhos. Já Lilia não conseguia sequer falar, chorava o tempo todo. Portanto, em nossa primeira conversa, combinamos que nos encontraríamos em um segundo momento, quando o casal iria à Secretaria Municipal de Direitos Humanos registrar a denúncia com relação ao processo de adoção dos filhos. Assim, nos encontramos na data agendada e os acompanhei quando foram ouvidos pela Comissão de Recebimento de Denúncias e Acompanhamento de Casos de Violação de Direitos Humanos na Secretaria Municipal de Direitos Humanos/Vitória, também conhecida como Casa do Cidadão. Além da comissão estavam presentes representantes do Conselho de Direitos Humanos e a Junta de Ação Social Batista da Convenção Batista do Espírito Santo.

Entre lágrimas, o casal relatou mais uma vez toda a sua história e o processo de fragilização e vulnerabilidade que culminou com a perda do pátrio poder dos seis filhos e o encaminhamento muito provável e definitivo dos três filhos menores para adoção internacional. Posteriormente, obtivemos informações da equipe técnica da SEMAS que acompanhou todo o processo de adoção de que os trâmites foram totalmente dentro da lei. Segundo os técnicos disseram, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as crianças abrigadas não devem exceder mais que dois anos em instituições, devendo após esse período serem encaminhadas às famílias substitutas. E, de acordo com o sistema de garantias de direitos (Conselho tutelar e Vara da Infância e Juventude), uma vez consolidado o processo de adoção a ação torna-se irrevogável.

e) O bonde da praia: Elisa entre a casa e as ruas

Para encontrar Elisa, empreendemos uma busca ativa, em função da alternância de lugares que ela estava frequentando: transitava entre a casa da família, o atendimento no CREAS Pop e a rua. Em sua casa, a mãe não sabia dela. Nas ruas, Elisa gosta de ficar entre o Sambão do Povo (Bairro Mário Ciprestes) e a Enseada do Suá (próximo às peixarias). Realizamos uma visita ao Sambão do Povo seguindo

a última informação de sua mãe. No local nos informaram que ela havia deixado as ruas e retornado para casa. Novo contato foi feito com a família de Elisa e dessa vez conseguimos localizá-la e agendar nossa conversa. Esta transcorreu na casa da família - uma residência de alvenaria, pequena, limpa e arrumada - diante da irmã de Elisa. A irmã estava sendo cuidada por Elisa, pois havia tido um filho há pouco tempo. Elisa apresentou a casa, o quarto que divide com a filha, seu canto de dormir, fotos de familiares, etc., e ofereceu-me um café.

Na cozinha, enquanto preparava o café, começamos nossa conversa sobre sua vida nas ruas de Vitória. O fato de estarmos em sua sala de estar e perto da família não deixou ecoar a sua vivência nas ruas. O discurso de Elisa, nessa hora, falava de um outro lugar muito mais moldado por certa moralização da vida nas ruas. Não foi possível ali ficar de “cocorinha”, à espreita dos acontecimentos e por isso decidimos novamente procurar Elisa e retomar nossa conversa, desta vez realizando nosso encontro nas ruas da cidade.

Não tardou a recebermos informações a seu respeito. Elisa novamente se encontrava em situação de rua. Havia ido para Guarapari. Esperamos três semanas por notícias e dessa vez o “telefone sem fio” funcionou e um novo encontro foi marcado, agora o cenário de nossa conversa seria a Praça Costa Pereira. Quando cheguei, Elisa dormia na praça junto com seus pertences e, depois de muito esperar, despertou acometida por uma crise de asma. Convidei-a para almoçar e, após providenciar um remédio para a sua crise de asma, começamos nossa conversa. Fomos envolvidas pelos barulhos da praça e, desta vez, incluí várias indagações que havia deixado de fazer na conversa anterior quando estive na casa de sua família.

f) A Dama “Limpinha” e seus aliados

A moradora de rua N. Barbosa expressa uma forma peculiar de vida nas ruas, que é o fato de ocupar sempre o mesmo banco na Praça do Jardim da Penha, ao lado do DPJ, por cerca de 20 anos, segundo os moradores do bairro. Essa não itinerância seguramente está vinculada ao acolhimento que lhe é proporcionado na comunidade do Jardim da Penha. Até plebiscito já houve na Associação de Moradores do bairro

para decidir se solicitariam ou não sua retirada da praça. O resultado do plebiscito foi favorável à continuidade de N. Barbosa na praça.

No dia 12 de outubro, em um fim de tarde chuvoso e quase noite, retornei à Praça do Jardim da Penha e ali passei longas horas tentando reencontrá-la. Para esse encontro havia levado uma garrafa térmica de café ralo e um bom pedaço de bolo confeitado com chocolate, conforme havíamos combinado. O banco em que N. Barbosa costuma pernoitar estava vazio, seus pertences estavam na marquise do DPJ, organizados dentro de uma caixa, com certeza para serem protegidos da chuva.

Na tentativa de obter mais uma vez informações sobre o paradeiro de N. Barbosa, conversei com os policiais que estavam de plantão no DPJ. Foram muito solícitos, fazendo os seguintes comentários:

Eu gostaria de ter fotografado ela (N. Barbosa), há 20 anos é a mesma pessoa, o mesmo corpo (meio gordinha), não mudou nada é impressionante. Agora ela não está aqui, ela foi à igreja, lá pelas bandas da Mata da Praia, ela costuma frequentar a igreja, mas não deve demorar, pois ela dorme às noites aqui (POLICIAL).

A conversa com N. Barbosa não aconteceu, mas os comerciantes, os policiais do DPJ e os frequentadores da praça nos contaram muitas histórias de N. Barbosa. Nestas histórias detalharam o modo como percebiam as artimanhas criadas por N. Barbosa para viver nas ruas.

g) Patrícia entre a vaidade e as ruas, a violência e as apostas na vida

O nome feminino adquiriu desde os 13 anos de idade, mas seu nome oficial, o de batismo e o que está escrito nos documentos, é masculino. Patrícia se sente uma mulher e assim gosta de ser tratada. É vaidosa e se veste com roupas femininas. Exige respeito por ter decidido assumir-se como travesti. Encontrá-la acarretou telefonar várias vezes para o CREAS/ Pop e a Hospedagem Noturna, a fim de obter notícias a seu respeito, já que alterna o atendimento entre esses dois espaços de albergamento. Também procuramos por Patrícia na Praça Costa Pereira, onde costuma ficar quando pernoita nas ruas. As informações ditas por moradores de rua que ali transitam era que ela foi vista pela última vez embarcando em um táxi rumo à cidade de Guarapari, na companhia de Elisa. Portanto, para dar andamento à nossa

conversa não havia nada a ser feito naquele momento, a não ser aguardar pelo seu provável retorno.

Por aproximadamente dez dias aguardamos o retorno de Patrícia. A vigília era constante, inclusive à noite. Em uma dessas noites encontramos Patrícia junto de Elisa na Praça Costa Pereira. No entanto, a conversação ficou inviabilizada em função de ela encontrar-se sob o efeito do álcool e com dificuldades de concentração.

Dias depois, já acolhida na Hospedagem Noturna, foi possível agendar um novo encontro. No dia e hora marcados, nossa interlocutora parecia ansiosa por esse momento, pois, por diversas vezes, havia se oferecido para participar de nossa pesquisa. Pensei que seria mais propício sairmos do espaço da Hospedagem para conversarmos, não apenas pelo fato de Patrícia ter dito não querer que ninguém escutasse a nossa conversa, mas também por acreditar que distante do “olhar institucional” ela ficaria mais à vontade para falar de sua trajetória nas ruas.

Deixamos o espaço da Hospedagem e nos dirigimos à Catedral Metropolitana que não fica longe da Praça Costa Pereira e da Hospedagem Noturna. E foi em frente à Catedral, acomodadas em um banco de jardim, que iniciamos nosso diálogo, certas de que ninguém ouviria nossa conversa e muito menos nos incomodaria naquele momento. Patrícia narrou suas experiências nas ruas, os preconceitos experimentados, as artimanhas criadas, as habilidades na cozinha e suas apostas na vida.

h) Dentinho e as táticas criadas para viver nas ruas

Localizar Dentinho não foi uma tarefa difícil. É assíduo frequentador do CREAS/Pop Rua, principalmente agora que decidiu acompanhar o curso de Educação de Jovens e Adultos (EJA), ofertado pela Secretaria Municipal de Educação. Mas Dentinho também alterna os lugares onde fica, entre o acolhimento nos equipamentos públicos e a moradia na rua. Dorme debaixo do Viaduto da Segunda Ponte, em São Torquato/Cariacica. Ali é seu reduto de pernoite e há mais de dez anos divide este espaço com Jesus Cristo.

Agendamos nosso encontro para o CREAS POP, logo após o almoço, hora em que ele também encerra suas atividades nesse espaço. Naquele momento havia um ar de tranquilidade entre os usuários no CREAS POP. Logo após o almoço, alguns aproveitavam essas últimas horas para assistir ao Jornal na TV, outros para fazer a sesta, provavelmente único momento em que poderiam tirar um cochilo e não se preocupar com os riscos cotidianos da rua. Buscamos então um lugar longe da escuta e dos olhares curiosos dos demais usuários do Serviço. Dentinho estava literalmente sem camisa e sentia um pouco de frio e se encolhia a todo o instante na tentativa de que esse movimento o aquecesse.

Falou da vida nas ruas, iniciada desde quando era criança, por volta dos 11 anos. Não conheceu a mãe, foi adotado por uma mulher, mas a convivência era tensa com a família e percebia que “[...] ela não gostava nem que sentasse na cama dela, todo mundo da minha família fazia isso só eu que não podia sentar. Tinha que sentar no chão”. Dentinho narrou diversas táticas criadas para viver nas ruas, finalizamos nossa conversa com um rap cantado por ele.

i) Jesus Cristo: quando a rua é passagem

Por diversas vezes estivemos na Praça Costa Pereira para localizar Jesus Cristo. As buscas foram em vão e as informações variavam: eles ainda não chegaram ou eles já foram embora. Essas referências eram sempre feitas aos amigos inseparáveis, pois Jesus Cristo anda sempre em companhia de Dentinho. São irmãos de rua, ambos têm a mesma faixa etária e ele também iniciou sua trajetória de vida nas ruas quando tinha em torno de 11 anos.

Por meio da população moradora de rua, recebemos a informação que ambos passam o dia em Vitória, na Praça Costa Pereira, e dormem debaixo da 2ª ponte em São Torquato/Cariacica. Assim, nos dirigimos para São Torquato no intuito de tentar localizar Jesus Cristo e conhecer seu ponto de pernoite embaixo da 2ª ponte.

Cheguei ao local com certa dificuldade. Era de manhã bem cedo. É difícil descrever a visão e a impressão sentida ao visualizar a “toca”, o buraco, o vão em que os mesmos se enfunam para passar a noite. É difícil imaginar que gente, e não bicho, possa dormir naquele lugar, um buraco que mais lembra uma toca de animal, logo

abaixo das estruturas de concreto da ponte. Não foi possível alcançar o local onde ficava esse buraco, porque além do mato muito alto havia um esgoto que dificultava o acesso. A região era inóspita, escabrosa e representava risco, situação que nos fez recuar e desistir de conhecer o “quarto” de dormir de Jesus Cristo e Dentinho. Continuamos nossa jornada até que localizamos Jesus Cristo no CREAS POP. Ele estava um tanto indisposto, mas preferiu não adiar nosso encontro. Procuramos um lugar mais reservado para tal e, na conversa que tivemos, Jesus narrou seu cotidiano nas ruas, as táticas criadas. Segundo ele, a rua “[...] é só uma passagem”.

1.2 PRATICANTES DA CIDADE INVENTANDO PERCURSOS E MOVIMENTOS

Realizar essas conversas não foi tarefa fácil e acarretou graus diferentes de dificuldade. O “telefone sem fio” funcionou principalmente no sentido de indicar alguns rumos que os moradores de rua teriam tomado. Encontrar cada um exigiu telefonemas, buscas por vezes infrutíferas, e longas esperas nos lugares por onde costumam circular ou que foram indicados pelo “telefone sem fio”. Sua itinerância nos obrigou a esperar e também a perambular e caminhar pela cidade mais do que é o nosso costume, seguindo pelas mesmas trilhas que eles percorrem igualmente diversas dos caminhos que utilizamos habitualmente.

Certeau (2008, p. 171) denomina de “[...] praticantes ordinários da cidade [...]” a estes caminhantes e pedestres que diariamente andam e se movimentam cruzando a cidade. Considera que essa experiência urbana elementar de caminhar reinventa as finalidades claras e distintas dos lugares urbanos previamente definidos, dando a estes outros usos e sentidos, o que possibilita a experimentação de outras práticas urbanas que se insinuam “[...] no texto claro da cidade planejada” (CERTEAU, 2008, p. 172).

Práticas simples como andar pela cidade tal como o fazem os praticantes ordinários da cidade, para o trabalho, o lazer ou simplesmente para passear, produzem interferências nos lugares ordenados da cidade-modelo, modificando suas funções e objetivos e, com isso, constroem múltiplas redes e histórias urbanas que fazem com que a cidade permaneça “[...] cotidianamente, indefinitivamente, outra” (CERTEAU, 2008, p. 172).

Tais interferências se realizam por meio de operações temporais que se apropriam dos lugares próprios, transformando-os em espaços de múltiplos usos. É o que ocorre quando as ruas, lugares de passagem como disse também um de nossos entrevistados, tornam-se espaço de encontro para movimentos que impedem exatamente a locomoção dos transeuntes, estes sempre acompanhados de perto pelo aparato policial, a postos para cuidar dos lugares próprios do patrimônio público. Quando as ruas de alguns bairros se transformam em espaço de jogo – campo de futebol –, ou quando as ruas, ainda elas, viram espaço de moradia para aqueles que não têm casa.

Certeau (2008, p. 100) dá o nome de táticas a essas práticas de apropriação que são “[...] determinadas pela ausência de um próprio, [...] não tem por lugar senão o do outro”. A tática é efetuada por alguém a partir de um lugar que não é seu, é de outro.

Aproveita ‘as ocasiões’ e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Este não lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2008, p. 101).

Ela é companheira dos azares do tempo e é astúcia. É “[...] a arte de dar golpes”, diz Certeau (2008, p. 101), ou, como falamos em nosso país, de “dar nó em pingo d’água”, desestabilizando os traçados existentes.

A estratégia, por outro lado, se efetua, segundo Certeau (2008, p. 93), quando um lugar próprio é circunscrito, para ela é “[...] o cálculo (ou a manipulação), das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.

Oposta à tática, a estratégia requer a existência de um lugar “próprio” como condição para o seu exercício. Esse lugar próprio são os lugares formais e reconhecidos na organização geral da cidade, quer eles sejam as instituições que detêm formalmente o poder de controlar e vigiar a cidade e a população, como a polícia, o exército, ou outras instituições cujo poder seja mais restrito ao lugar onde

se estabelecem, como as escolas, os estabelecimentos comerciais, as moradias, habitações, os condomínios ou mesmo os lugares públicos, regidos por normas e regulamentos de convívio social e por códigos de posturas.

Tendo esses lugares por base, o estrategista pode “[...] capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias” (CERTEAU, 2008 p. 99).

De modo a sobreviver na cidade, os moradores de rua criam táticas e usam de astúcias para driblar proibições e limites, ressignificando objetos, lugares e usos, bem como produzindo desenhos variados no tecido urbano. Em nossa busca para entrevistar os moradores de rua, pautada por atrasos, desencontros e longas esperas para encontrá-los, mais uma vez nos demos conta da existência dessas outras formas de viver que são tecidas dentro da cidade.

Para os moradores de rua, deslocar-se faz parte dos modos de viver e sobreviver. Seus trajetos não seguem rotas definidas por critérios geográficos para chegar a lugares específicos, mas se orientam considerando as redes de suporte já conhecidas ou as que podem vir a ser promissoras e, sobretudo, evitando os lugares em que ações repressivas podem estar acontecendo ou que aconteceram recentemente. Assim, observamos que mesmo os espaços mais familiares para eles se encontram marcados pelo signo da provisoriedade.

Os caminhos e lugares de parada que escolhem para dormir, morar, comer, divertir-se, fazer seus “bicos” que lhes rendem algum dinheiro e os usos que fazem dos equipamentos urbanos, são definidos por percursos e não por mapas. Estes (os mapas), segundo Certeau (2008), são elaborados a partir do conhecimento de lugares e da ordem com que são arrumados na cidade. Com um mapa é possível traçar um itinerário, pois cada lugar ocupa uma posição própria e estável, tem endereço fixo. O percurso, ao contrário, é orientado pelos espaços que, como já falamos antes, são o efeito das apropriações e experiências efetivadas e praticadas pelos moradores da cidade que introduzem o tempo e o movimento na fixidez do lugar.

São as táticas e astúcias que produzem interferências nesses lugares fixos e os transformam em espaço, lugar praticado. Um mesmo lugar, rua ou praça, se converte em tantos espaços quantas forem as experiências e apropriações

efetuadas. Do mesmo modo ocorre com os percursos, isto é, para chegar em tal ou qual espaço efetuam-se movimentos e organizam-se operações tais como: ir em frente, atravessar uma ponte, subir um viaduto, contornar uma casa, dar um outro nome à rua, etc.

Embora já conhecedores da perambulação da população de rua, moramos na cidade que conhecemos através de mapas urbanos, em que encontros são marcados em lugares conhecidos e horas previamente acertadas por meio de telefones, e-mail, facebook. Nossa busca para encontrar os moradores de rua mais uma vez nos levou a nos confrontarmos com espaços diversos e a uma certa dificuldade para lidar com eles, a qual acreditamos ter sido a seguinte: a de pensar que como já conhecíamos alguns lugares que eles costumam frequentar e alguns dos caminhos que percorrem, termos acreditado que não haveria problemas para encontrá-los. Esse conhecimento não nos valeu de nada, não nos garantiu encontrar quem ou o que estávamos procurando, mesmo quando fomos ao encontro deles nos espaços por eles determinados.

Assim foi no encontro com Elisa na casa de sua família e combinado por telefone que, marcado pelos signos de lugar próprio, produziu o efeito de apagamento da vida que Elisa leva nas ruas, e mesmo com N. Barbosa, que construiu seu espaço fixo e conhecido na praça pública, lugar visto por muitos como impróprio para se morar. A conversa não foi feita com ela, pois não estava no lugar que combinamos. Com Jesus Cristo não conseguimos entrar em seu espaço de moradia, o buraco debaixo da ponte, e nosso encontro se deu em um lugar conhecido e familiar.

Neste trabalho, nos deparamos também com as estratégias postas em ação pelos poderes públicos visando a manutenção da ordem urbana, e que na maior parte das vezes se reveste de muita violência. Tais ações geralmente são deflagradas por policiais militares e funcionários da limpeza urbana, que promovem operações de limpeza, surpreendendo os moradores no meio da noite, recolhendo seus pertences e expulsando-os dos espaços onde pernoitam, ou onde estão provisoriamente acomodados. Outras estratégias menos agressivas também se fazem presentes como gradear praças e entradas de prédios residenciais, de modo a impedir que estes se tornem espaços de abrigo para os moradores de rua. Assim como câmeras de filmar que são alocadas em praças ou outros espaços de grande circulação para

registrar e controlar a movimentação nesses espaços públicos, onde se incluem os moradores de rua.

Mais uma vez tomamos de empréstimo as análises de Kasper (2006) que traz as diversas formas e ritmos que o povo da rua emprega ao usar os logradouros públicos, contrariando ou ignorando, conforme o autor afirma, os usos previstos, tais como: morar embaixo de marquises, nas calçadas, praças e bancos; ocupar terrenos baldios e imóveis abandonados, sejam eles públicos ou privados. Este autor nos ajuda a perceber que a população em situação de rua reinventa outros usos para os equipamentos e objetos e que são diversos daqueles para os quais foram inicialmente criados. Por exemplo, transformam sucatas em utensílios domésticos ou “instrumentos de defesa”.

Não restam dúvidas de que, nos modos de vida da população urbana, aí incluída a população moradora de rua, existe “[...] uma criatividade que se esconde num emaranhado de astúcias silenciosas e sutis, eficazes, pelas quais cada um inventa para si mesmo uma ‘maneira’ de caminhar pela floresta dos produtos impostos (CERTEAU, 2011, p. 13).

Com base nessas considerações e caminhando com os moradores de rua em seus percursos, buscamos apresentar as maneiras de fazer a vida na rua. Com o uso e manejo de táticas e astúcias que inventam para sobreviver na cidade, compõem o que denominamos neste trabalho como modos de vida.

MOVIMENTO DOIS – MODOS DE VIDA: TÁTICAS E ASTÚCIAS INTERFERINDO NA PAISAGEM URBANA

2.1 DE “COCORINHA” NAS RUAS

As publicações que abordam os modos de vida sobre a população em situação de rua no Brasil, em sua rotina diária, são ainda restritas, embora seja significativo o número de pesquisas que tem como objeto a população de rua. Tais pesquisas constituem-se como dados importantes que, em muitas situações, balizam a proposição de políticas públicas para este grupo.

O que se percebe é que muitas políticas governamentais, e também as pesquisas acadêmicas, lidam com estes modos de vida a partir de várias perspectivas que abarcam: práticas/ações que tentam domesticá-los; práticas que os vitimizam; práticas que os tomam como perigosos, criminalizando-os; e práticas que vêm se esforçando no sentido de mergulhar nesta experiência e com ela tecer saberes da/na rua.

Assim, as noções propostas por Certeau (2011) sobre táticas, astúcias e estratégia nos pareceram apropriadas para realçar as produções tecidas no cotidiano da população de rua, pois: “[...] mesmo os estados de dominação são porosos, permitem a invenção de novas possibilidades de vida e criação, cujo maior desafio é sua própria sustentação e multiplicação como formas de subjetivação” (CERQUEIRA, 2010, p. 28).

Modo de vida foi por nós entendido nesta pesquisa como maneiras de viver que são tecidas em meio aos exercícios éticos e aos valores morais. O modo de viver é fabricado nas relações sociais, e é processo de construção sempre coletiva.

Como sugere Fuganti (2001, p. 2),

[...] é no modo de vida que está o segredo de qualquer coisa. A pedra de toque da liberdade, da escravidão, do pensamento, da submissão à sabedoria, está sempre no modo de vida. O modo de viver é simultaneamente ético e estético. Ele cria regras éticas, que podem até ser regras morais, e ao mesmo tempo ele expressa um modo da energia ou do desejo atravessar o corpo que faz do corpo e da alma uma expressão estética, uma obra de arte. Ou um trapo.

Pesquisar os modos de vida da população em situação de rua requer uma atenção cuidadosa que, ao mesmo tempo, não moralize as maneiras de viver destes sujeitos,

desqualificando-as e, tampouco, romantize os processos de sucateamento da vida com os quais convivem, afirmando, equivocadamente, que a rua é, por excelência, espaço de liberdade. Implica também esclarecer que não há uma espécie de ilha que separe ou isole a população em situação de rua, e em que estes modos de vida são fabricados de forma isolada de todos os processos e relações sociais que se dão na cidade.

A apropriação dos espaços da cidade evidencia relações de saber e poder complexas e dinâmicas, e expressam a face atual do funcionamento do capitalismo em suas relações com o Estado. Viver na rua implica lidar, conforme aponta Kasper (2006), com um conjunto de constrangimentos e recursos nos quais os modos de vida são tecidos. Neste processo, os espaços da cidade e seus artefatos são reconfigurados, delineando, ainda conforme Kasper (2006), uma geopolítica tensa e sempre em disputa com interesses hegemônicos. Mendes (2007, p. 77) aponta que nos territórios existenciais fabricados pelos moradores de rua “[...] podem ser observadas as estratégias adotadas e os recursos disponíveis para sua sobrevivência, assim como suas interações sociais”.

Recortamos, assim, algumas táticas e astúcias por nós percebidas nesta pesquisa, tais como: a alimentação, a correria, as regras, a relação com a cidade, incluindo aqui as igrejas, os comerciantes, a segurança pública, o banho, o cuidado com os pertences pessoais, o trabalho que realizam na rua, dentre outros, que de algum modo expressam como se desenrola a vida nas ruas. Como aponta Gomes (2006, p. 17), habitar as ruas “[...] implica em deixar-se permear pela diversidade da vida nas grandes cidades”.

2.2 A ALIMENTAÇÃO: AS REDES CRIADAS

Para ajudar na qualidade da saúde de maneira geral, ter hora para se fazer cada refeição é muito importante, menos para a população de rua, que não tem hora certa para se alimentar. O que irá determinar o horário da alimentação dependerá de uma combinação de fatores e, como diz Certeau (2008), da ocasião. Boa parte dos moradores de rua conhece os pontos que fornecem alimentos e os horários em que esta ação vai ocorrer. Tais pontos são chamados por eles de “boca de rango”. Mesmo

que ainda não haja fome em todo caso é melhor se apressar e armazenar o “rango” para quando a “larica bater” (assim se referem quando sentem fome intensa).

O fogareiro improvisado do “cafofo” fica no “aguardo” para ser utilizado, especialmente nos finais de semana, pois segundo o R. há três restaurantes nas imediações que fornecem alimentos. O curioso foi saber nas conversas realizadas em nossas andanças que em média cinco quilos por dia são doados por um misterioso funcionário de um dos restaurantes; “Ele dá escondido porque seu patrão não deixa, já tentamos procurá-lo para agradecer, mas não conseguimos identificá-lo, apesar de saber qual é o restaurante” (POPULAR DE RUA).

Descrevem que, normalmente, os restaurantes depositam o lixo em um recipiente grande para serem recolhidos pelos carros coletores da limpeza pública, e observaram que em um restaurante específico o lixo é acondicionado de maneira diferente. Segundo seus relatos,

[...] o funcionário misterioso deposita os sacos de lixo no recipiente e, por último, em cima de tudo, ele coloca uma caixa de madeira em separado e dentro dela um saco cuidadosamente amarrado todos os dias e no mesmo horário, dentro desse saco sempre encontramos alimentos (R).

Quando lhes foi perguntado o que os faz ter a certeza de que esse saco diferenciado seria endereçado a eles, responderam: “[...] porque dentro dele só tem comida boa, a comida é o bastante para todos aqui se alimentar, às vezes sobra”.



Figura 13 – Alimento doado por restaurantes

No decorrer da pesquisa foi possível acompanhar o momento em que alguns populares se alimentavam: lançaram mão de marmitas que haviam recebido horas antes e comiam mesmo frias. Visivelmente os marmitex continham uma alimentação de qualidade e bom preparo (Figura 13).

Quais são os outros pontos de alimentação e como se estabelece essa relação na cidade? O pessoal da Praça Costa Pereira fez referência às três igrejas evangélicas (Quadrangular, Assembléia de Deus e Igreja Batista) que durante a noite fornecem alimentação (sopa, pão, frutas, etc.); “[...] é tanta comida que sobra”, informaram os moradores que viviam na marquise do IAPI. Contudo, “antes de servirem alimentação, em círculos e de mãos dadas fazemos uma oração”. Em outro momento fora da praça fui abordada por uma senhora membro da Igreja Assembléia de Deus, que nos fez a seguinte fala: “[...] duas vezes por semana circulamos pela cidade distribuindo sopa e roupas para as pessoas que vivem nas ruas”.

As igrejas parecem ter uma certa “predileção” em fazer caridade nas madrugadas. As sopas e também as roupas sempre são distribuídas nos horários noturnos. O certo é que muitos moradores de rua se queixam por serem despertados de súbito enquanto dormem. Em uma de nossas conversas, um policial relata como certa madrugada, N Barbosa foi abordada por um grupo de evangélicos:

Teve uma noite que um grupo de evangélicos esteve aqui para lhe oferecer sopa. Ela (N. Barbosa) estava dormindo e foi acordada, ela levou um susto e pulou do banco. Os evangélicos colocaram numa vasilha uma sopa quentinha, de longe dava pra ver a fumaça, fiquei com vontade de tomar aquela sopa. Assim que os evangélicos deram as costas ela levantou foi até a lixeira e jogou toda a sopa fora e retornou para o banco, fiquei olhando aquele gesto dela. Olha se os evangélicos tivessem me oferecido aquela sopa eu teria tomado, se a N. Barbosa tivesse me oferecido a sua sopa eu teria tomado. Me pareceu que a sopa estava realmente muito boa. Só fiquei olhando, mas não falei nada (POLICIAL QUE TRABALHA NA PRAÇA DO JARDIM DA PENHA).

Pudemos perceber nas andanças que efetuamos que não é estratégico despertar um morador de rua enquanto dorme, ainda que seja para tomar sopas. É interessante, aliás, como alguns moradores de rua se queixam das abordagens feitas pelas igrejas nas noites para servirem alimentos. “Ninguém é acordado para comer de madrugada quando está dormindo em sua casa, por que nós temos que ser acordados na madrugada para tomar sopa?”. Relatou uma moradora de rua.

O próprio CREAS/Pop Rua é um outro espaço de referência para alimentação e também higienização. A população em situação de rua também frequenta o Restaurante Popular gerido pela administração pública municipal, e que funciona de segunda a sexta-feira, no horário de 10horas as 14horas, somente para almoço. É preciso, porém, ampliar esta discussão, incluindo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) quando afirma que:

Restaurantes Populares são equipamentos públicos de alimentação e nutrição destinados ao preparo de refeições saudáveis, variadas e saborosas, que são vendidas a preços acessíveis, de forma a garantir aos trabalhadores urbanos e à população em situação de vulnerabilidade social o Direito Humano à Alimentação adequada. Cada unidade produz um mínimo de mil refeições por dia [...] atualmente 89 Restaurantes Populares se encontram em funcionamento em 73 municípios brasileiros, servindo um total de 123 mil refeições por dia (BRASIL, 2012).

O Restaurante Popular está assegurado no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – 2012/2015 – constando na implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Conforme os princípios e diretrizes de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional, os restaurantes populares possibilitam:

[...] atender a um público de baixo poder aquisitivo e que vive predominantemente no meio urbano [...]. Eles viabilizam a oferta de refeições prontas, de qualidade, a baixo custo; a promoção de bons hábitos alimentares e da educação alimentar; permitem momentos de encontro entre usuários socialmente vulneráveis, constituindo-se numa ação de promoção da cidadania e de fortalecimento da noção do direito à alimentação [...]. A refeição é servida na hora do almoço e busca complementar ou suprir grande parte das necessidades nutricionais diárias [...]. (BRASIL, 2004).

Conforme verificado nos Princípios e Diretrizes da Política de Segurança Alimentar (BRASIL, 2004), o público beneficiário dos restaurantes populares são trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, estudantes, aposentados, **moradores de rua** (grifo nosso) e famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. A refeição no restaurante popular de Vitória custa ao usuário R\$1,00. O município de Vitória, em parceria com governo de Estado, arca com o restante do custo. Ainda segundo o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em alguns restaurantes é servido algum tipo de refeição à noite, geralmente um sopão para a população de rua. É preciso ressaltar que, infelizmente, no restaurante popular de Vitória essa não é uma realidade, pois não

há qualquer refeição gratuita e a população em situação de rua precisa “manguear” ou fazer outras correrias para custear sua refeição nesse equipamento público.

Sem contar com políticas públicas de alimentação, muitas são as táticas colocadas em ação. Na maioria das vezes é possível contar com a solidariedade alheia, quando recebem refeições ou mesmo dinheiro, principalmente daqueles moradores da cidade com os quais estabelecem vínculos. Pude acompanhar várias situações em que cidadãos domiciliados ou comerciantes forneciam marmiteira para moradores de rua. As Oficiais que trabalham no DPJ, próximo ao banco em que reside N. Barbosa, não só fazem sua proteção, como mantêm certo cuidado com sua saúde. Trazem de casa alimentos que são do gosto de N. Barbosa, como o miojo de sabor tomate e lfe fazem o preparo.

2.2.1 Cozinhar nas ruas: inventando objetos e receitas

Cozinhar nas ruas é uma outra alternativa muito utilizada para garantir as refeições, e também um verdadeiro desafio, uma vez que os cidadãos domiciliados sentem-se muito incomodados com essa prática nos logradouros públicos. Os produtos para o cozimento são “mangueados” em supermercados, açougues, peixarias, padarias e feiras livres. O modo em geral de cozinhar alimentos nas ruas é o mesmo em todos os grupos que mapeamos.

“Vamos queimar lata” é o termo utilizado por moradores de rua quando acendem o fogareiro para o cozimento de alimentos, nos informou Saulo (morador de rua há 20 anos). Os utensílios que são usados para serem transformados em um fogareiro são um latão (Figura 14), do qual se tira a tampa, e uma grelha que é colocada em cima que pode ser retirada de diversos objetos. Neste latão coloca-se álcool comprado em posto de gasolina. Por que álcool de posto de gasolina, perguntamos? “Ele é melhor, demora mais tempo queimando” responderam. O mais preocupante, contudo, é constatar que esse mesmo álcool também é utilizado para o preparo da “Maria Louca”.¹⁹

¹⁹ Maria Louca é usada como bebida alcoólica entre a população em situação de rua e resulta da mistura do álcool combustível que a população de rua toma puro, ou acrescido de água e açúcar; há quem prefira misturar suco. Esta mistura é consumida principalmente pelos usuários crônicos de álcool.

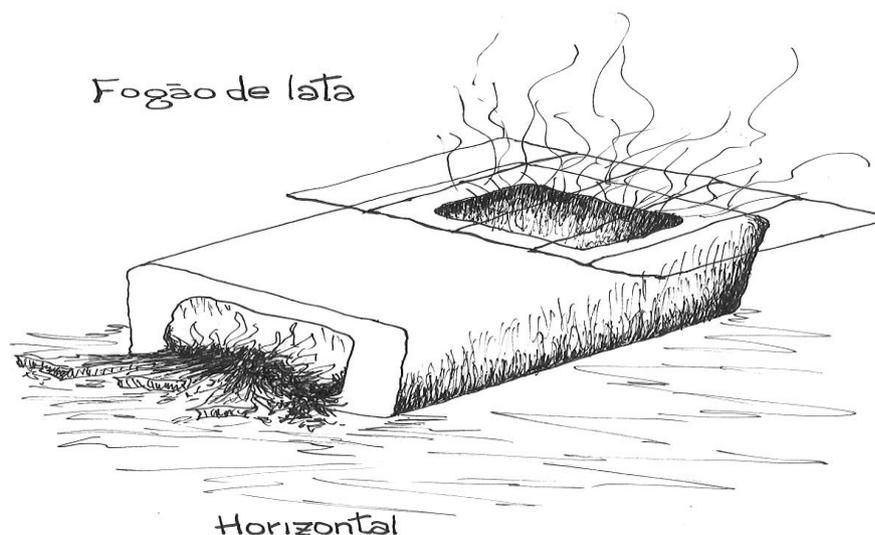


Figura 14 – Fogão de lata desenhado pelo professor Gilberto Kunz²⁰

O fogo pode também ser alimentado por lenha ou carvão. Latas menores de conservas são utilizadas como panelas. Outros elementos encontrados nas ruas podem facilmente servir para serem transformados em “fogão a lenha”. Restos de construções, como tijolos e paralelepípedos, são ajustados de forma que possam acomodar uma grelha (Figura 15). Por vezes um muro qualquer também compõe a fabricação do “fogão a lenha”, pois o muro ajuda a proteger o fogo do vento.



Figura 15 – Fogão de tijolos desenhado pelo professor Gilberto Kunz

²⁰ Desenhos elaborados pelo Professor Dr. Gilberto Kunz, do Departamento de Desenho Industrial da UFES. Os desenhos foram realizados pautados em relatos feitos a partir dos dados produzidos na pesquisa realizada. Os desenhos foram apresentados aos participantes da pesquisa e foram escolhidos aqueles que consideraram melhor expressar os fogões que constroem nas ruas.

Havia um diferencial na invenção do fogareiro do grupo de rua da Praça dos Eucaliptos em Maruípe. Era uma produção de forma artesanal que possivelmente contou com os serviços de serralheria. O fogão produzido era de ferro com forma abaulada: corte, furação e solda de metal foram utilizados em sua montagem (Figura 16). Além disso, três vergalhões de ferro faziam a sua sustentação, servindo como pés do objeto e sobre a única “boca” havia uma grelha. O fogão artesanal comporta dois litros de álcool destilado e com o resultado dessa produção é possível cozinhar diversos tipos de alimentos como moqueca de peixe, arroz, polenta e sopa de legumes, conforme informação do grupo que habitava a Praça dos Eucaliptos.



Figura 16 – Fogareiro artesanal encontrado na Praça dos Eucaliptos, Maruípe, Vitória/ES

Vimos também que os moradores de rua inventam receitas com os diversos alimentos manguedados. Restos e sobras de comida podem ser transformados em refeições e, segundo eles, fica muito saboroso. A pelanca frita (pedaços de carnes com gordura de carne de e/ou de frango) tanto pode incrementar o feijão como uma farofa. Patrícia nós dá a dica de como preparar receitas de pelanca:

a) Pelanca frita

Ingredientes

- Pelanca (fitas de carnes com gordura), alho, limão, sal, pimenta do reino, sobras de gordura de frango assado

Modo de preparo: Após lavar bem lavadinha a pelanca, colocar o limão, o sal, e a pimenta do reino, o alho tem que ser socado. Acrescente esses temperos à pelanca, mas tudo muito limpo, diz Patrícia. Coloque a gordura de frango para esquentar e quando a gordura tiver borbulhando jogue a pelanca temperada. Pode colocar farinha e transformar a fritada numa farofa, se preferir. Tudo é preparado numa panela de lata.

A pelanca no feijão, fritada de pelanca ou farofa de pelanca, é um prato muito comum nas refeições entre os moradores de rua.

Patrícia ao nos passar estas receitas de pelanca comentou: “[...] Uhhh, tou com água na boca, que delícia que fica [...] chega a estalar assim, feito torresmo, fica maravilhoso”.

Transcrevemos aqui outras receitas que foram narradas em nossas andanças pelas ruas de Vitória.

b) Pelanca no feijão

Ingredientes

- Pelanca, feijão, sal, gordura de frango assado

Modo de preparo: Temperar a pelanca com sal a gosto, colocar a pelanca para fritar. Enquanto isso o feijão vai sendo cozido em outra lata, quando o feijão estiver pronto é só colocar a pelanca frita e deixar ferver mais um pouco. Não é necessário outros temperos no feijão.

Outras receitas são reinventadas nas ruas como a canja de pé de galinha feita por Elisa, o café ralo que N. Barbosa nos ensinou, como também o miojo no bafo, receita fornecida por Elisa.

c) Canja de pé de galinha

Ingredientes

- Pé de galinha, canjiquinha de milho (toda quebradinha), óleo, sal, alho, caldo Knorr, batatinha ou aipim, dois copos (tipo americano) de água

Modo de preparo: Lavar a canjiquinha de milho, refogar a canjiquinha no óleo com alho e caldo Knorr, mexer aos poucos da mesma forma que faz arroz. Depois acrescentar os dois copos de água. Deixar ferver para em seguida colocar os pés de galinha, colocar mais dois copos de água, abafar e deixar cozinhar em fogo baixo por 15 minutos. Se preferir pode acrescentar batata picadinha ou aipim.

d) *Café ralo*

Ingredientes

- Pó de café, açúcar e água quente

Modo de preparo: Colocar pouco pó de café na água (o pó de café ferve dentro da água), em seguida temperar com açúcar em quantidade a gosto, e somente depois passar o café em coador de pano.

e) *Miojo a vapor*

Ingrediente

- 1 pacote de miojo e água quente

Modo de preparo: Em uma vasilha colocar o miojo, em seguida acrescentar um pouco de água quente, abafar e aguardar por três minutos e pronto. A água quente pode ser adquirida numa padaria ou lanchonete.

A hora da alimentação na rua também pode se constituir como um momento de festa, seja para festejar um casamento, um aniversário ou apenas comemorar o encontro entre os iguais. Elisa relata o “banquete” preparado na rua para comemorar sua união com outro morador de rua,

[...] fizemo até um casamento de mentirinha [...] ele colocou um anel no meu dedo, todo mundo batendo palmas, fizemo feijoada, suco, salada de fruta. A Cintia fez a cerimônia, [...] tinha bastante cachaça, eu que fiz a feijoada pra 20 pessoas com bastante carne. Esse dia não vou esquecer nunca (ELISA).

Nas andanças realizadas não faltaram convites para compartilharmos os alimentos preparados. Por conseguinte, pode-se dizer: para quem mora nas ruas nem todos os dias são iguais. Nos momentos em que as doações são raras, ou mesmo não acontecem, então não resta alternativa a não ser “comer do lixo”.

Sobreviver do lixo é para muitos uma solução. Para quem mora nas ruas, “comer do lixo” é “[...] abrir as sacolas de lixo e comer mesmo”, nos informou um dos nossos entrevistados. Não há muito que selecionar, no lixo não há opção de não comer por ser de procedência duvidosa, o alimento pode estar com data de validade vencida, em bom estado de conservação ou estragado. Restos alimentícios são encontrados em lixos domésticos, mas o povo de rua também tem mapeado onde encontrar restos de alimentos comestíveis em lixeiras dos restaurantes do centro da cidade.

Certeau (2011, p. 237), discorrendo acerca das artes de nutrir, afirmou que “A fome esta aí, o corpo do pobre reclama sua razão e pior ainda se tiver que perder a saúde [...] um corpo faminto cuja fome nunca acaba sonhando continuamente com uma possível saciedade [...]”. Então, o jeito é submeter-se, e aceitar o golpe da sorte. Um de nossos interlocutores, ex-morador de rua, narrou como é se alimentar do lixo.

Comer do lixo, no começo é muito difícil, chorei a primeira vez que precisei fazer isso, lembrava da vida que tinha vivido e daquela condição que eu tava naquele momento. Mas depois virou um costume quase natural, rasgava sacolas de lixo que ficava dentro de caçambas próximo a rodoviária, também buscava os lixos de restaurante e lanchonete. (ADJEFERSON ROSENO, LIDERANÇA DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUAS).

Nos lixos de supermercados, peixarias, feiras livres, principalmente nos horários conhecidos como “xepa”, o povo da rua busca alimentos. É oportuno ressaltar que a cidade produz um “lixo” que não se constitui só de alimentos. É muito mais que isso; reciclando o lixo as pessoas organizam nas ruas o espaço que vai lhes servir de morada, montam a “maloca”, usando cadeira, mesa, pedaços de lonas, tecidos, utensílios domésticos velhos e gastos, sofás, dentre outros numerosos móveis e objetos encontrados nas ruas. Parafraseando Kasper (2006, p. 157), presta-se uma nova utilidade aos objetos, alterando sua forma e função, uma verdadeira reinvenção dos objetos.

2.3 A ARTE DA CORRERIA

A correria consiste em várias táticas de sobrevivência que garantem, por meio de ações astuciosas, o dia a dia nas ruas e dentre elas está o “manguear”, como costumam dizer. Existem ainda outras práticas muito utilizadas, tais como a

realização de pequenos serviços para os cidadãos domiciliados, comerciantes, barraqueiros das feiras livres, que vendem artesanato ou alimentos, guardar ou vigiar os carros, coletar e vender materiais recicláveis (uma das principais formas de subsistência do povo da rua), por fim, fazer “programas” também pode ser uma alternativa para alguns.

Há ainda quem se vale de práticas ilícitas, estas ocorrendo em menor frequência. Para tanto fazem uso de táticas, aproveitando oportunidades e/ou situações favoráveis. Não quer dizer, no entanto, que a pessoa fique impune por subtração do objeto alheio. Na maioria das vezes é comum encontrarmos em situação de rua pessoas recém-saídas do sistema prisional cujo delito cometido enquadra-se no artigo 155 do código penal.²¹ O que podemos perceber em muitos casos é que pessoas têm chegado, ou retornado às ruas, trazendo um alvará de soltura, provando o cumprimento da pena pelo delito cometido.

Manguear “é entrar nas mente da pessoa”, nos disse Elisa. Essa prática cotidiana consiste em coletar dinheiro entre os transeuntes e comerciantes nas ruas. Contam uma história que possa comover quem ouve. Se é ou não verdadeira, pouco importa. O que conta é o poder de persuasão de suas narrativas, capazes de sensibilizar o outro. “[...] se você me der cinco reais posso comprar uma pedra de *crack*, mas se você me der um real vou juntando até conseguir comprar um pacote de miojo”. Elisa continuou explicando como se efetivava o manguear:

Saber entrar na mente, chegar na moral. Aí você diz, poxa tô precisando, se vê que ele não tem você diz tá bom obrigado. Você diz Deus lhe pague e vai embora. Isso vai bater na sua mente, e você vai levantar e diz oooh! Menina vem cá faz favor, pega um refrigerante aí. Isso porque você foi generoso quando pediu, foi educado.

Assim, foi descrita em que consiste a prática de entrar na mente da pessoa. Mesmo pessoas em situação de vulnerabilidade social e que residem na periferia da cidade utilizam a prática de “manguear”. Todo pedinte, mesmo que não more na rua, está em situação de rua. Ou seja, solicita doações aos transeuntes e nos estabelecimentos comerciais, nas ruas da cidade e em bairros com público de forte poder aquisitivo.

²¹ O Artigo 155 compreende “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: §2º - Se o criminoso é primário, e é de pequeno valor a coisa furtada, o juiz pode subtrair a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente pena de multa” (BRASI, 1940).

O povo da rua considera que “É melhor pedir do que roubar”, entendem ser essa uma artimanha lícita de sobrevivência. Contudo, enganam-se os que imaginam que a população moradora de rua sobrevive basicamente da “mendicância”. Cabe apontar, segundo a pesquisa realizada pelo MDS (2008), que a maioria das pessoas em situação de rua é composta por trabalhadores informais e apenas uma pequena parcela das pessoas em situação de rua pede dinheiro como principal meio para sobrevivência. Essas informações são importantes, pois desmitificam a visão equivocada de que a população em situação de rua é composta por “mendigos” e “pedintes”.

2.3.1 Trabalhos que fazem nas ruas

Conforme verificado em nossa pesquisa de campo, o percentual de moradores de rua trabalhando na economia informal é muito significativo. Pode-se dizer que o fato de não terem um registro na Carteira de Trabalho e uma profissão formalmente reconhecida os coloca numa categoria de subempregados. Sem a garantia de conseguir fazer “pequenos bicos” diários, sem “carteira assinada”, como costumam dizer, ou seja, pela ausência de vínculos formais de trabalho e renda regular, torna-se inviável assumir compromissos, como por exemplo, pagar o aluguel de um imóvel para morar. Nessa condição, encontramos ocupando as ruas os desempregados de longa duração, inclusive os que trabalharam na Administração Pública, bem como jovens que sequer tiveram a oportunidade do primeiro emprego.

Encontramos também egressos do sistema prisional que após cumprimento de pena são liberados nas ruas, portando apenas a roupa do corpo e o alvará de soltura, tendo como responsabilidade individual conseguir emprego e moradia para não retornar ao sistema penitenciário. Sem “eira nem beira” são encontrados com frequência vagando pelas ruas e/ou sentados em bancos das praças da cidade de Vitória.

Os diversos arranjos para conseguir algum ganho podem se efetuar também por meio de outros expedientes. Ao entrevistar a “Dama Limpinha”, percebi marcas em suas mãos e quando perguntei do que se tratava ela respondeu: “me queimei

preparando angu na casa de uma mulher, às vezes trabalho e recebo R\$ 20,00 pelo serviço. Vou abrir uma loja, reformar as roupas que ganho e vender”.

Não só os cidadãos domiciliados acolhem essa mão de obra pagando por pequenos serviços, o mesmo ocorre com o comércio. O dono de uma pastelaria oferece alguns trocados para que um popular de rua condicione o bagaço da cana, organizando-o para a coleta de lixo. Os artesãos da feira de arte e alimentação oferecem alguns trocados para outros moradores de rua ajudarem a transportar, montar e desmontar suas barracas na Praça Costa Pereira e na Praça dos Namorados (região nobre da capital do estado).

Na rua é possível agilizar trabalhos, como lavar ou guardar carros particulares, sendo conhecidos como “flanelinhas” ou guardadores de carro, uma prática muito comum entre aqueles que sobrevivem da rua. Porém a rua também é esquadrihada entre os guardadores de carros, e, uma vez sendo estabelecido um ponto de trabalho na rua, ele não pode ser ocupado por outro companheiro sem prévio acordo. Conversamos com famílias inteiras que sobrevivem deste ofício, provendo inclusive estudos profissionalizantes para os filhos “Ganhamos mais como guardador de carro do que trabalhando na lavoura [...]”, disse um migrante que alterna sua estadia entre Vitória e Bahia. Em muitos casos se estabelecem relações de confiança e vínculos entre o guardador de carro e o proprietário do automóvel e, nessas situações, as chaves do automóvel também podem ser confiadas.

A construção civil costuma ser alternativa viável para quem tem habilidades na área, como ajudante de pedreiro, eletricitista ou pintor de parede. Há momentos em que fazer “programa”, pode ser uma saída para conseguir dinheiro rápido. As mulheres moradoras de rua usam desse expediente inclusive para sustentar o companheiro, se o mesmo consentir. Quando não há consentimento do companheiro, a tática é se ausentar por alguns dias e retornar após a realização desse expediente. Elisa narrou o quanto foi difícil fazer “programa”, o que sentiu em sua primeira vez:

[...] eu sentia nojo, muito nojo mesmo, mas depois [...] eu acostumei com o *crack*, fui vendendo tudo, quando eu vi tava no chão mesmo, todo dia comendo fubá, aí fui pra rua, fui fazer programa pra comprar cocaína. Era eu e a S., eu tinha uma parceira, a gente fazia programa junto, até que mataram ela. Eu e a S. fazia programa na Vila Rubim, aí mataram ela, e fiquei sozinha.

Mas é na catação de material reciclável onde se encontra o maior número de trabalhadores em situação de rua. Segundo relatório da SEMAS, em média 100 catadores de materiais recicláveis circulam nas ruas de Vitória e são conhecidos como “carrinheiros”. Usando carrinhos de madeira ou de latão com quadro rotas, seguem dia e noite na catação de papelão, alumínio, ferro, plástico, latinhas de bebidas, vidro e até mesmo lixo eletrônico que são vendidos aos “sucateiros” (depósitos de lixos) ou ferros-velhos espalhados pelo Município. No caso da cidade de Vitória, concordamos com a pesquisa de Rosângela D’ávila (2010, p. 61) ao escrever que: “As relações com os donos dos ferros-velhos revestem-se de ambiguidade nas redes de convivência dos catadores”. Pontuamos que o pagamento que recebem pelo material vendido é irrisório, por vezes reduzido a um prato de comida ou uma garrafa de “meiota” (cachaça), fazendo às vezes do que poderia se chamar de pagamento pelo material vendido. Por outro lado, segue D’ávila (2010, p. 61), “[...] os ferros-velhos são uma das raras conexões, dentro da rede de sociabilidade, que vinculam os catadores que moram nas ruas a um ponto “fixo” da cidade”. Arriscamo-nos a dizer que no cerne dessa questão encontra-se uma relação trabalhista de semi-escavidão.

Com um cachorro magro amarrado ao “pé” dos carrinhos, alguns desses trabalhadores pernoitam nas ruas e o velho e bom vira-lata faz a vigília e proteção, enquanto seu dono dorme. Muito em função da longa distância no trajeto percorrido entre os locais em que exercem suas atividades até suas residências, preferem dormir nas ruas e retornar para a família somente nos finais de semana. A noite é tida com um bom momento para catação, horário em que a maioria da população coloca sacos de lixo nas calçadas ou caçambas à espera dos caminhões coletores dos serviços de limpeza urbana.

Depois de 20 anos tramitando no Congresso Nacional, foi aprovada a lei 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos com a Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis. Esta lei define que o governo federal deve estabelecer um plano nacional para resíduos sólidos num prazo de 20 anos. As prefeituras terão até agosto de 2012 para elaborar este documento e implantar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos. Os prazos para eliminar os lixões e implantar a coleta seletiva de lixo na cidade com a inclusão dos catadores, segundo a lei, vão até 2014. As associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis

devem ser implantadas e os catadores em situação de rua, incluídos. Apesar dos prazos determinados, o processo de inclusão é lento, sendo esse um grande desafio posto por esta Lei. Não obstante, ouvimos de muitos responsáveis pela implementação deste processo falas duras e análises equivocadas, tais como: “Eles não sabem assinar um cheque”, ou “Para quem é pobre o salário mínimo basta, não saberiam o que fazer com mais dinheiro”.

2.4 TÁTICAS DE SEGURANÇA E DEFESA NAS RUAS

Os artefatos de proteção nas ruas tanto podem ser um bastão de ferro ou madeira, quanto uma faca simples ou mesmo um facão. Esses instrumentos irão servir para defesa de possíveis ameaças ou para espantar invasores indesejados na “maloca”. “Chico doce” é o nome usado por determinado grupo de rua para se referir a um bastão confeccionado para defesa e “viana”, o termo que utilizaram para se referir a um facão. Na verdade, esses nomes são táticas elaboradas para que os instrumentos não sejam identificados de pronto.

A pesquisa realizada mostrou que quando se ocupa um território físico nas ruas é preciso garantir o “comando” e a “segurança” do lugar. Não são “permitidos” invasores que possam trazer “problemas”, portanto, entendem que é necessário que alguém detenha o controle de quem deve “usufruir” do espaço. Também é necessário que essa “liderança” coloque “moral no pedaço” usando a força física se for o caso. No Sambão do Povo, onde um grupo de moradores de rua transformou várias salas ociosas daquele espaço em local de moradia, o comando era do “Boca” ou “Pai Velho”, que além de uma longa barba que lhe faz valer o status de velho também era o mais antigo, naquele momento, a ocupar as salas do Sambão.

R., um jovem de 26 anos, tinha o comando em uma das praças da cidade e era preciso respeitá-lo para pernoitar na marquise. Assim, a “ordem” da morada era mantida com o uso do “Chico Doce”. O objeto ficava guardado de forma a não chamar atenção dos transeuntes ou da repressão policial. Em nossas estadias no campo de pesquisa não tivemos informações ou relatos sobre uso de arma de fogo. A polícia aborda a população de rua a todo instante e portar arma de fogo não seria nada estratégico em suas caminhadas.

Uma faca, a chamada “arma branca” pelo sistema de segurança, parece mais apropriada para os andarilhos da cidade, tendo aí mais de uma utilidade, já que tanto serve para o preparo de alimentos quanto para ser utilizada no caso de autodefesa. Afinal, dormir nas ruas é um grande desafio. Quem dorme? E como dorme? Para conseguir dormir somente se estiver “chapado” e o uso de substâncias psicoativas ajuda nesse momento. Sob o efeito de alguma substância é possível dormir em qualquer lugar com ou sem barulho, caso contrário o sono é permeado de muita turbulência.

“Como podemos dormir? De repente pode aparecer alguém e rolar alguma parada” ou “Não, não dá para dormir direito”, afirmam. O medo é geral, muitas vezes são despertados de forma abrupta por agentes da segurança pública, e não faltam pontapés. Entendem que é necessário alguém sempre ficar na espreita, na vigília, enquanto “os irmãos” da rua dormem. Dormir e/ou andar sempre em grupo é uma tática de segurança. E, sem uma boa noite de sono, como estar no dia seguinte em alerta para participar das oficinas de formação que são oferecidas em espaços de acolhimento público? Queixam-se os moradores de rua.

A relação com a segurança pública é sempre muito tensionada. O olhar que os agentes públicos tecem sobre a população de rua é marcado por estereótipos: quanto mais escura for a cor de sua pele e quanto mais sua aparência estiver permeada pelas condições associadas com o habitar a rua (maltrapilho, descalço, sem higienização do corpo, barba por fazer, sem documento), mais potentes então serão os abusos de poder cometidos contra esse sujeito.

Elisa, moradora de rua e branca de olhos verdes, acredita que “[...] eles têm raiva dos pretos, preconceito”. A pesquisa nos trouxe evidências de abordagens truculentas por parte da Segurança Pública contra quem habita as ruas. As queixas sobre espancamentos são inúmeras, as incidências de violações de direitos são quase uma constante contra esses sujeitos. O povo da rua muitas vezes se cala e não denuncia por medo de represália na calada da noite. Contudo a indignação é imensa...

Acompanhamos casos de mulheres que não se deixaram intimidar e partiram para o enfrentamento na defesa de seus pertences ao verem os mesmos sendo incinerados. Carregam muitos objetos nas mochilas, são “bens” de valor afetivo,

fotos de familiares, documentos pessoais, alvará de soltura, resultados de exames médicos, kit de higiene pessoal, algumas mudas de roupa, e outros “apetrechos” que à noite se transformam em leito para acomodar o corpo. Reafirmando o pouco ou o muito para quem nada possui, a retirada dos “bens” pessoais se constitui em mais uma perda com a qual precisam lidar.

Uma tática usada por algumas mulheres que vivem nas ruas é não chamar atenção para sua condição feminina, assim são raras aquelas que utilizam adornos. Esconder a feminilidade é uma tática de proteção contra os abusos e os estupros nas ruas.

2.5 REGRAS DE CONVIVÊNCIA NAS RUAS

A convivência entre os grupos de rua não é efetuada por meio de regras fixas e escritas. Lima (1998) escreveu em seu estudo realizado nas ruas de Vitória em 1998, que as regras nas ruas estão implícitas nas suas vivências e não são verbalizadas. O autor amplia nossa compreensão acerca das regras de convivência nas ruas ao colocar que:

Por regras de algum modo intensivas, entendo as fórmulas constantemente invocadas no decorrer das atividades do dia-a-dia que entram na estruturação de grande parte da textura da vida cotidiana. A maioria das regras envolvidas na produção e reprodução de práticas sociais são apenas tacitamente apreendidas pelos atores: eles sabem como ‘prosseguir’ (LIMA, 1998, p. 81).

As regras nesses grupos, ainda segundo Lima (1998), não são aleatórias, mas, ao contrário, seguem uma regularidade e possuem uma lógica que diz respeito ao princípio de manutenção de regras sociais.

Regras e punições entre moradores de rua deveriam ser entendidas como táticas? Não estamos aqui preocupados em responder, até porque durante o tempo em que realizamos a pesquisa de campo, nem sempre ficava claro o que poderiam ser estas regras. Foi preciso conversar com alguns interlocutores para dar melhor visibilidade às regras tal como foram criadas.

A este respeito, Adjeferson Roseno (ex-popular de rua) nos contou que: um homem em situação de rua ao assumir uma companheira grávida de outro, passa a assumir também seu filho, mesmo que os demais colegas “zombem” da situação. Os homens de rua costumam não se aborrecer com a “zombaria”. Outro ponto de relevância e

que parece funcionar também como uma regra nas ruas é “[...] não trocar alimentação por drogas, tipo se ganhou uma cesta básica, ela não pode virar moeda para compra de drogas”, afirma Adjeferson e a punição para esse ato é a expulsão do grupo. Um irmão de rua não pode roubar o outro. Para esse caso a punição é severa, o indivíduo pode apanhar do grupo ou da pessoa contra quem tenha feito o furto. Quando um morador de rua vai preso, em hipótese alguma deve “alcaguetar” um companheiro, essa é uma regra importante entre eles.

Uma regra também considerada como das mais importantes é não roubar nas proximidades do espaço que o grupo estiver ocupando, como também não guardar objetos adquiridos por essa forma. Explicaram que esta regra tem como finalidade evitar “batida policial” na área em que estão ocupando.

“Cafanhate” na rua é “dar em cima” da mulher do outro, portanto tal ação é proibida. Quem pratica tal ação também poderá ser punido, tanto pelo grupo quanto pelo sujeito que se sentiu desrespeitado. A punição pode ser física. Quando esta regra é quebrada ninguém interfere para defender o sujeito que estiver apanhando, pois todos concordam que quem mexe com a mulher alheia está errado.

Já sabíamos de certa proteção com os profissionais que são próximos e estabelecem vínculos com a população em situação de rua, mas o fato de tratar-se de uma regra foi uma surpresa. Quando se cria um vínculo com pessoas próximas ou um técnico, como exemplificou Adjeferson, é normal que todos na rua saibam tratar-se de alguém que não se pode roubar ou fazer agressões físicas. A primeira pessoa da galera da rua com quem essa pessoa fizer contato ficará responsável em avisar aos demais para que ela não seja molestada. Adjeferson relatou uma situação em que uma técnica da Rede Pública foi ameaçada por alguns populares de rua insatisfeitos com a condução dos atendimentos prestados. Ele (Adjeferson) entrou no circuito, circulou em todos os grupos para comunicar que se tratava de uma pessoa boa e que nenhum mal deveria lhe acontecer.

As pessoas que trabalham com a população de rua devem ser protegidas pelos grupos de rua, afirmou Adjeferson. Saber acolher quem os acolhe, eis a regra. Salvo em caso gravíssimo de uma postura ou atitude que traga prejuízo ou constrangimento a um popular de rua, como por exemplo: uma agressão física ou

uma delação à Polícia, bem como situações de abuso sexual, em que o abusador é alguém que deveria proteger. Nesse caso haverá consenso entre a população de rua e a pena também pode ser severa. Outra surpresa ficou por conta da seguinte regra: é proibido roubar nos albergues, a punição também é física, sendo aplicada por aqueles que se utilizam daqueles serviços.

Lembro, nesse sentido, lembro-me, nesse sentido, de um episódio ocorrido há dois anos no CREAS Pop, quando um usuário do Projeto roubou a dispensa levando vários sacos de arroz, feijão, dentre outros alimentos que seriam utilizados naquele mês para as refeições dos usuários. A indignação de todos foi grande. O autor do roubo foi identificado pelos próprios moradores de rua e não tardou a recebermos notícias de que o mesmo havia recebido uma punição na rua.

Uma compreensão possível acerca dessas regras é que muitas outras devem compor o cotidiano do povo da rua, porém algumas delas são difíceis de precisar. Certamente as regras nas ruas existem e as punições são duras para quem as transgride.

Há regras que dizem respeito especificamente às mulheres que vivem nas ruas. A infidelidade sexual é motivo de desavenças violentas, porque as mulheres nas ruas são poucas e, por isso, muito disputadas. Uma mulher sem companheiro nas ruas significa que pode ser de todos, o que talvez seja o motivo para uma constante troca de parceiros. Mas nunca ficam simultaneamente com mais de um parceiro, é preciso encerrar uma relação para iniciar outra.

Os gestos de solidariedade fazem composição com as regras tecidas na vida nas ruas, pois também acontece entre os irmãos de rua compartilhar alimentos com um camarada ou efetuar trocas de informações que possam trazer benefícios comuns. Observamos entre moradores de rua a socialização no uso do vestuário que ganham e o mesmo ocorre quanto ao uso de substâncias psicoativas, principalmente a cachaça que é muito compartilhada nas rodas de conversa.

De cocorinha nas ruas pudemos perceber que as regras podem não ser as mesmas nos diversos grupos, sendo criadas conforme a especificidade de cada grupo ou com o modo de pensar e os ritmos do “chefe” da ocupação.

2.6 O HABITAR AS RUAS

Como aponta Gomes (2006, p. 71) “[...] a não-fixação domiciliar, que caracteriza o modo de vida da maior parte da população que habita a rua, promove uma intensa mobilidade espacial e, portanto, existencial, que faz deste segmento um dos representantes nômades da cidade”.

No lugar de habitar uma casa, os moradores de rua fazem da cidade sua moradia, conforme analisa Galli (2003), ao discutir a cidade como espaço de produção de territórios existenciais.

A rua é “residência fixa” por um longo período de tempo para algumas pessoas, como foi verificado no mapeamento territorial realizado. Podem permanecer semanas, meses ou anos no mesmo local (bairro e logradouro público), tudo depende da tolerância dos cidadãos domiciliados no entorno. Assim, reveste-se de particular importância o caso da “Dama Limpinha” que, segundo pudemos observar, pernoita no mesmo bairro e na mesma praça por aproximadamente 20 anos.

Consideramos oportuno enfatizar que, em muitas situações, são as circunstâncias que os tornam itinerantes, fato também que por sua vez demandou mais tempo no processo de nossa pesquisa, pois a cada momento tornava-se necessário iniciar uma busca ativa pelas pessoas convidadas para conversarmos acerca da vida nas ruas da cidade. Os autores aqui apresentados que discutem a especificidade da população de rua nos apontam similaridades nos modos de ocupação dos logradouros públicos das/nas grandes capitais brasileiras. Nos estudos que realizou em Belo Horizonte, Mendes (2007, p. 80) afirma que:

O domínio de um território construído, sob uma marquise ou numa calçada junto a um muro, por exemplo, se expressa no próprio uso que se faz desse espaço como moradia. Os elementos que marcam a passagem para o interior dessa moradia são o mau cheiro, restos de comida, latas grandes que servem para transportar água, guardar mantimentos e, sobretudo como fogareiro, eventualmente podem ser encontrados colchões, cobertores, móveis velhos, estofamentos de automóveis, roupas, fezes, urina e marcas de fumaça no teto ou nas paredes do adulto ou nos muros, sobretudo, a presença constante de seus moradores.

Tudo parece igual, mas, ao contrário, também verificamos que as acomodações podem se organizar de outras maneiras (principalmente onde existe a presença feminina), havendo preocupação e zelo na organização da “maloca” como, por

exemplo, varrer o local, manter os pertences pessoais em mochilas e certo cuidado de higiene no preparo dos “alimentos”. Visitamos algumas “malocas” que estavam ornamentadas com plantas e tapetes. Morando em “malocas”, essa é a condição de 150 a 200 pessoas que moram nas ruas de Vitória.

Malocas é uma palavra de origem indígena que significa habitação coletiva ou aldeia; a palavra tem também o sentido de ‘casa escondida’ ou ‘esconderijo’. Esse sentido da palavra deu origem ao verbo ‘malocar’, que é usado, por maloqueiros e não maloqueiros, como significando esconder (MENDES, 2006, p. 60).

Mendes (2006, p. 60) continua: “Nos centros urbanos, malocas são moradas improvisadas à beira de calçadas, sob viadutos, próximos a barrancos [...]”. Em Vitória se situam comumente em calçadas próximas às vias públicas, praças, marquises de algum estabelecimento e terrenos baldios. Em suma, no que concerne à cidade de Vitória o termo “maloca” para designar o espaço de ocupação não é muito utilizado por todos que moram nas ruas. É mais usual nomear o espaço por uma referência que é característica do lugar, como por exemplo: a Praça dos Eucaliptos, o Sambão do Povo, a Porta de Aço, o Varandão do Tiquinho, a matinha, a Ponte da Passagem, a marquise do IAPI, atrás do São José (Supermercado), debaixo da Ponte Seca, e assim por diante.

A rotina de migração pela cidade é outro processo que não se difere com relação aos diversos grupos que vivem nas ruas, seja na cidade de Vitória ou em qualquer grande metrópole. A pressão e repressão insistentes estão presentes, não se diferenciando nos modos de ação. As ameaças, seguidas de práticas violentas, podem partir tanto dos agentes dos serviços públicos, como de moradores domiciliados, expressando a intolerância da sociedade com relação à população em situação de rua.

Existem outros fatores que forçam a migração no interior da cidade, entre os municípios e os diversos estados da federação. Neste processo, vale salientar que os leitos nos albergues não são suficientes em algumas cidades do Espírito Santo. Os espaços de albergamento são inexistentes, forçando um fluxo contínuo de pessoas em situação de rua para a capital. As medidas utilizadas para lidar com esta demanda têm sido marcadas por atitudes contraditórias: as autoridades municipais e estaduais se posicionam muitas vezes sendo coniventes com as práticas de repressão contra a população em situação de rua, ignorando ou desconhecendo leis que direcionam especial atenção a estes grupos em situação de

vulnerabilidade social em todas as políticas públicas de inclusão social. Surpreendemos os governos municipais e estaduais admitirem não saber o que fazer com esse público. Cabe dizer que a cada repressão os habitantes das ruas, quando possível, levantam acampamentos, pois comumente têm seus pertences recolhidos, fato este que os obriga a montar “casa” em outros pontos da cidade. Gomes (2006, p. 79) descreve esse processo, nomeando-o como “Gente Caracol”: “[...] apresenta a possibilidade de uma casa corpo, concebendo o corpo como um espaço ao mesmo tempo exterior e interior, com o qual o homem se encontraria parcialmente identificado, embora vinculado”.

Na itinerância forçada, o novo “habitat” pode ser um espaço já habitado por outros moradores de rua, desde que haja permissão do “comando do lugar”, mas também podem começar uma “nova maloca” que possibilite no entorno uma rede de sobrevivência. Assim, pode ser por essa razão que as ocupações não ocorram em bairros periféricos da cidade. Gomes (2006, p. 80) faz uma bela ilustração assemelhando esse público com os animais que carregam a casa nas costas,

Gente Caracol traz uma casa carregada junto ao corpo, assemelhando-se ao caracol e à tartaruga. Animais que como sabemos sentem-se totalmente desprotegidos quando fora de sua casa-corpo [...]. A ideia de casa aqui proposta contrapõe àquela ligada ao modelo familiar burguês: ambiente sem nenhum grau de porosidade, que não se deixa penetrar pelo cheiro, pela sujeira, pelo ruído das ruas.

A ocupação do prédio do IAPI foi emblemática pela repercussão posterior após a ação policial efetuada, gerando protestos por parte da população moradora de rua e de instituições de apoio à população em situação de rua e contrárias à violação dos direitos humanos. Não se sabe ao certo quando o prédio do IAPI foi ocupado, a história de abandono do edifício e o fato de estar numa área central com pontos de grande comércio podem ter favorecido as ocupações. Convém lembrar que a população de rua tem a cidade mapeada, eles sabem quais patrimônios são públicos e estão ociosos. Da mesma forma, não foi possível identificar quem foi o primeiro popular de rua a ocupar aquele espaço da marquise. O fato é que o “comando” do lugar é atribuído ao morador que tem mais tempo de permanência e/ou moradia no local. P. ocupava a marquise por aproximadamente cinco meses.

Ocupações e desocupações, uma novela que não se encerra. Após a diminuição do controle e da vigilância, o mesmo espaço pode ser novamente ocupado. A

insistência em permanecer no território apesar da repressão se dá também em função das redes de apoio, sendo este o comércio, as doações ou a existência de serviços públicos municipais. As marquises e a parte que fica embaixo dos viadutos são os locais mais visados pela população de rua, uma vez que facilmente podem servir de abrigo para se protegerem do sol e da chuva. Muros e calçamentos longos, próximos às vias públicas também são bem procurados.

Deixar a maloca visível, ou estar em espaços com boa visibilidade para as ruas ou transeuntes pode ser ainda uma tática de segurança. Eis o motivo de preferirem dormir quando o dia está amanhecendo, horário de maior circulação de transeuntes nas ruas, praças e calçadas. Uma ação de repressão que os coloque em situação de risco de vida, não acontece durante o dia com tantas testemunhas.

Os grupos de rua não se misturam. Há sempre críticas de uns em relação aos outros, uma hora são os “noiados” que fumam pedra, outra hora são os caras “bagunceiros”. Observamos que há grupos mais específicos no que diz respeito ao consumo de drogas. Alguns grupos não permitem a permanência de usuários de *crack*. Outros grupos fazem uso constante de drogas e a “correria” para a manutenção deste uso implica muitas vezes em atos ilícitos. Os grupos de catadores de materiais recicláveis, mesmo os que moram nas ruas, se vêem como trabalhadores, portanto consideram que são diferentes “daqueles maloqueiros”, como eles dizem, referindo-se assim aos demais moradores de rua.

Não juntar muitos objetos é uma tática para a mobilidade nas ruas. Sacolas e mochilas são utilizadas para transportar objetos pessoais. Delas podemos vê-los tirar alguns objetos, tais como: mudas de roupas, documentos, sabonetes, xampu, pentes, cremes, escovas e pasta de dentes quando os têm, “[...] nós que ficamos na rua não podemos carregar muita coisa, é só uma bolsa com alguma coisa dentro”, disse uma moradora de rua ao abrir sua mochila para nos mostrar o que costuma transportar. Nesta mochila havia um isqueiro, desodorante, uma blusa de frio, “prestobarba”, uma cartela de dipirona, tampa de panela (com uma lata e alguns tijolos podem improvisar um fogão na rua), um pacote de miojo e uma meiotá. “Se a gente precisar sair do lugar fica mais fácil pra carregar”, argumentou.

2.6.1 Famílias morando nas ruas: quando os sistemas de direitos encarceram a vida

Como foi dito, a maioria dos moradores de rua é formada por homens sós, no entanto, pudemos perceber que, ao final de nossa pesquisa, um grupo significativo de mulheres está vivendo nas ruas, muitas delas jovens e que fazem uso de *crack*. Este grupo aponta para uma nova demanda a desafiar a sociedade e as políticas públicas, a saber: as mulheres grávidas em situação de rua e usuárias de *crack*. Na cidade de Vitória não existe albergamento para mulheres com filhos e/ou famílias, como também não há na cidade serviços de atenção a famílias ou mulheres grávidas em situação de rua. Foi possível verificar que famílias estão se constituindo nas ruas e, ao mesmo tempo, impedidas de conviverem.

Os albergamentos atendem a grupos específicos, deste modo, ou são exclusivos para pessoas adultas, ou para crianças e adolescentes. Sendo assim, uma vez em situação de rua, os membros desta família (pai, mãe e filhos) são separados em instituições distintas, fato este que pode culminar muitas vezes em graves rompimentos de vínculos, a exemplo de Lilia e Hebert. O casal se conheceu aos 16 anos, em Minas Gerais, e estão juntos há 20 anos, hoje já são avós. Em função de diversas vulnerabilidades, como o desemprego, a perda da moradia e o uso de drogas, num dado momento foram viver na rua com os seis filhos.

Por um período de tempo, todo o grupo familiar foi assistido pela rede de proteção básica da assistência social. Houve fragilidades nos atendimentos da rede de atenção às famílias, ou na pouca oferta das políticas públicas? O olhar ou foco estavam equivocados em relação às possibilidades de uma família pobre educar ou dar afeto aos seus filhos? Estamos lidando com situações em que o exercício de direitos está limitado pela criminalização da pobreza? Seja lá como for, as ações efetuadas não foram suficientes para dar sustentação às demandas desse núcleo familiar. Os filhos foram separados em espaços de abrigamentos distintos, divididos por faixa etária, e o casal permaneceu nas ruas por um longo período até serem acolhidos pelas equipes de abordagem de rua da SEMAS. Ao final, perderam três filhos definitivamente, posto que foram encaminhados para a adoção internacional.

Uma vez estabelecido o processo de abrigamento para a criança e o adolescente, inicia-se a contagem de um prazo previsto por lei para que as mesmos não sejam

institucionalizadas. O sistema de garantias de direitos (Conselhos Tutelares e Juizado da Infância e da Juventude), respaldados no Estatuto da Criança e do Adolescente, prevê uma família substituta para as crianças que estejam abrigadas por até dois anos. O tempo da lei não corre no mesmo ritmo e percurso para quem está em situação de rua. Hebert e Lilian precisaram de mais que dois anos para ficar sem uso de drogas, reorganizar uma casa e conseguir um emprego para terem seus filhos de volta. Estas foram as condicionalidades postas para terem de volta a guarda dos filhos. E foi no final desse prazo de dois anos que receberam a notícia de que os três filhos menores tinham sido entregues para adoção internacional. Ambos recorreram, solicitaram intervenção da Defensoria Pública, por meio do Conselho de Direitos do Município de Vitória. Contudo, a adoção no Brasil, uma vez efetivada torna-se de caráter irreversível. Como o casal aqui citado, sob a aura da proteção integral da criança e do adolescente, há outras mulheres em situação de rua que têm perdido a guarda de seus filhos ainda na maternidade, logo após o parto.

2.6.2 Os vínculos familiares para que cai na “pista”

Podemos falar em vínculos, rompidos e/ou fragilizados, da mesma forma como têm sido abordados nas diversas pesquisas que referenciaram nossos estudos. Estar em situação de rua não significa necessariamente que houve rompimento definitivo de vínculos familiares. Em muitos casos tratados neste estudo, os familiares sofrem com a ausência e a condição de vida daquele que está em situação de rua.

É oportuno comentar que outras situações compareceram no processo de pesquisa e que nos surpreendeu. Conversamos com pessoas que passaram toda adolescência em situação de rua, cujas relações familiares estavam extremamente fragilizadas e que, muitos anos depois, retomaram os vínculos familiares, estreitando-os, principalmente, por meio de visitas que passaram a fazer à família e à comunidade em que viviam. Ainda assim são poucos os casos dos que rompem com a rua para fazer o caminho de volta para casa.

2.7 CUIDADO COM O CORPO: O BANHO, A LIMPEZA DAS ROUPAS E VASILHAS

A higienização diária (banhos) para quem está na Praça Costa Pereira pode ser feita no Parque Natural Municipal Gruta da Onça,²² segundo os populares de rua. Mas o Parque não é o único lugar que é usado para o banho diário, “[...] às vezes também vamos até o CREAS Pop”, afirmam diversos moradores de rua. Ao contrário do que se pensa, o povo da rua se preocupa com cuidados pessoais, principalmente com o banho diário. Mantém nas ruas hábitos de higienização convencionalmente adquiridos. Mas essa não é uma regra seguida por todos unanimemente. Devem-se acrescentar casos em que ocorre ausência de cuidados pessoais.

Tanto homens como mulheres buscam pontos na cidade que possam ofertar higienização e, como são poucas as alternativas, muitas vezes torneiras em postos de gasolina, chafariz ou quiosque são utilizados não só para banhos, mas também para lavagem de vasilhas e roupas. O certo “[...] é que ficar sem banho incomoda”, comentam. A coordenação da Hospedagem Noturna (SEMAS/PMV) diz que mesmo não havendo leitos disponíveis para pernoite, muitas vezes a entrada de usuários é liberada para fazer alimentação e higienização. E cada um dá o seu jeito quando necessita de um banho. A “Dama Limpinha” ficou conhecida na Praça dos Namorados pelo costumeiro asseio que mantém com o corpo e seus pertences pessoais. Muitas vezes a própria comunidade colabora com quem deseja tomar um banho, haja vista o caso de N. Barbosa. Para o oficial do DPJ, o que mais lhe chama atenção é a quantidade de vezes que N. Barbosa toma banho por dia, até três vezes, ele afirma. O oficial do DPJ ressalta que somente lhe é permitido fazer uso do banheiro desde que não haja interferências nas atividades do DPJ: “[...] é engraçado mesmo, ela é muito limpa, quando termina o banho sempre lava o banheiro, pede sabão e reclama quando não temos. Suas roupas também não cheiram mal é sempre tudo muito limpo”.

Pastores das igrejas evangélicas são frequentemente referidos pela população de rua por disponibilizarem suas casas ou os espaços da igreja para acolher com um banho ou alimentação. Patrícia, muito vaidosa, afirma não conseguir ficar sem fazer

²² O Parque Municipal da Gruta da Onça foi criado em 1988, tem quase 70 mil metros e fica situado no Maciço Central da Ilha de Vitória, com vegetação característica da mata atlântica. Em suas encostas estão localizadas várias fontes, bicas e mirantes naturais. A este respeito ver: <www.vitoria.es.gov.br>. Acesso em: 12 ago. 2012.

higienização do corpo, então, ao seu modo, faz uso de espaços públicos para garantir esses cuidados.

Ali embaixo, não sei o nome só sei que é Igreja, o padre dá almoço, dá café. Eu sei que entro lá dentro, quando tá fechado pulo o muro e tomo meu banho rapidinho, me enxugo. Não é um banheiro não, é um chuveiro público, todo mundo que passa vê, não dá pra tomar banho pelada lá, só de sutiã e short (PATRICIA).

Diferentemente do que é veiculado de forma naturalizada em nossa vida cotidiana, os habitantes das ruas gostam de se arrumar para participar de reuniões, para ir às festas, passeios culturais, ou mesmo visitar um familiar. Fazer a barba, pentear os cabelos e/ou vestir uma roupa limpa compõem também os ritos do dia a dia desse povo.

Cotidianamente (via mídia ou através de *e-mail*), a municipalidade reclama das atitudes de alguns moradores de rua, conforme apontamos no início desta dissertação. Os cidadãos domiciliados queixam-se do mau cheiro e da sujeira que a população em situação de rua deixa nos lugares da cidade em que habita. A população de rua se posiciona quanto ao assunto discordando destas queixas. Afirmam que, para viverem seus momentos de casal e também para satisfazerem outras necessidades, buscam um local que seja apropriado no mato, em terrenos baldios ou casarões abandonados como aqueles próximos à praça do bairro Jucutuquara.

R. sugere como saída que a municipalidade instale banheiros públicos na cidade. Rosângela (ex-moradora de rua) enfatiza que a população de rua também gostaria de fazer sexo dentro de uma casa, mas se as políticas públicas de habitação não chegam, então o problema tende a continuar. Nos Albergues é proibido homens e mulheres dormirem juntos, ainda que seja uma relação estável e essa separação dos casais nos albergues é um forte motivo para que alguns usuários deixem de aceitar abrigo nesses espaços. Di e A.P. afirmaram que procuram um hotel quando desejam momentos íntimos de casal.

2.8 FESTAS E OUTROS BATUQUES

Os modos de se divertir também são inventados nas ruas. Principalmente à noite quando os membros do grupo se reúnem, “rolam” muitas brincadeiras entre si, fazem chacota um do outro, mencionando situações hilárias que vivenciaram no decorrer do dia. Amigos costumam aparecer para visitas e compartilham da cachaça. Elisa considera que na rua as amizades são sinceras, sente falta dos companheiros quando retorna para a casa de sua família; “Na rua fazíamos o bonde da praia”, fala Elisa. É do Bonde da Praia que Elisa se lembra quando nos encontramos na casa de sua família e foi neste momento que a vida na rua saiu da penumbra em que estava, em função das condições em que efetuamos nossa primeira conversa.

O “Bonde da Praia” era todo mundo da maloca, ir todo morador junto pra praia de Camburi. A gente ia lá e fazia churrasquinho, levava umas latas e fazia comida [...] nossa, era a minha maior alegria, era o dia mais especial nosso. Ficava bem dez, Xuxu, levava um litrão de cachaça. Lá todo mundo ia no pulo do canguru.²³ Aquele monte de gente de pulo do canguru. Dividia de cinco em cinco pra não dar problema. Era o melhor dia pra todo mundo, tinha muita mulher e muito homem. Cada um com seu par, todo mundo tinha um par. O Bonde da Praia era um grupo de amigos, não era falsidade não (ELISA).

O povo da rua, ao seu modo, tem seus festejos. A comida que foi “mangueada” é cozida no fogareiro de lata ou tijolo. Em todos os grupos pesquisados o alimento pode compor os rituais de festas, ainda que seja para comemorar um casamento, criado na rua, sem padre e sem igreja. “Mas o casamento aconteceu, a Marcia fez a cerimônia, e comemoramos com uma feijoada”, comenta Elisa, ao descrever a brincadeira que fizeram para encenar uma cerimônia de casamento, com um companheiro que conheceu e se apaixonou na rua.

O que percebemos ao ficarmos atentos às táticas e astúcias forjadas nas ruas é que muitos objetos são recriados, melhor dizendo, são inventados de forma que passam a ter uma utilidade diferente daquela que comumente conhecemos. Processos de reciclagem entram em cena, transformando objetos descartados e degradados, reaproveitando-os de maneira muitas vezes inusitada. Reciclar, transformar,

²³ Pulo do canguru é termo usado pela população de rua para designar a ação de pular a roleta do ônibus.

reaproveitar, inventar, são práticas que tomam parte na garantia da sobrevivência nas ruas. O mesmo modo ocorre com o uso dos espaços da cidade, muitos deles ganham outra funcionalidade. Quando esses moradores se instalam nas ruas, aí fabricam modos de existência que por vezes se diferenciam dos modos instituídos e, por vezes, também os repetem. Modos de vida que desafiam os nossos olhares naturalizados e o funcionamento das políticas públicas.

No lugar de acentuar os lugares conhecidos da população em situação de rua, ora como vítimas, ora como sujeitos vistos como perigosos, o que a pesquisa nos mostrou foi uma imensa riqueza e complexidade. A pesquisa de campo efetuada nos fez mergulhar nestas criações cotidianas, contribuindo para indagar um modo de pensar que coloca o morador de rua numa condição de pobres “miseráveis” urbanos, incapazes e sem inventividade.

MOVIMENTO TRÊS – ABRINDO OUTRAS RODAS

3.1 A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR: POR QUE VIVER NAS RUAS?

Certo dia, em uma reunião com uma determinada comunidade da cidade, que exigia a retirada de moradores de rua daquele bairro, uma senhora idosa, um pouco curvada, de cabelos muito brancos, se levantou entre os presentes domiciliados e fez a seguinte pergunta sobre a população em situação de rua: “De onde eles vêm? E porque eles existem? Eu acho que vocês deveriam levar todos eles para uma fazenda, lá eles ficariam plantando flores até se recuperar”.

Se recuperar do quê? Ficamos a pensar. Com efeito, seja em busca de uma resposta, ou de uma saída, a pergunta é persistente em todos os espaços por onde circulamos, sejam eles institucionais ou não, as pessoas se perguntam. De onde eles vêm? E por que eles existem? Mas poucos querem saber para onde eles vão, ou desejam ir. Estas perguntas atravessam parte da produção acadêmica acerca da população de rua, permeiam as práticas de intolerância e violência com relação aos que vivem nas ruas, movem a produção de políticas públicas, seja visando conter a circulação da população de rua pela cidade, seja interferindo em seus modos de vida de maneira a controlá-los. O intuito de nosso trabalho não foi responder a estas questões, tampouco foram elas que dispararam nossa pesquisa. Contudo, entendemos que não podemos negar a insistência destas indagações.

Na tentativa de buscar soluções para esse problema, a partir das duas últimas décadas, algumas pesquisas (acadêmicas ou coordenadas pelo poder público) têm sido realizadas com o objetivo de conhecer a realidade dessa população. Estas pesquisas enfatizam principalmente a situação de carência em que essas pessoas vivem, indicando a falta de moradia, o não pertencimento a redes sociais e familiares, e não inserção no mundo do trabalho, pois não existem para o mercado formal.

Nesses trabalhos não encontramos as explicações totalizantes e hegemônicas de cunho raciais/biológicas, mas a explicitação de causas sócio-econômicas e políticas, expressas pela inexistência de medidas de proteção social e de inclusão dessa população com relação aos bens e serviços que lhes são negados. Parte das

análises entende que a população de rua é efeito do fenômeno mundial da globalização geradora de relações de exclusão social e de desemprego.

Como salienta Mendes (2007) em estudo realizado acerca da população de rua em Belo Horizonte (MG), muitas das análises realizadas sobre a população de rua não se pautam em seus modos de vida ou em suas narrativas.

Assim sendo, a maioria dos autores que escrevem sobre a população de rua enfatiza questões como o desemprego, os reflexos da crise mundial, as mudanças estruturais da economia, a crise social provocada pelo crime organizado e o tráfico de drogas e a ideologia neo-liberal, entre outros, como fatores que explicam (e no mais das vezes justificam) a existência de pessoas que se encontram fora do mercado formal de trabalho e que se utilizam do espaço público como local de moradia (MENDES, 2007, p. 3).

Os autores que pesquisam a temática da população de rua, tais como Silva (2009) e Vieira, Bezerra e Rosa (2004), apontam que a população em situação de rua é resultado do contexto de desigualdades sociais que caracterizam um sistema de violação de direitos. É um grupo populacional heterogêneo, composto por pessoas com diferentes realidades, mas que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, sendo compelidos a utilizarem a rua como espaço de moradia e sustento, por contingência temporária ou de forma permanente. De fato, não podemos negligenciar que quase todos que ocupam as ruas como espaço de moradia e sobrevivência têm em comum a extrema pobreza. Além disso, Vieira, Bezerra e Rosa (2009, p. 87) nos chamam atenção para outra situação: “Nem sempre se dá importância suficiente ao fato de que a população de rua é basicamente masculina, composta principalmente por homens sós. Trata-se, portanto, de pessoas que não possuem uma convivência permanente com o grupo familiar”.

Mas o que isso quer dizer exatamente? Além das questões de ordem econômica, os autores assinalam que a ocupação das ruas se efetua também em função da fragilização dos vínculos familiares. A este respeito Silva (2009, p. 89) aponta que,

São de diversas ordens os motivos que os levam a buscar a rua como estratégia de sobrevivência, mas a quase totalidade está associada a problemas de ordem econômica, que se materializam não só no desemprego e impossibilidade de custear alimentação e moradia, mas na fragilização dos vínculos familiares.

Como Silva (2009), compartilhamos parcialmente com a consideração de que a ordem econômica e a fragilização dos vínculos familiares redundem na ocupação

das ruas como forma de garantia de sobrevivência. Em nossas andanças na produção desta pesquisa, deparamo-nos com indivíduos cuja situação de pobreza, por si só, não justifica a ida para as ruas. Outro ponto a ser compartilhado com a autora diz respeito às motivações de idas para as ruas relacionadas à perda de vínculos, ressaltando que:

[...] existem outros fatores estruturais ou fatores ligados às histórias de vida dos indivíduos que conduzem à fragilização e ao rompimento dos vínculos familiares, como as desavenças afetivas, os preconceitos relacionados à orientação sexual, a intolerância às situações de uso, abuso de álcool e outras drogas. Entretanto, no contexto contemporâneo, o fator econômico, expresso principalmente pela ausência de trabalho e renda regulares, é preponderante (SILVA, 2009, p. 131).

Complementamos ainda que motivações como perda de entes queridos, e a expressão de maneiras de viver que destoam dos padrões morais estabelecidos, podem também ser motivos que os levam a buscar as ruas como moradia. Entretanto, no contexto deste trabalho, realmente encontramos muitos sujeitos morando nas ruas com vínculo familiar fragilizado ou interrompido, mas também nos deparamos com pessoas que, apesar de viverem nas ruas, não romperam esses vínculos, visitam seus familiares e muitas vezes são incentivados a retornar para casa. Ou ainda, alternam seu cotidiano entre a rua e a convivência com os familiares. Para alguns a “decisão” em viver nas ruas estava relacionada a estes fatores acima apontados por Silva (2009), dentre eles uso de drogas.

Voltemo-nos agora para a análise elaborada por Castel (1998) em seu trabalho intitulado *As metamorfoses da questão social*. Discutindo os processos produtores de vulnerabilização social efetuados com a fragilização dos vínculos relacionados ao mundo do trabalho formal, Castel (1998, p. 23) aponta que “Silhuetas incertas, à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas - desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres [...]”, que não tardam a ocupar as ruas, diríamos nós, “beneficiários da renda mínima de inserção”, muitos sequer têm documentação ou endereço fixo, exigências estabelecidas para acessar a inclusão nos benefícios sociais existentes.

Castel (1998) traz uma análise que se relaciona com as mutações efetuadas no mundo do trabalho, em que o vínculo formal de emprego funciona como um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social possibilitando a criação, segundo este autor, de zonas de coesão social. Segundo Castel (1998, p. 24) há “[...] uma forte

correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência”.

O foco das análises de Castel (1998) situa-se nos processos de desfiliação, no lugar de tomar como ferramenta de análise o tema da exclusão, uma vez que em seu ponto de vista esta última refere-se a um estado de privação que é estanque. A desfiliação seria um modo específico de ruptura do vínculo social que articula precarização econômica com fragilização dos vínculos relacionais, mas que não tem a determinação da dimensão econômica (CASTEL, 1993). Na análise efetuada, Castel (1993) delinea zonas no espaço social com fronteiras que funcionam de forma porosa. A zona de integração articula as garantias do trabalho permanente a vínculos relacionais sólidos; a zona de vulnerabilidade conjuga precariedade do trabalho a fragilidades no vínculo relacional; por fim a zona de desfiliação combina a ausência de trabalho com a ruptura de vínculos e de redes sociais.

A zona de desfiliação poderia ser compreendida como expressão do que se passa com grande parte da população moradora de rua. Mas como diz Castel (1998, p. 24), “[...] essas configurações não são dadas de modo definitivo” e não agem de uma forma mecânica.

Ora, sabemos que a decisão de um sujeito morar na rua não ocorre de forma repentina, ao contrário, um processo complexo se coloca em curso. Ao mesmo tempo, a porosidade entre estas zonas, a variabilidade de modos de vida da população de rua e sua heterogeneidade, não nos permite afirmar que este grupo caracteriza-se com a ruptura total de vínculos relacionais e de trabalho. O que a pesquisa nos trouxe é que suas vidas são permeadas pela provisoriedade.

O desemprego em massa e a multiplicação de indivíduos que ocupam nas sociedades uma posição de supranumerários, “[...] inempregáveis ou empregados de um modo precário intermitente”, diz Castel (1998, p. 27), conjuga a impossibilidade de inserção em vínculos de trabalhos estáveis e em redes de pertencimento comunitário.

Mas os ‘supranumerários’ nem sequer são explorados, pois, para isso, é preciso possuir competências conversíveis em valores sociais. São supérfluos [...]. Assim, inauguram sem dúvida uma problemática teórica e prática nova. Se, no sentido próprio do termo, não são mais atores

porque não *fazem* nada de socialmente útil, como poderiam *existir* socialmente? No sentido, é claro, de que existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade. Porque, ao mesmo tempo, eles estão bem presentes – e isso é o problema, pois são numerosos demais [...]. A questão, agora, sobretudo, é amenizar essa presença, torná-la discreta a ponto de apagá-la (CASTEL, 1998, p. 33).

Os supranumerários são os sujeitos supérfluos, aqueles que encontramos em nossas andanças cartográficas: os catadores de materiais recicláveis que também pernoitam nas ruas, os flanelinhas que constituem uma legião de jovens negros que não tiveram oportunidades de inserção no trabalho formal, os vendedores ambulantes, os indivíduos que circulam pelo comércio realizando pequenos “bicos”, a população em situação de rua.

3.2 UMA PESQUISA QUE VISOU NÃO FAZER SUMIR A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

O processo desta pesquisa que visou cartografar estes modos de vida nos colocou em um universo rico de experiências e face a face com experimentações inusitadas. Fazer esta pesquisa nos tirou do lugar no qual se põe a pesquisa tradicional, mostrando-nos, ainda com base em Passos e Eirado (2009, p. 110), que “[...] todo campo da observação emerge da experiência entendida como plano implicacional em que sujeito, objeto, teoria e prática têm sempre suas condições de gênese para além do que se apresenta como forma permanente, substancial e proprietária”.

Os estudos realizados e a pesquisa de campo contribuíram para indagar um modo de pensar naturalizado que situa o morador de rua numa condição de pobres “miseráveis” urbanos, incapazes e sem inventividade. Ao explorar um universo de potências e acompanhar o percurso da população em situação de rua foi possível, como pesquisadora, estranhar modos de pensar em mim arraigados, abrindo outros caminhos de análise e intervenção. Os processos de intervenção nesta realidade se desdobraram, reverberaram um contínuo de práticas sociais, possibilitando construir outras alianças e produzir outras paisagens.

Ao finalizar este trabalho, destaco como desdobramento desta pesquisa a construção do Projeto de Extensão Andarilhos: construindo outros caminhos na cidade, atualmente composto por sete estudantes de graduação em psicologia e um estudante de graduação em terapia ocupacional. Este projeto é coordenado por mim, com o apoio da Professora Ana Lucia Coelho Heckert, e se iniciou quando

efetivávamos as primeiras etapas da pesquisa de campo. Hoje fazem parte do projeto: Antonio, Isabel, Ligia, Sara, Mayara, Luíza, Camila e Allana. Os Andarilhos conta ainda com a assessoria da Professora Silvia Vasconcellos Carvalho e de dois moradores de rua, a saber, Saulo e Torquato.

Parte dos componentes atuais deste grupo esteve presente em algumas etapas desta pesquisa (particularmente nas etapas 1 e 2). Este projeto tem como um de seus propósitos apoiar o fortalecimento do comitê estadual do Movimento Nacional de População de Rua do Espírito Santo (MNPR/ES). Junto com o MNPR/ES, os alunos participaram do 1º Congresso Nacional de População de Rua, realizado em Salvador/Bahia, e que contou com a presença de 200 moradores e ex-moradores de rua. O projeto também atua com os moradores de rua em sua organização e mobilização para participação no Fórum Mensal de Políticas Públicas para a População em Situação de Rua, e ainda incentivando articulações para trazer novos apoiadores ao MNPR/ES.

Os “Andarilhos” criaram com os moradores de rua um Boletim Informativo chamado “Tá Na Rua”, com linguagem simples e direta; são impressos e distribuídos 500 exemplares mensais. O “Tá Na Rua” traz notícias sobre a rua, além de denúncias de violações de direitos; reivindicação de implementação de políticas públicas para este segmento; narrações de histórias de vida nas ruas; informes sobre as articulações e conquistas do MNPR; agenda cultural que divulga os locais de lazer na cidade com acesso gratuito; entre outros noticiários que a população de rua desejar veicular.

Um dos frutos das articulações em que o Projeto Andarilhos esteve diretamente envolvido foi a interlocução realizada com a Arquidiocese de Vitória, cuja finalidade seria sensibilização dessa instituição no fortalecimento do MNPR/ES. Enfatizamos diversas vezes as violações de direitos sociais e políticos, com violências verbais ou físicas contra população em situação de rua, muitas delas desferidas pela segurança pública do estado. Lembramos, conforme já citado, os espancamentos que repetidas vezes ocorreram na Praça Costa Pereira contra grupos de moradores de rua que ocupavam a marquise do IAPI. Tais acontecimentos causaram indignação não só aos apoiadores da luta do povo da rua como às instituições de Direitos Humanos.

Numa ação inédita no estado do Espírito Santo, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória enviou uma Nota Pública em repúdio à ação da polícia militar do estado do Espírito Santo ao Conselho Municipal de Direitos Humanos do Município. A nota pública teve divulgação em várias redes de comunicação com ampla repercussão. Posteriormente, esta nota pública foi citada em liminar a favor de uma moradora de rua no parecer da Vara de Inquéritos Criminal da Comarca de Vitória.

Na realização desta dissertação, acompanhamos a abertura de novas rodas, ressaltando aqui a criação do comitê estadual do MNPR, o MNPR/ES. O movimento nacional está organizado em nove capitais e vem lutando pela implementação do Decreto lei 7053 que instituiu a Política Nacional de População em Situação de Rua, visando com isso a garantia de políticas públicas que venham atender as demandas do povo da rua. Em Vitória, o MNPR começou a organizar-se em 2009, teve uma ação de importante desfecho que contou com a cooperação de seus apoiadores, dentre eles os participantes do Projeto “Andarilhos”. Em ação inédita no Espírito Santo, o MNPR protocolou um habeas corpus preventivo na Vara de Inquéritos Criminal da Comarca de Vitória, impetrado pela ONG “Coletivo Fazendo Direitos”, em defesa da moradora de rua Sheila Cristina Pereira Soares, requerendo em seu favor que lhe fosse concedido liminarmente salvo-conduto, a fim de que possa ser garantido seu direito de ir e vir. A Vara de Inquéritos concedeu por meio de liminar o salvo-conduto requerido em favor de Sheila Soares, de modo que nenhuma autoridade possa privá-la de ocupar os espaços de uso comum da cidade, salvo em caso de flagrante delito ou de ordem judicial expressa de segregação. Abriu-se assim um precedente para os demais casos de moradores de rua. Desde então não há registros de ações repressoras por parte da segurança pública do estado contra os moradores de rua em Vitória.

Fazer esta pesquisa implicou efetuar idas e vindas, como já falamos nesta dissertação. A rotina da migração e/ou itinerância da população em situação de rua nos trouxe o desafio de localizar nossos interlocutores o tempo todo. A colaboração dos próprios moradores de rua foi essencial e um verdadeiro “telefone sem fio” foi instalado. Recados eram deixados aqui e acolá e transmitidos no “boca a boca” até chegar às pessoas que estávamos buscando. Não faltou colaboração nas ruas. Uma

rede diferente se formou, também foi preciso ser itinerante na cidade para encontrar as pessoas a serem entrevistadas.

Alguns espontaneamente se ofereceram para participar da pesquisa, principalmente quando era esclarecido que outras pessoas viriam a ler as narrações sobre seus modos de viver nas ruas. Havia uma espontaneidade para falar, havia um desejo de ser ouvido. Algumas histórias me eram familiares ou bem conhecidas, tudo parecia igual, mas na verdade não era. Nas histórias tagareladas, cotidianas e astuciosas houve surpresas que produziram outros efeitos. Tentamos fazer escutas atentas à vida que se desenrola nas ruas, “[...] quem tem ouvidos para ouvir, que ouça! O ouvido apurado sabe discernir no dito aquilo que aí é marcado de diferente pelo ato de dizê-(lo) aqui e agora, e não se cansa de prestar atenção a essas habilidades astuciosas do contador” (CERTEAU, 2008, p. 166).

Algumas táticas, astúcias e artimanhas criadas para efetuar-las, não foram incluídas nesta dissertação por entender que não seria astucioso dar visibilidade a algumas destas táticas. Nosso maior desafio talvez tenha sido fazer uma pesquisa acerca dos modos de vida da população em situação de rua de modo a não silenciar suas vidas, a não julgar moralmente suas táticas, a escutar atentamente o que queriam expressar. Não queríamos que nesta pesquisa a população em situação de rua sumisse sem deixar vestígios, como discute Luis Antonio Baptista (2001) ao tratar das práticas cotidianas na cidade e os jogos de poder efetuados que silenciam modos de vida diversos.

Tentamos falar com a população de rua, e não a partir dela. Muitas histórias foram contadas e delas foi possível destacar algumas táticas fabricadas nas ruas. Podemos dizer que esta pesquisa constituiu-se também como tática que deu visibilidade ao mundo das ruas, silenciado e desconhecido para muitos.

Este estudo nos oportunizou um grande aprendizado de vida, lições diárias de reinvenção da vida. Durante o processo de pesquisa, assessorando o MNPR, e acompanhando o desenvolvimento das atividades no projeto de extensão Andarilhos, foi possível escutar de outro modo as demandas que o povo da rua trazia. Muitas intervenções foram efetuadas no decorrer da realização desta pesquisa. Os diversos encontros ocorridos, as inúmeras reuniões, os atos públicos,

a organização de fóruns, as denúncias encaminhadas ao Conselho de Direitos Humanos, as participações em seminários e congressos e a criação de um Boletim Informativo (o 'Tá na Rua'), dentre tantas outras ações, viabilizaram tecer alianças que redundaram no fortalecimento do MNPR no Espírito Santo. O Projeto de Extensão Andarilhos fez parte deste processo e esteve atuante, presente e implicado todo o tempo. Foi acolhido e legitimado pela população de rua que vive em Vitória.

A formação de profissionais para atuar junto deste segmento é outro fator a ser evidenciado. No âmbito profissional foi possível compartilhar muitas experiências e saberes tecidos em anos de trabalho nas ruas, contribuindo com a formação dos profissionais e o debate acerca das políticas públicas voltadas à população em situação de rua. Os profissionais de diversas áreas que fazem parte das equipes que atuam com a população em situação de rua, em áreas como a saúde, a educação, a psicologia e outras áreas afins, desconhecem os modos de viver deste segmento e pouco sabem lidar com suas demandas e problemas. O efeito deste processo são usuários insatisfeitos em função de uma metodologia de trabalho ineficaz que não os inclui no processo de discussão e efetivação das políticas públicas, uma metodologia de trabalho que destoa dos modos de vida da população de rua.

Os profissionais se angustiam, cresce o sentimento de impotência e muitos, por conta própria, buscam um aprendizado no dia a dia do trabalho, entre demandas, urgências e pressões de resolubilidade nas ações profissionais.

Entendemos que a formação de profissionais para atuar no campo das políticas públicas voltadas à população de rua é uma tarefa da Universidade, responsável pelos cursos de graduação no Espírito Santo. Percebemos, contudo, um distanciamento, e por que não dizer, uma ausência da Universidade na discussão e na oferta de disciplinas que coloquem em foco essa temática, bem como no debate acerca da proposição e implementação de políticas públicas direcionadas a este segmento. De um lado temos um tema que vem ganhando muita visibilidade na mídia e nas queixas de parte da sociedade capixaba, e de outro temos a Universidade ainda isolada e distante dessa discussão.

A rede de serviços de atenção para população em situação de rua vem se ampliando timidamente, não acompanhando o ritmo de crescimento das demandas que chegam cotidianamente das ruas. Decretos-lei na esfera federal e municipal— foram editados nos últimos anos, sinalizando com garantias de direitos para o povo da rua, mas a edição de leis não significa a instituição automática de direitos garantidos. Há uma forte mobilização e luta do MNPR em caráter nacional pela implementação e execução de tais leis. Visam, enfim, o direito a ter direito.

Fazendo cartografia e a cartografia interferindo nas práticas profissionais em mim arraigadas, ficar atenta à vida que rola nas ruas e às táticas e astúcias que criam no viver, propiciou uma mudança intensa no modo de lidar com as demandas da população de rua. Compreendi em todo esse percurso que os direitos da população de rua precisam ser garantidos (saúde, educação, moradia, lazer, cultura, segurança pública e direitos humanos), para que deles usufruam quando necessitarem ou desejarem. E, dentre todos os direitos a serem garantidos e que lhes são negados de forma contundente, talvez um dentre muitos seja o direito de estar na cidade e dela fazer uso.

A população que habita as ruas das cidades é constituída de seres de pura nobreza; são homens e mulheres de grande generosidade. É preciso muita dignidade e solidariedade para viver as adversidades com as quais lidam cotidianamente. Independente da condição de miséria em que se encontram, estes sujeitos não se importam em dividir o pouco que lhes resta, carregando no corpo a casa e as marcas que expressam os modos de vida que tecem nas ruas. Estes gestos de generosidade são experimentados cotidianamente, quando se unem para se defenderem de um inimigo comum (como, por exemplo, a polícia ou um traficante que “pede a cabeça” de um companheiro de rua), quando ficam sensibilizados com crianças e adolescentes em situação de rua, quando compartilham o pouco que têm sabendo que mais tarde irá lhes fazer falta, quando fazem escutas sobre as angústias do outro, quando oferecem afeto e estímulo para outro irmão de rua. Enfim, uma nobreza que compartilha de forma generosa a vida.

REFERÊNCIAS

- 1 A GAZETAONLINE. Disponível em: <www.gazetaonline.com.br>. Acesso em: 16 ago. 2011.
- 2 ALVAREZ, J.; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E.; In: PASSOS, E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina: 2009. p. 131-149.
- 3 BAIRROS DE VITÓRIA. Disponível em: Acesso em: 12 ago. 2012.
- 4 BAPTISTA, L, A. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999.
- 5 BAPTISTA, L. A. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígio: cidade, cotidiano e poder. In: MACIEL, I. (Org.). **Psicologia e educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência moderna, 2001. p. 195-212.
- 6 BARROS, L.; KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: PASSOS, E., KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia**: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 52-75.
- 7 BARROS, M. **O livro das ignoranças**. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- 8 BENJAMIN, W. Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura. In: _____. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Brasiliense, 1994. v.1
- 9 BRASIL. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Revista do CONSEA**. Brasília, Editora Positiva, jul. 2004. p. 48.
- 10 BRASIL. **Decreto nº 12.305, de 2 de agosto 2010**. Institui a política nacional de resíduos sólidos, com a inclusão social dos catadores de materiais recicláveis. Disponível em: <www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>. Acesso em: 27 ago. 2012.

- 11 BRASIL. **Decreto-lei n. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2012.
- 12 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS**. Brasília: MDS, 2005.
- 13 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília: MDS, 2005.
- 14 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Restaurantes populares**. 2004. Disponível em: <www.mds.gov.br/segurancaalimentar/equipamentos/restaurantespopulares>. Acesso em: 28 maio 2012.
- 15 BRASIL. **Política nacional de inclusão social da população em situação de rua**. 2009. Disponível em: <www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.
- 16 BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar - pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2009. Disponível em: <www.mds.gov.br/institucional/secretarias>. Acesso em: 30 jun. 2011.
- 17 CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- 18 CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- 19 CASTEL, R. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. **Revista Saúde e Loucura**, São Paulo, n. 4, p. 21-48, 1993.
- 20 CATEDRAL METROPOLITANA. Disponível em: <<http://www.vitoria.es.gov.br/turismo.php?pagina=catedralmetropolitana>>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- 21 CERQUEIRA, M. B. **Pobres, resistência e criação: personagens no encontro da arte com a vida**. São Paulo: Cortez, 2010.

- 22 CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- 23 CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2011.
- 24 COIMBRA, C. M. B. **Guardiães da ordem**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- 25 COIMBRA, C.; BOCCO, F.; NASCIMENTO, M. L. A segurança criminal como espetáculo para ocultar a insegurança social: entrevista com Loïc Wacquant. **Fractal**, n. 1, v. 20, p. 319-330, jan./jun. 2008.
- 26 DÁVILA, R. **Vidas insurgentes na cidade-casa**. Vitória. 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.
- 27 ECOS. Disponível em: <www.google.com.br/webhp?source=search_app#hl=pt-BR&output=search&client=psy-ab&q=ECOS&oq=ECOS&gs>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- 28 FUGANTI, L. **A formação do pensamento ocidental**: aula 1 de 29/3/2001. Disponível em: <<http://escolanomade.org/pensadores-textos-e-videos/fuganti-luiz/a-formacao-do-pensamento-ocidental-aula-1>>. Acesso em: 23 maio 2011.
- 29 GALLI, T. A cidade subjetiva. In: GALLI, T. (Org.). **Cartografias e devires**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- 30 GINGA. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ginga_\(capoeira\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ginga_(capoeira))>. Acesso em: 30 jul. 2012.
- 31 GOMES, R. C. M. **Gente caracol**: a cidade contemporânea e o habitar as ruas. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal de Porto Alegre, Porto Alegre, 2006.
- 32 JARDIM DA PENHA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jardim_da_Penha>. Acesso em: 12 ago. 2012.

- 33 KASPER, C. P. **Habitar a rua**. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.
- 34 LANCETTI, A. **Os riscos escondidos do crack**. Disponível em: <http://coletivodar.org/2011/09/os-riscos-escondidos-do-crack-por-antonio-lancetti/> Acesso em: 23 ago. 2012.
- 35 LIMA, M. H. T. de. **Cidade de papelão: mocós, cachangas e malocas**. Vitória: EDUFES, 1998.
- 36 MENDES, M. V. B. **Um estudo sobre os territórios existenciais da população de rua de Belo Horizonte**. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.
- 37 NASCIMENTO, M. L. **Criminalização da pobreza, moralização das famílias, direito à convivência familiar: aproximação entre proteção e negligência**. Trabalho apresentado no IV Seminário Municipal de Convivência Familiar e Comunitária, promovido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Vitória, 19 out. 2011.
- 38 PASSOS, E.; BARROS, R. B. A. Cartografia como método de pesquisa-Intervenção. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 17-31.
- 39 PASSOS, E.; BARROS, R. B. Por uma política da narratividade. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 150-171.
- 40 PASSOS, E.; EIRADO, S. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009. p. 119-130.

- 41 POLICIA INTERATIVA. Disponível em:
<www.pm.es.go.br/webpoliciainterativa:htm>. Acesso em: 10 ago. 2012.
- 42 PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. **Decreto n. 15.070/2011**. Institui a Câmara Intersectorial de Políticas Públicas para População em Situação de Rua (CAI-POP). Vitória: PMV, 2011.
- 43 PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Levantamento sobre a população em situação de rua de Vitória**. Vitória: PMV/SEMAS, 2012.
- 44 SAMBÃO DO POVO. Disponível em:
<www.pt.wikipedia.org/wiki/sambão_do_povo>. Acesso em: 12 ago. 2012.
- 45 SANTOS, M. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.
- 46 SILVA, M. L. L. da. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.
- 47 VIEIRA, M. A.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Org.). **População de rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 2004.

APÊNDICES